



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE HUMANIDADES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA

MARIA DO SOCORRO QUEIROZ

**O SOFRIMENTO PSÍQUICO DO POLICIAL CIVIL:
UMA LEITURA PSICANALÍTICA**

FORTALEZA
2008

MARIA DO SOCORRO QUEIROZ

**O SOFRIMENTO PSÍQUICO DO POLICIAL CIVIL:
UMA LEITURA PSICANALÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.
Orientador: Prof. Pós-Dr. Orlando Soeiro Cruxen

Fortaleza
2008

"Lecturis salutem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

Q45s

Queiroz, Maria do Socorro.

O sofrimento psíquico do policial civil [manuscrito] : uma leitura psicanalítica / por Maria do Socorro Queiroz . – 2008.

160 f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 08/09/2008.

Orientação: Prof. Dr. Orlando Soeiro Cruxen.

Inclui bibliografia.

1-POLICIAIS CIVIS – FORTALEZA(CE) – PSICOLOGIA. 2- POLICIAIS CIVIS – FORTALEZA(CE) – ATITUDES. I- Cruxen , Orlando Soeiro, orientador. II - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III - Título.

04/09

CDD(22ª ed.) 363.22098131

MARIA DO SOCORRO QUEIROZ

O SOFRIMENTO PSÍQUICO DO POLICIAL CIVIL:
UMA LEITURA PSICANALÍTICA

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará – UFC, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Pós-Dr. Orlando Soeiro Cruxen (Orientador)

Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dr.^a Laéria Beserra Fontenele

Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.^a Pós-Dr.^a Sônia Elisabete Altoé

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Aos meus pais, Manoel e Maria, que me ensinaram amor e responsabilidade e, que movidos pelo desejo de propiciar aos seus filhos a oportunidade de estudar, não recuaram ante as dificuldades do caminho.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tanto amor, respeito às minhas decisões, apoio incondicional e incentivo constante.

Aos meus irmãos, Izabel e Álvaro, com quem partilho os prazeres, as tristezas e os riscos do amar e trabalhar.

Ao Davi, luz, alegria e esperança renovadas.

A Antônia Pinto Camargo, por escutar e por tantas descobertas.

Ao Prof. Pós-Dr., Orlando Soeiro Cruxen, Orientador, pelo aprendizado proporcionado por esta pesquisa;

A Prof^a. Dr^a. Laéria Beserra Fontenele, por suas argutas contribuições e confiança;

A Prof^a. Pós-Dr^a. Sonia Elisabete Altoé, pela disponibilidade e por promover reflexões através dos seus escritos;

Ao Prof. Dr., Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas, por sua mestria generosa e amizade;

A Prof^a Dr^a. Leônia Cavalcante Teixeira, pela interlocução, apoio e participação neste percurso;

A Maíza Rodrigues, Filipe Jesuíno, Verônica Salgueiro, Zaira Ary, Franzé Santos, Graça Soares, Mônica Assis, Vanesca Fontenele, Rosélia Rebouças, Elizabete Freitas, Fernanda Ferreira, Márcia Holanda, José C. Albuquerque, Vladimir Frota, Marcus Monteiro, Arnaldo Monteiro, Virgínia Munhoz, Carmen Marques, Ronaldo Bastos, Rosa Lourenço, Tereza Lucena, Erotildes Moreira e Fátima Siqueira, pessoas especiais nos caminhos da minha vida. A todos minha gratidão e ternura, por muitos e variados motivos.

Aos meus professores, passados e presentes, que aguçaram o desejo de saber;

Aos colegas do Mestrado de Psicologia da UFC pela crítica construtiva e os muitos incentivos recebidos.

À instituição policial, através de seus dirigentes, os quais autorizaram a presente investigação;

Aos entrevistados, pela confiança depositada. Sem eles este itinerário não teria sido possível;

Aos meus colegas policiais, em especial a turma da Corregedoria Geral, pelo aprendizado sobre as Polícias;

Aos profissionais do DAMPS / Polícia Civil, pelo acolhimento;

Aos meus chefes imediatos, nos anos de 2006 e 2008, pela compreensão demonstrada neste tempo tão específico;

Aos participantes da Banca Examinadora, pela disponibilidade e contribuições oportunas;

Enfim, a todos que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste estudo.

“Qualquer canção de dor
Não basta a um sofredor
Nem cerze um coração rasgado.
Porém ainda é melhor
Sofrer em dó menor
Do que você sofrer calado”.

Chico Buarque

RESUMO

Os discursos produzidos pelos policiais acerca do sofrimento psíquico, bem como a posição que os mesmos ocupam nos referidos discursos, no que tange a esse sofrimento, são o objeto de exame da presente dissertação. A análise aqui apresentada foi feita a partir de entrevistas semi estruturadas com quatro Policiais Civis, os quais haviam sido encaminhados ao Departamento de Assistência Médica e Psicossocial da Superintendência da Polícia Civil do Ceará para acompanhamento. Essa análise, ancorada no referencial teórico psicanalítico, possibilitou a constatação de que nossos entrevistados “emergiram” do grupo policial com seus significantes coletivos, individuais e seus sofrimentos variados, através da exteriorização dos sintomas. Nessa investigação, também foi possível reconhecer que não se pode afiançar uma relação direta de causa e efeito entre a atividade policial e o sofrimento psíquico relatado; pode-se afirmar que o sofrimento psíquico manifesta-se através de sintomas diversos, sobredeterminados inconscientemente, e que se encontram em íntima conexão com as histórias de vida de cada um dos entrevistados. Com relação às posições discursivas dos entrevistados ante os sofrimentos relatados, observou-se, predominantemente, uma produção do discurso histórico, o qual é movido pelo desejo de saber. Por fim, ao ponderar sobre os resultados obtidos e lembrar que a Psicanálise é propiciadora de uma reinvenção do sujeito, pode-se defender que a instituição policial pode se constituir como um espaço de escuta para um psicanalista.

Palavras-Chave: Psicanálise, Sofrimento Psíquico, Posição Discursiva, Policial Civil, Instituição Policial

ABSTRACT

The discourses produced by the policemen related to the psychic suffering, as well as the position which they occupy in their own discourses, are object of examination in this dissertation. The analysis here presented was conducted based in semi structured interviews with four Civil Policemen who had been previously conducted to be monitored in the Medical Assistance and Psychosocial Department of the Civil Police of Ceará. Our analysis, anchored in the psychoanalytical theory, made possible to find out that our interviewees emerged from the policial group with their collective and individual signifiers and their various forms of suffering through the exteriorization of the symptoms. In our investigation it was also possible to recognize that it is impossible to pledge a direct cause and effect relation between the policial activity and the related psychic suffering. On the other hand, it is possible to assure that the psychic suffering manifests itself through various symptoms, unconsciously overdetermined, which are in intimate connection with the interviewees' stories of life. In relation to the interviewees' discursive positions in face of the related suffering, it was observed, predominantly, a hysterical discourse, which is moved by a desire of understanding. Lastly, when considering the results according to the psychoanalytical reinvention of the subject, we can guarantee that the policial institution may consist in a proper place for the psychoanalytical hearing.

Keywords: Psychoanalysis, Psychic Suffering, Discursive Position, Civil Police, Policial Institution.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 INVESTIGAR QUEM INVESTIGA: DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS	20
2.1 Transpor desafios.....	20
2.2 Delineamento da pesquisa.....	24
2.2.1 Da metodologia	24
2.2.2 Do <i>locus</i> da investigação	29
2.2.3 Dos participantes da pesquisa	31
3 A INSTITUIÇÃO POLICIAL E SUAS FIGURAÇÕES	33
3.1 Polícia, Polícias e o Policial	35
3.2 Fazer polícia: instâncias e mitos	44
4 DOS SOFRIMENTOS PSÍQUICOS AOS SINTOMAS	54
4.1 Percorrer trilhas.....	54
4.2 Instituição Policial e Psicanálise	60
4.3 Psicanálise e Sofrimento Psíquico.....	70
4.4 Sinto-me mal: “Inibições, Sintomas e Angústia”, o palco psicanalítico	83
5 O RELATO DAS ENTREVISTAS	91
5.1 Entrevista I	91
5.2 Entrevista II	97
5.3 Entrevista III	104
5.4 Entrevista IV	108

6 ELABORAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS.....	113
6.1 Entrevista I	113
6.2 Entrevista II	114
6.3 Entrevista III	117
6.4 Entrevista IV	119
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133
APÊNDICES.....	142
ANEXOS	145



A Vida e a Morte
Gustave Klimt, 1916.

“... Eros e o instinto (pulsão) de morte –, e nunca por um outro sozinho, podemos explicar a rica multiplicidade dos fenômenos da vida”.
(FREUD, 1937/1980, p. 276).

1 INTRODUÇÃO

“É o sofrimento que evoca a humanidade do coração humano”. (CAMPBELL, 1990, p. 119).

A partir das mudanças inseridas no texto constitucional de 1988, relativas às instituições policiais, que reivindicavam uma ampla política de proteção e respeito aos cidadãos brasileiros, o trabalho policial e o policial foram postos em evidência. Nesse contexto, pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento passaram a investigar o cenário da Segurança Pública em todo o país e redesenhar uma nova polícia, “uma polícia protagonista de direitos e de cidadania”.(BALESTRERI, 2003; BARREIRA, 2004)

Os anos 90, pois, inauguraram uma série de iniciativas governamentais e não governamentais no trato da Segurança Pública, pois essa precisava se modernizar, humanizar-se, tornar-se crível.

Em relação às instituições policiais, a história político-social brasileira registrava e era depositária, notadamente no período pós-Ditadura Militar, de uma imagem, sobretudo, violenta e persecutória, conforme relatos, testemunhos ou mesmo denúncias de diversos personagens anônimos e públicos que sofreram abusos de toda ordem, físicos e psicológicos, culminando muitas vezes com o exílio ou uma morte anunciada, e, depois, possivelmente, mascarada pelos então representantes da Lei e da Ordem, conforme sobejamente registrado na crônica policial e social desse país.

Assistia-se, então, a amplos debates públicos, em que poucas vezes os policiais foram ouvidos, de um modo geral, haja vista as próprias instituições policiais, civis e militares, culturalmente e historicamente, em nosso país e outros mais, serem muito herméticas. (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 58).

Estes debates ou reportagens mostravam, então, apenas uma face da moeda: a violência policial. Desse modo, os policiais não ocupavam os papéis de mocinhos ou heróis. Geralmente, eram os antagonistas sociais.

A presente dissertação, na contracorrente de tais discursos, pretendeu, pois, investigar uma outra face do universo policial pouco considerada ou admitida: o sofrimento psíquico.

Vale salientar que o tema dessa investigação nasceu da observação direta e do relato de policiais, acerca das dificuldades enfrentadas no exercício de suas funções, desde o contato direto com a violência e a criminalidade, a complexidade da organização e das relações no trabalho, as constantes exigências relativas à função policial - técnicas, físicas e psicológicas - as doenças apontadas como resultado do trabalho até o afastamento do exercício funcional por aposentadoria precoce ou em decorrência de “adoecimento psíquico”, “nervoso”, “loucura”, “paranóia”, “vício” e tantas outras designações para o sofrimento psíquico.

A função de servidora pública em uma instituição policial, como Escrivã de Polícia Civil, e a formação psicológica, permitiu testemunhar os meandros percorridos pelos policiais em relação aos seus padecimentos e os discursos produzidos pelos mesmos, relativos às frustrações, insatisfações, defesas, medos, e, também, o prazer na missão policial.

Também, verificou-se que, dentro e fora da instituição policial, a especulação imediata sempre se volta para a condição psíquica do policial e para o descontrole emocional dos representantes da Lei, quando se veiculam notícias através da tv, rádio, jornal, Internet, sobre denúncias de subornos, extorsões, ameaças, agressões físicas e psicológicas, abusos de poder e outros delitos perpetrados ou atribuídos ao policial.

Outra questão em evidência relacionou-se com a seguinte situação: o que fazer com o contingente policial que ameaça, agride, extorque, suborna, abusa do álcool ou de drogas ilícitas, que tenta o suicídio ou, efetivamente, o comete, que se julga perseguido, preterido e desvalorizado?

Parece haver um enigma em torno dessas questões, ao mesmo tempo em que os comportamentos - “maneira de comportar, procedimento, conduta, ato” (FERREIRA, 2000, p. 169) - dos policiais, comumente, são analisados à luz do Direito, da Medicina, da Psicologia, da Psiquiatria. Supõe-se, igualmente, que, em todas as situações descritas, há um sofrimento psíquico. Surgiu, então, o desejo de se investigar os discursos construídos pelos próprios policiais acerca de seu mal-estar, sob a ótica proposta pela Psicanálise.

No percurso em busca de respostas e leituras para sedimentar tantas interrogações, verificou-se a variedade de relatos e pesquisa de muitos autores, tanto a respeito da história das Polícias e das instituições policiais, suas especificidades e dificuldades, como em relação à renovada tentativa de identificar aspectos físicos, técnicos e psicológicos que influenciam e interferem no fazer policial, além de outras constatações relevantes (BALESTRERI, 2003; BAYLEY, 2003; BITTNER, 2003; MINAYO & SOUZA, 2003; MONJARDET, 2003; REINER, 2004).

Averigüou-se, também, que, no campo psicanalítico, os estudos referiam-se mais especificamente às articulações entre o Direito e a Psicanálise, entre a Violência e Psicanálise (BARROS, 2001; COSTA, 2003; ALTOÉ, 2004; ALTOÉ & LIMA, 2005; SOUZA, 2005). Já em relação à conexão Polícia e Psicanálise, as discussões contemplavam temas como violência, corrupção, valores morais, imaginário social, sintoma e inconsciente. (VILHENA, 1999; JOCK, 2008).

Especificamente, constatou-se um número menor de trabalhos em que a pessoa do policial era o foco (MINAYO, 2003, p. 11), embora a Organização Mundial de Saúde (OMS) classifique a atividade policial como uma das profissões mais sujeitas a agravos à saúde mental, juntamente com o magistério e a atividade bancária.

Porém, é importante assinalar que não é interesse da presente investigação classificar ou nomear o transtorno específico que acomete o policial, nem propor uma psicopatologia específica, desencadeada a partir do trabalho policial, pois como lembra Wartell (1989, p. 32), “a vida e a doença não compõem

quadros rígidos”. Há uma “história do adoecer” para cada um, vez que nada é por acaso, quando se aporta no terreno psicanalítico.

Nesta perspectiva ressalta-se, preliminarmente, que à Psicanálise interessa o sujeito do inconsciente, que se manifesta através dos sonhos, dos atos falhos, dos chistes, das produções culturais, dos sintomas. Além disso, não há em Freud, cisão entre o psíquico e o somático, sendo legítimo falar de um certo monismo freudiano, uma vez que “na epistemologia freudiana, pois, não há lugar para um dualismo”. (ASSOUN, 1983, p. 50).

Também, Poli (2005, p. 21) relembra que a “operação freudiana” só aconteceu porque existiu um Descartes, e Lacan certifica: “mas nós, nós sabemos, graças a Freud, que o sujeito do inconsciente se manifesta, que Isso pensa antes de entrar na certeza.” (LACAN, 1998, p.40).

O mal-estar, sob suas diversas designações, sem dúvida, diz do sujeito e dos seus desejos, pois o sofrimento é essencialmente humano. A luta de todos os homens tem sido encontrar a “tal felicidade”, ou seja, livrar-se dos sofrimentos que afetam o corpo, o mundo externo e as relações com os outros homens, as fontes clássicas do sofrimento freudiano (FREUD, 1930 [1929]/1980).

A presente dissertação de Mestrado sustenta-se, pois, na aposta de que os sofrimentos psíquicos, através dos sintomas, são atravessados por determinações inconscientes, originando-se, assim, o propósito da presente pesquisa em investigar os discursos dos policiais acerca do sofrimento psíquico, do mal-estar.

Para atender a finalidade dessa investigação, de ordem qualitativa, não estatística, um dos recursos metodológicos utilizados foi um “Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada” previamente elaborado. Entrevistou-se, então, quatro (04) Policiais Civis de Carreira da Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará que haviam sido encaminhados ao Departamento de Assistência Médica e Psicossocial, para acompanhamento, por apresentarem um quadro médico-psicológico relacionado ao tema desta pesquisa.

O uso da entrevista semi-estruturada figurou-se como legítimo à nossa investigação por permitir vislumbrar uma produção discursiva sobre o sofrimento psíquico a partir das falas dos próprios policiais e, ao mesmo tempo, tomando como referência a “Teoria dos Quatro Discursos” de J. Lacan (1992), situar a posição discursiva do entrevistado diante do sofrimento relatado.

As entrevistas atenderiam, além disso, aos objetivos específicos deste estudo, quais sejam: identificar os fatores implicados no discurso dos entrevistados sobre seu sofrimento; analisar se as concepções do pesquisados sobre “ser policial” e as motivações de sua escolha profissional têm relação com sofrimento psíquico relatado e registrar se os policiais participantes desta pesquisa foram encaminhados ou buscaram, de livre iniciativa, alguma forma de tratamento ofertada no campo psicoterápico.

Acredita-se que a Psicanálise permite justamente que o sujeito possa se implicar no seu adoecer; que ele possa ser escutado para além do seu sintoma. Oferece, pois, um lugar de fala, de escuta e de aposta no sujeito, além de poder pensá-lo diante das questões da psicologia de grupo, do desamparo diante do Real, do sujeito frente à Lei e das questões sobre a lei, vez que o policial insistentemente é convocado a assumir uma função de salva(dor), de agente do consenso e de expressão da autoridade ou, simplesmente, exercer autoridade, ocupar um lugar fálico, de poder, sendo imperativo não falhar, não errar, manter o controle sobre as emoções, e, muitas vezes, calar sobre o quanto lhe custa a missão policial do ponto de vista psíquico.

Ademais, diante das contribuições que a presente pesquisa possa evidenciar, espera-se, também, que a Psicanálise possa ser instituída como uma possibilidade de escuta clínica ao público policial, vez que, notadamente, em diversos estudos cuja ênfase recai sobre o policial e sua saúde, a falta de apoio psicológico, utilizando uma expressão comum, é mencionada como insuficiente ou mesmo ausente nas instituições policiais (MINAYO, 2003; SENASP, 2006a; SENASP, 2006b).

Para esmiuçar, então, os objetivos estabelecidos no corpo desta dissertação, serão relatados, no primeiro capítulo, os caminhos metodológicos que nortearam o estudo em tela.

No segundo capítulo, serão desenvolvidas algumas reflexões acerca dos impasses relativos à instituição policial no que concerne à relação estabelecida com seus instituídos e a própria sociedade, vez que o tema da segurança pública e as exigências técnicas, físicas e psicológicas, para o exercício da função policial, são pontos renovados de discussão entre diversos especialistas, o que leva a refletir sobre o papel das leis, diante do quadro desalentador e da insegurança social em que vivem os brasileiros e os próprios policiais. Ainda neste capítulo, serão apresentadas as considerações relativas aos conceitos de Polícia, Polícias e Policial, as instâncias e os mitos sustentadores dessas instituições.

No terceiro capítulo, far-se-á referência, de forma sucinta, a alguns dos estudos produzidos por diversos pesquisadores acerca do sofrimento psíquico, sob perspectivas teórico-metodológicas diversas; logo em seguida, serão apresentados alguns dos pressupostos psicanalíticos a respeito da Lei, da Ordem e dos laços que mantém um grupo, e, então, serão estabelecidos, no âmbito desta pesquisa, o conceito de sofrimento psíquico, e, principalmente, os sintomas reveladores do sujeito, o sujeito do inconsciente, ou, melhor dizendo, como se articulam Lei e Desejo na Psicanálise e as possíveis implicações advindas da não consideração desse fato na construção da subjetividade e compreensão dos sofrimentos humanos.

Contemplando a escolha teórico-metodológica que guiou este estudo, no quarto capítulo, serão apresentados os relatos das entrevistas realizadas, enquanto que, no quinto capítulo, considerando os objetivos gerais e específicos estabelecidos no plano desta investigação e seu aporte teórico-metodológico, serão expostas algumas elaborações a respeito das entrevistas realizadas, propondo, desta feita, uma leitura psicanalítica dos discursos produzidos pelos policiais entrevistados acerca do sofrimento psíquico, bem como situando suas posições discursivas, neste tempo especial de pesquisa.

O capítulo último trará as considerações finais a respeito do desafio de perscrutar sobre o sofrimento psíquico de quem exerce a função social de investigar e assegurar a ordem pública, de fazer Polícia e das possíveis contribuições psicanalíticas vislumbradas, acreditando que novos caminhos poderão ser percorridos a partir da trilha ora aberta.

2 INVESTIGAR QUEM INVESTIGA: DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS

“Mas o trabalho científico constitui a única estrada que nos pode levar a um conhecimento da realidade externa a nós mesmos”. (FREUD, 1927, p. 45).

2.1 Transpor desafios

O desejo de compreender o sofrimento psíquico, sob a perspectiva psicanalítica, encontrou salvaguarda e justificativa no dito de Sauret (2003, p. 94): “De qualquer modo, a Psicanálise tem esse privilégio de ser a única disciplina que tem o desígnio de não renunciar a dar a palavra ao sujeito, a não renunciar àquilo que constitui a sua particularidade”.

No entanto, investigar o sofrimento psíquico fora da clínica psicanalítica implicava em enfrentar diferentes desafios. O maior desafio relacionava-se ao fato de que a presente pesquisa não partia de um estudo de caso. Ao mesmo tempo, esta investigadora era atravessada pelos significantes Psicologia, Psicanálise e Polícia, através da própria formação acadêmica, da participação em grupos de estudos sobre Psicanálise e da vivência profissional como Escrivã de Polícia Civil.

Além disso, a interlocução com colegas policiais, a narrativa de policiais acerca da atividade profissional em salas de aula presenciais e virtuais e os relatos de profissionais de saúde, no atendimento médico ou psicológico a essa clientela, em especial, levou-nos a empreender uma pesquisa qualitativa, com referencial psicanalítico, escutando alguns policiais civis, extra – clínica, pois:

(...) A prática não tem sabedoria própria – ela suscita idéias... (...) Assim, embora a Psicanálise seja uma prática voltada para o singular, o trabalho teórico não pode ser dispensado; pelo contrário, a teoria constrói condições de descobrir os fenômenos sem se ater à mera experiência.” (ROSA, 2004, p. 342).

Ademais, como bem lembrado por Mezan (2002, p. 430), “toda investigação psicanalítica é qualitativa, ou seja, trabalha em profundidade com casos específicos”, seja qual for o material investigado e isso é pertinente tanto à Psicanálise dita Clínica como à Psicanálise extramuros, uma vez que à Psicanálise interessa o sujeito do inconsciente.

Elia (2000) em seu artigo “Psicanálise: Clínica e Pesquisa”, no qual trata das relações da Psicanálise com a Ciência, destaca que:

As formas de aplicação da Psicanálise são inúmeras. A Psicanálise não é sensível a certas formas e critérios de ordenação dos sujeitos, como classe social, nível cultural (de instrução), gostos, partidos políticos, credo, raça e cor. (...) A Psicanálise é sensível a outros critérios, aos quais ela é diferente: posição do sujeito em face de seu desejo, de seus pontos de gozo, nível de sua divisão em relação ao que o determina, pontos de angústia, pedido ao Outro, modo de funcionamento fantasmático e de organização (ou desorganização) sintomática etc”. (ELIA, 2000, p. 28).

Assoun (1983), ao comentar sobre os fundamentos epistemológicos do freudismo – monismo, fisicalismo e agnosticismo - assevera que o nascimento da Psicanálise ocorreu em um campo epistêmico em completa transformação. A tradição científica dominante permitia situar uma ciência como sendo da natureza (*Naturwissenschaft*) ou do espírito (*Geisteswissenschaft*). Freud definiu a Psicanálise como uma ciência da natureza, mas “não escolhe a ciência da natureza contra uma ciência do espírito”, pois pensa que tal vicissitude não existe, “na medida em que, em fato de cientificidade, só pode tratar-se de ciência da natureza”, recusando essa querela dos métodos.

Nas palavras de Assoun (*id*), Freud, construiu sua ciência inspirado na Física e na Química. Já Lacan, na elaboração de seus conceitos, tomou como recursos epistemológicos a Física e a Matemática, enfatizando a lógica simbólica; também, utilizou conceitos da Etologia, da Psicologia Comparada, da Gestalt, da Lingüística (Saussure), da Antropologia (Levi-Strauss) e da Filosofia (LEITE, 1992). Fazer menção a estes referentes permite entender a seguinte indagação lacaniana: “pode a psicanálise, sob seus aspectos paradoxais, singulares, aporeicos, ser considerada entre nós como constituindo uma ciência, uma esperança de ciência?” (LACAN, 1988, p. 25).

Em sua proposta de exame da teoria freudiana, ao utilizar tantos recursos científicos, Lacan favoreceu uma nova compreensão e ampliação da Psicanálise, além de novas possibilidades de pesquisa, como, por exemplo, pensar questões sobre a psicossomática e as toxicomanias, a própria psicose, o desejo do analista, o gozo, e a distinção da psicanálise como intensão e extensão para, dessa forma, inaugurar um novo posicionamento epistemológico.

Portanto, a Psicanálise, a quem interessa o sujeito do inconsciente, ao longo dos anos, tem procurado escapar às querelas teórico-metodológicas, no campo da pesquisa, relativas à quantificação versus qualificação, pois trata, fundamentalmente, da singularidade dos sujeitos, o que, por outro lado, não invalida quaisquer pesquisas psicanalíticas no âmbito acadêmico.

Segundo Poli & Costa (2008, p. 15-16), não se pode perder de vista que,

Em síntese, para a Psicanálise não é o “instrumento” ou “a técnica” que define a qualidade de um trabalho de pesquisa. Pode-se muito bem produzir uma pesquisa em Psicanálise, a partir de casos clínicos – forma que se tornou tradicional apenas depois de Freud – mas também pela análise das mais diferentes produções, nas quais o sujeito do inconsciente esteja em causa. A obra freudiana é exemplar em seu legado de uma série de estudos culturais e lingüísticos – que indicam a importância de um além da clínica -, mas também análises de produções tão idiossincráticas como, por exemplo, os sonhos, os atos falhos e os chistes. (...) É certo que em toda manifestação discursiva podemos atestar o lugar necessário de um sujeito na produção dos enunciados.

O campo de investigação em Psicanálise, logo, é bem amplo, desde que o saber psicanalítico não seja enclausurado.

Nessa perspectiva, se expressa a proposta metodológica da presente pesquisa: foram realizadas entrevistas com vistas à obtenção de um discurso sobre o sofrimento psíquico a partir das falas dos próprios policiais civis, participantes do estudo apresentado.

O recurso metodológico descrito a seguir é legítimo para essa investigação, por estar balizado nas contribuições teóricas de Sigmund Freud, expressas nos *“Estudos sobre Histeria”* (1893-1895/1980); em *“A Guisa de Introdução ao Narcisismo”* (1914/2004); *“Pulsões e Destinos da Pulsão”* (1915/2004);

“Além do princípio de prazer” (1920/2006); *“Psicologia de Grupo e a Análise do Ego”* (1921/1980); *“O Eu e o Id”* (1923/2007); *“Inibição, Sintoma e Angústia”* (1926 [1925]/1980); *“O Mal-Estar na Civilização”* (1930 [1929]/1980); *“Esboço de Psicanálise”* (1940 [1938]/1980), entre outros.

Nessa pesquisa, também, o aporte teórico da Escola Francesa foi adotado, através do *“Seminário, Livro 17 – O avesso da Psicanálise”* (1969-1970/1992), em que Jacques Lacan apresenta a *“Produção dos Quatro Discursos”*, para analisar a posição discursiva de entrevistados ante o sofrimento relatado, além de outras produções psicanalíticas julgadas pertinentes.

Freud, ao conceituar e defender sua invenção, como sendo uma ciência, definiu o seu objeto, o inconsciente e, como método, a associação livre e a escuta flutuante. Também apontou a Psicanálise como uma *“coleção de informações psicológicas”* e utilizou o arcabouço psicanalítico para dialogar com diversos campos do saber, sendo, portanto, representante de um verdadeiro cientista que cria e recria sua ciência:

Freud não parou de reformular seus próprios conceitos. Não apenas modificou sua teoria da sexualidade em função de sua experiência clínica – com as mulheres, em particular - como também transformou, de ponta a ponta, sua doutrina, passando da primeira tópica (consciente, inconsciente, pré-consciente) para a segunda (eu, isso, supereu) e posteriormente, forjando a idéia da pulsão de morte. (ROUDINESCO, 2000, p. 131).

Com sua ciência do inconsciente, Freud indicou o lugar da invenção, da construção, da surpresa, da subversão, das deserções, dos impasses, dos enigmas e a Pesquisa em Psicanálise, assim como a Clínica Psicanalítica, confirmam isto.

2.2 Delineamento da Pesquisa

2.2.1 Da metodologia

O rigor acadêmico exige para a investigação de quaisquer temas, além do referencial teórico norteador do estudo, que seja explicitado o meio e o modo de fazê-lo, razão pela qual, pelas particularidades evocadas, optou-se por uma pesquisa qualitativa.

Portanto, escolheu-se a perspectiva psicanalítica como baliza teórica para proceder ao presente estudo e isto significou, além da retomada dos textos freudianos, em especial, uma busca bibliográfica prévia acerca do que havia sido produzido sob o tema “sofrimento psíquico”, relativo ao público policial em outros campos do saber, até porque a Psicanálise efetua um corte epistemológico com o discurso cartesiano, tratando temas bem estabelecidos nos discursos das ciências, em geral, de uma forma absolutamente ímpar.

Executada essa primeira imersão ao tema, elaborou-se um instrumento de pesquisa denominado “Roteiro de Entrevista Semi Estruturada”, de aplicação individual, com a finalidade de colher histórias que contemplassem o objetivo geral estabelecido para conduzir esse estudo, qual seja, investigar os discursos dos policiais acerca do sofrimento psíquico, do mal-estar.

A intenção foi desvelar o que aqui foi nomeado como sofrimento psíquico, a partir do referencial psicanalítico, através da análise da posição discursiva dos entrevistados ante seu sofrimento, considerando as concepções dos sujeitos pesquisados sobre “ser policial”, as motivações de sua escolha profissional e a relação com o sofrimento psíquico relatado, além de registrar se os policiais participantes desta pesquisa foram encaminhados ou buscaram, de livre iniciativa, alguma forma de tratamento ofertada no campo psicoterápico, atendendo, assim, aos objetivos específicos dessa pesquisa.

Igualmente, como se tratou de uma pesquisa a ser concretizada com entrevistados pertencentes à Superintendência da Polícia Civil do Estado do Ceará, com uma atividade profissional especializada, os dirigentes dessa instituição policial foram contactados, no sentido de autorizar a realização dessa investigação e, conseqüentemente, o acesso aos possíveis pesquisados.

Do mesmo modo, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará (COMEPE) foi consultado, com a finalidade de avaliar e autorizar este estudo acadêmico, em conformidade com as novas regras científicas - Resolução CNS 196/96¹, que trata das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Os participantes dessa pesquisa foram escolhidos entre os Policiais Civis de Carreira do Estado do Ceará que foram encaminhados ao Departamento de Assistência Médica e Psicossocial (DAMPS), da Superintendência da Polícia Civil, por apresentarem um quadro médico-psicológico relacionado ao tema sob estudo, ao qual o sofrimento psíquico, ordinariamente, é vinculado, a saber, relatos de depressões, *stress*, transtorno do pânico, dentre outros.

Todos os entrevistados, em número de quatro (04), foram previamente indicados pela direção do DAMPS. Após concordarem e se disponibilizarem a participar da pesquisa, os participantes foram devidamente cientificados dos objetivos desse trabalho, antes do agendamento das entrevistas.

A opção por entrevistar policiais encaminhados ao Departamento de Assistência Médica e Psicossocial, para acompanhamento, deveu-se à delicadeza do tema e à suposição de que ali as resistências poderiam ser menores, tanto institucionais quanto dos próprios entrevistados.

As entrevistas, com duração de sessenta (60) minutos, foram realizadas no próprio Departamento de Assistência Médica e Social (DAMPS/ Superintendência da Polícia Civil / SSPDS), ou nos setores de trabalho dos entrevistados, por deliberação dos próprios participantes, entre os meses de junho e agosto de 2007.

¹ Disponível no site www.conselho.saude.gov.br.

Na ocasião da entrevista, os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, resguardando-se, assim, os cuidados éticos exigidos e necessários a toda investigação científica.

Após realização das entrevistas, todo o material recolhido foi submetido à transcrição, relatado e analisado, devendo-se ressaltar que a análise dos dados é compreendida, aqui, como um movimento único – “olhar atentamente para os dados da pesquisa” – como defende Gomes (2003, p. 68).

Esse olhar é coerente, numa leitura aproximada, com o que sustenta Lacan com relação aos tempos do sujeito - que é lógico, não cronológico - e os processos mentais, advogando a tripartição do tempo em instante de ver, tempo de compreender e momento de concluir, porque também acredita-se que, no campo da Pesquisa em Psicanálise, “sem olhar não é possível concluir”. (LEITE, 2000, p. 62).

Desse modo, a conclusão é sempre parcial devido à subjetividade do pesquisador e, também, porque as ciências não admitem verdades absolutas, pois “o tempo de concluir pode ser o início de outro instante de ver” (LEITE, 1992, p. 80).

Ainda, com relação à análise das entrevistas, também, vislumbrou-se a recomendação freudiana de resguardar-se contra as interpretações selvagens. Igualmente, uma advertência revelou-se fundamental: o pesquisador deve sempre se perguntar acerca de sua posição diante do território investigativo ou, como diz Vilhena (1999, p. 120), “(...) ouvimos histórias e, quem sabe, ao partilhá-las, possamos repensar nossa inserção nesta história”.

Ante essas considerações, recorreu-se, também, à “Teoria dos Quatro Discursos”, de Jacques Lacan (1992) ou “Discurso de ‘O avesso da Psicanálise’” (LACAN, 2003, p. 447), pois isso permitiu tomar as falas dos entrevistados e investigar a posição discursiva relevante ali: o discurso do mestre, o discurso do histórico, o discurso universitário ou o discurso do analista.

Sabe-se que Lacan adota o conceito de discurso como sendo o “liame” que estabelece o vínculo social, o laço social, posto que sustentado pela linguagem: “se o inconsciente é estruturado como uma linguagem como Lacan postulou desde 1953, o liame social não deixa de sê-lo”. (COUTINHO JORGE, 2002, p. 19). A teoria

lacaniana dos discursos, portanto, possibilitaria uma leitura mais precisa do que, porventura, fosse narrado. A Psicanálise é uma ciência do particular e não se pode generalizar as falas dos entrevistados, mas situá-las dentro da experiência de cada um.

Nos discursos citados, as letras da “álgebra lacaniana”, S1, S2, S e a, respectivamente, o significante mestre, o saber, o sujeito, o mais de gozar, são essenciais à compreensão da lógica do significante; também, há lugares que são estabelecidos, quais sejam, o do agente, o da verdade, o do outro e o da produção. Estes lugares dos discursos “são fixos porque todo e qualquer discurso é *sempre* movido por uma verdade, sua mola propulsora, sobre a qual está assentado um agente, que se dirige a um outro a fim de obter deste uma produção” (COUTINHO JORGE, 2002, p. 26).

Como todo discurso faz referência ao outro, o discurso é sempre social e, nos discursos nomeados por Lacan, é o lugar do agente que se revela como dominante em cada um, sendo o discurso do mestre, o ponto de partida, para os outros discursos. (LACAN, 1992)

O discurso do mestre, do senhor, será sempre a lei. O mestre ocupa uma função de comando, ele faz os outros trabalharem, numa analogia à relação estabelecida entre o senhor e o escravo, em que o Saber surge do lado do escravo e o poder do lado do senhor. O discurso do mestre opera para fazer reinar a ordem. No discurso do Mestre sempre haverá uma impossibilidade, pois “o saber é o gozo do Outro”. (SOUZA, 2003, p. 110).

O conceito de gozo em Psicanálise foi introduzido por Lacan e refere-se, sucintamente, “às diferentes relações com a satisfação que o sujeito desejante e falante pode esperar e experimentar, no uso de um objeto desejado” (CHEMAMA, 1995, p. 90). Portanto, não devem ser confundidas com o uso ordinário que se estabelece no cotidiano como sinonímia de prazer sexual. O termo gozo, em Psicanálise, refere-se ao desejo do inconsciente.

O discurso da histérica, por sua vez, não é exclusivo das mulheres; muitos homens também passam pelo discurso histérico, visto ser uma posição

discursiva e, precisamente, “o que o analista institui como experiência analítica, pode-se dizer simplesmente, é a histerização do discurso. Em outras palavras, é a introdução estrutural, mediante condições artificiais, do discurso da histérica, aquele que está indicado aqui com H maiúsculo”. (LACAN, 1992, p. 31)

O discurso do histérico é animado pelo desejo de saber, e, como neste discurso, o sintoma é a dominante, isto pode levar a pensar, muitas vezes, que o agente do discurso é portador de alguma patologia, quando, de fato, ele busca um mestre, alguém que possa dizer do seu desejo; ele exige que o outro saiba sobre o seu sofrimento, pois ele ignora a causa do seu sofrimento, sua divisão subjetiva.

Ao mesmo tempo, no discurso da histérica, há uma desautorização do saber do outro:

Ela quer que o outro seja um mestre que saiba muitas coisas, mas mesmo assim, que não saiba demais para que não acredite que ela é o prêmio máximo de todo o seu saber. Em outras palavras, quer um mestre sobre o qual ela reine. Ela reina, e ele não governa. (LACAN, 1992, p. 122)

No discurso do universitário, a dominante é o saber, porém, nesta posição discursiva não há desejo de saber. Há um saber que foi organizado, acumulado, e que deve ser preservado, o saber das ciências, da tradição. O discurso do universitário “embora não pare de transmitir um saber, ignora a divisão do sujeito e a ex-sistência do saber inconsciente, um não saber sexual que está implicado à própria verdade do sujeito” (SOUZA, 2003, p. 127).

No discurso do analista, a posição do psicanalista “é feita substancialmente do objeto a” (LACAN, 1992, p. 40) e sua função é dirigir o tratamento, não no sentido de fazer desaparecer o sintoma do analisante, mas fazer com que este possa bem dizer o próprio sintoma ou, no dizer de Coutinho Jorge (2002, p. 30) : “O psicanalista se dirige ao outro de uma forma radicalmente nova na cultura: tomando-o como sujeito falante, capaz de produzir significantes primordiais fundadores de sua própria história”. O discurso do analista é o avesso do discurso do mestre, embora paradoxalmente, o analisante o situe nesta posição.

A partir das histórias ouvidas, portanto, procurou-se deslindar o discurso e a posição discursiva de cada entrevistado, ante o seu possível sofrimento, articulando-o com o referencial teórico norteador deste estudo.

2.2.2 Do *locus* da investigação

O *locus* da investigação, no caso, o Departamento de Assistência Médica e Psicossocial (DAMPS), da Superintendência da Polícia Civil do Ceará, umas das instituições vinculadas à Secretaria de Segurança e Defesa Social do Estado do Ceará, apresentado aqui de forma sucinta, é reservado ao acolhimento de dificuldades de toda ordem, sejam médicas ou psicossociais, enfrentadas pelos policiais, em seu cotidiano pessoal e profissional.

A Unidade de Assistência Médica e Social, posteriormente elevada à condição de Departamento de Assistência Médica e Psicossocial pode ser considerada como o marco zero relativo às preocupações com a saúde, médica e social dos policiais civis do Estado do Ceará. Também, é digno de nota citar que, somente no ano de 1988, esta unidade foi incluída na estrutura organizacional da outrora denominada Secretaria de Segurança Pública do Ceará. (MELO, 2007, p. 42/43).

Anteriormente, de conformidade com relato dos profissionais em exercício funcional naquele Departamento, o que existia era um Serviço de Assistência Social, criado por volta do ano de 1974, de caráter puramente assistencialista, dirigido ao encaminhamento de questões sociais relativas ao público externo, o qual foi transformado em setor, para, em seguida, passar a ser o Centro de Assistência Social. No início dos anos 80 ganhou status de Divisão, subordinada diretamente ao Departamento de Recursos Humanos, e, logo em seguida, ganhou maioria através da inclusão na estrutura organizacional como a Unidade já referenciada, sendo posteriormente transformado em Departamento. Desta feita, as ações ofertadas ao público interno passaram a focar o atendimento médico e psicossocial ao policial e a seus familiares.

O Serviço Médico e Social, originalmente, era formado basicamente por Assistentes Sociais e nem sempre funcionou na atual sede da Superintendência. Foi instalado, durante algum tempo, nas dependências do Instituto Médico Legal e, também, foi itinerante, executando suas atividades junto a algumas Delegacias Distritais. Com a mudança de nomenclatura, a partir dos anos 90, a vertente psicossocial, oficialmente, foi estabelecida.

Hoje, o DAMPS é composto de uma Divisão Psicossocial, que presta atendimentos psicossociais, visitas hospitalares, domiciliares e institucionais, orientação a procedimentos funcionais, atendimento a dependentes químicos, atendimento psicológico, bem como mantém um serviço de creche e uma Divisão Médica que realiza consulta e acompanhamento médico, visitas hospitalares e domiciliares, além de campanhas privativas, conforme material de divulgação daquele Departamento.

O referido serviço é composto por assistentes sociais, médicos, um (01) psicólogo, sociólogos, nutricionistas, enfermeiros, auxiliar de enfermagem e pessoal administrativo. Muitos destes profissionais são inspetores e escrivães de Polícia, os quais exercem as atividades mencionadas tendo em vista sua formação acadêmica.

Este Departamento, além de suas atribuições específicas, funciona como um local de abrigo para os policiais que não podem, em decorrência dos problemas de saúde apresentados, voltar de imediato à atividade policial, motivo pelo qual o serviço foi escolhido como ponto de partida para a coleta dos relatos desses policiais sobre seus possíveis sofrimentos psíquicos.

Os dados aqui apresentados, referentes ao DAMPS, foram obtidos através de conversas informais com profissionais da instituição, além da leitura do material de divulgação desse departamento e outras fontes (MELO, 2007; ESTATUTO, 1993).

2.2.3 Dos participantes da pesquisa

O presente estudo, ao escolher a análise qualitativa, não estatística, com registro e privilégio, sobretudo, para a fala dos entrevistados, objetivou investigar o sofrimento psíquico do policial civil.

Foram entrevistados homens e mulheres, pertencentes às classes de Inspetor e Escrivão, todos com mais cinco (anos) de atividades policiais. Delegados ou Delegadas de Polícia não foram entrevistados, uma vez que tais profissionais não são encaminhados a esse serviço ou não procuram diretamente aquele Departamento para tratar sobre saúde, por razões próprias à cultura policial, que vão desde questões hierárquicas e desejo de resguardar a vida pessoal e profissional, conforme relato dos profissionais da saúde em exercício funcional naquele Departamento.

Deve ser mencionada, do mesmo modo, a recusa de alguns policiais em serem entrevistados, sob a alegativa de motivações pessoais, não exploradas neste estudo.

Vale destacar, conforme informação prestada por uma das Assistentes Sociais do DAMPS, que a realização de um maior número de entrevistas, junto ao público daquele Departamento, não foi possível pelo fato de a pesquisadora exercer a função de Escrivã de Polícia, à época da efetivação das entrevistas, na Corregedoria Geral dos Órgãos da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, órgão que tem como uma de suas competências a apuração de transgressões funcionais praticadas por policiais civis, servidores públicos civis e por militares estaduais.

No corpo da presente dissertação, a título de esclarecimento, optou-se, por dirigir-se a todos os participantes da pesquisa, utilizando a expressão “policial civil” ou “entrevistado”, evitando o uso de codificações ou nomes fictícios.

Por questões teórico-metodológicas, a transcrição das entrevistas não será apresentada na íntegra. Será feito, no quinto capítulo, um relato dessas

entrevistas, para uma melhor compreensão do processo de análise de tais discursos.

Antes, serão desenvolvidas algumas reflexões acerca das instituições policiais, suas conceituações e especificidades, instâncias e mitos, por se entender que este é um passo necessário para abordar o tema sob estudo.

3 A INSTITUIÇÃO POLICIAL E SUAS FIGURAÇÕES

“Polícia: para que precisa? Polícia para quem precisa de polícia.” (Titãs).²

A pertinência do presente capítulo diz respeito às inquietações suscitadas pela problemática sob investigação: como discutir o sofrimento psíquico do policial, sem por em cena a instituição policial ou o que faz a Polícia?

Os conceitos de Polícia, a atividade policial e a figura desse profissional policial parecem envoltos em brumas e mistérios, como se ninguém soubesse muito bem o que faz a Polícia, embora a população, quase sempre, quando necessitada, faça um apelo à ordem, à segurança, recorra à própria Polícia e clame por Justiça. Estes dois últimos conceitos, Polícia, instituição vinculada ao Poder Executivo, e Justiça, notadamente, são confundidos, em suas atividades.

Sob a ótica institucional, o fazer polícia, a atividade policial, considerando o que se investiga, muitas vezes, exige o anonimato; o policial precisa ocultar sua missão e identidade. Em outros casos, a expressão “É a Polícia!” soa terrivelmente ameaçadora, pois as denúncias de violência policial, de corrupção, dos abusos do poder, além da tortura, “mazela histórica das Polícias no Brasil, têm sido periódica e insistentemente denunciada nos relatórios dos grupos de direitos humanos” (LEMGRUBER, 2003, p. 37). Isto, possivelmente, justifique a dificuldade e o temor, que o público leigo estabelece em suas relações com a Polícia.

Outro fato, que assusta a sociedade brasileira, é o envolvimento de policiais com o mundo do crime, destacando-se, nesse cenário, a associação criminosa de policiais com o tráfico e a formação de grupos de extermínio, o que gera descrédito em torno da instituição policial: o cidadão brasileiro está “vivendo entre dois fogos – a lei do tráfico e a arbitrariedade policial”, conforme descrito por Lemgruber (2003, p. 47).

² Titãs: Conjunto musical. Letra de música disponível em <http://www.titaa.net/discografia/>. Acesso em 08 set. 2007

O filme “Tropa de Elite” (2007), baseado no livro “Elite da Tropa” (2006), escrito por policiais e por um antropólogo, também desvela uma outra realidade: alguns ditos “cidadãos de bem e do bem”, de forma escusa e hipócrita, também se associam aos criminosos e, mais uma vez, a polícia é desacreditada e “bem paga”, para fechar os olhos.

Todavia, é sabido que a ação policial não deve comportar a arbitrariedade e, embora o uso da força policial seja legítimo e autorizado pelo social, diversos meios e normas legais são estabelecidos para que os direitos e as garantias individuais e coletivas não sejam violados, posto que são assegurados pela própria Constituição Brasileira e outros Códigos específicos, como o Código Penal e o Código Civil, entre outros.

No âmbito policial, também há formas de controle interno e externo de suas atividades. Como exemplo, pode ser citada a criação de Corregedorias de Polícia, que têm como objetivo o controle interno de suas Polícias, bem como, a atuação das Ouvidorias de Polícia, uma forma de controle externo da atividade policial, além do próprio Ministério Público, o fiscal da lei, conforme prevê a Carta Constitucional do Brasil (1988).

Há deveres e limites, pois, aos quais os Policiais e a Instituição Policial estão subordinados, além da conformidade aos regulamentos e estatutos próprios. Os diversos estudos relativos às Polícias (MINAYO & SOUZA, 2003; AMADOR, 2002; VILHENA, 1999), sempre ressaltam a importância de se considerar as relações que se estabelecem entre a instituição policial, seja civil ou militar, e seus instituídos, inclusive, considerando o “espírito do tempo”, as origens e a formação policial em cada lugar, pois:

(..) não se pode ignorar o quanto a instituição nos atravessa e interfere em nosso trabalho. Ter em conta a história, a política, os objetivos fundadores de um estabelecimento, seja ele de saúde, de educação ou prisional, é uma diretriz fundamental... (ALTOÉ, 2005, p. 73)

Neste sentido, as Polícias Brasileiras ilustram bem as modificações sofridas no decorrer do século 20, por exemplo, que foi marcado pela vigência de dois regimes, um militar (anos 60), e outro mais democrático, após 1988, com o

advento da nova Carta Magna, tanto do ponto de vista político como organizacional. Porém, tais regimes não explicam totalmente as políticas e as práticas policiais adotadas pelo Estado Brasileiro.

Cabe esclarecer, ainda, que não se almeja, no âmbito desta dissertação, tratar sobre as questões institucionais das polícias, nem tampouco sobre dimensões administrativas ou de gestão de pessoas, por exemplo. Mas, é fato, que toda e qualquer referência às instituições policiais, necessariamente, é atravessada pelos determinantes históricos, políticos, econômicos e sociológicos de cada povo, nação ou Estado, uma vez que sempre possibilita inúmeros questionamentos, críticas e interfaces: “a polícia não é monolítica, porque a sociedade também não o é” (VILHENA, 1999, p. 121).

Neste capítulo se pretende, sobretudo, examinar as especificidades das instituições policiais para, em seguida, se possível, refletir sobre algumas aproximações teóricas no campo psicanalítico. Conforme relato das entrevistas realizadas, à primeira vista, os significantes “polícia, polícias, policial” estão intrincados nos discursos dos policiais entrevistados. Em face disso, algumas conceituações pertinentes ao universo policial serão analisadas.

3.1 - Polícia, Polícias e o Policial

A palavra polícia, conforme Ferreira (2000, p. 542), é suscetível de diversos significados:

1- Conjunto de leis ou regras impostas aos cidadãos, visando à moral, a ordem e a segurança pública; 2- Corporação que engloba os órgãos e instituições incumbidas de fazer respeitá-las; 3- Os membros de tal corporação; 4- Boa ordem, disciplina; 5- Membro da corporação policial; policial.

Ainda há outras definições, como:

Policial: 1- Da ou próprio da Polícia, ou útil a seus fins. 2- Polícia, policiais.

Policiar: 1- Vigiar, em cumprimento de leis ou regulamentos policiais; 2- Vigiar, zelar; 3- Reprimir, conter; 4- Dominar, conter-se.

Em suas origens, no entanto, o conceito de polícia (do latim – *politia*; do grego – *politea*, *polis*), era relativo à administração das cidades, governo, advindo daí, possivelmente, o seu profundo laço com o social: “o relacionamento da polícia com a sociedade é recíproco – a sociedade molda o que a polícia é e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode se tornar” (BAYLEY, 2001, p. 173).

Preliminarmente, também, é necessário destacar a diversidade histórica e as formas de apresentação da Polícia no mundo, bem como referenciar sua quase universalidade (BAYLEY, *id*, p. 19).

Digno de nota, ainda, é o fato do desconhecimento e da falta de reconhecimento, por estudiosos, em geral, da relevância da Polícia na vida social, “não porque esta não existisse” (BAYLEY, *ibid*, 2001, p. 16), já que os cronistas romanos mencionam brevemente a existência da Polícia, e se referem às Vigílias³, - uma polícia especializada criada pelos romanos que tinha como responsabilidade patrulhar as ruas noite e dia, que, já no tempo cristão, ano 6 d.C, eram consideradas como uma força significativa.

Para muitos estudiosos, a Polícia é definida exatamente como uma força: “O traço distintivo da Polícia não está no desempenho de uma função social específica, mas em ser a fonte de especialistas para a monopolização, pelo Estado, da força legitimada em seu território”. (REINER, 2004, p. 26).

Ao longo da História, tornou-se quase rotineiro associar o nome Polícia a uma “polícia política” ou “polícia secreta”, cuja função era espiar governos e reprimir movimentos políticos, denominados “subversivos”. Essa prática ainda resiste nos tempos atuais, “invocando ‘razões de segurança’ a polícia, em geral, colocou-se após o regime militar, acima e até a margem da lei, garantida pela impunidade herdada da ditadura”, segundo Vilhena (1999 p. 122).

De fato, há dificuldades em se definir o que é Polícia e o que ela faz. Monjardet (2003, p.10) assegura que se deve levar em conta três dimensões para

³ Santos § Santos. Nível de interação entre os integrantes do 1º batalhão de Polícia Comunitária e a Comunidade: uma análise crítica. 2005. Monografia. Curso de Especialização em Segurança Pública. (<http://www.pm.pb.gov.br/ce/academico/monografia/tema16.pdf>). Acesso em 08 de setembro de 2007.

poder fazê-lo com alguma propriedade, embora isto não revele “a verdade” sobre a Polícia:

Toda polícia é um instrumento de produção caracterizado por uma divisão e uma especialização das tarefas, das técnicas, dos procedimentos, dos saberes, uma estrutura hierárquica, normas informais, etc. Essa dimensão organizacional é essencial para se prevenir contra as divagações da teorização gratuita. Toda polícia é, em segundo lugar, uma instituição, um instrumento criado pela autoridade política para promover, realizar ou salvaguardar interesses coletivos identificáveis. Por essa razão incorpora valores sociais centrais, e supõe os controles necessários a respeito desses valores. Enfim toda política é mobilizada por um grupo profissional especializado, “os policiais”, que, como todo grupo profissional, caracteriza-se por interesses e cultura próprios, princípios de identidade frente ao não profissional, critérios de identificação internos. (*id*, 2003, p. 16).

O termo polícia, ainda, designa o “conjunto de instituições fundadas pelo Estado, para que, segundo prescrições legais regulamentares estabelecidas, exerçam vigilância e mantenham a ordem pública, a moralidade, a saúde pública e se assegure o bem-estar coletivo” (SILVA, 1998, p. 616),

Gomes (2000, p. 67) assim a define: “A Polícia é o ramo da administração pública que lida mais diretamente e mais constantemente com o povo. Sua importância é muitas vezes maior do que em geral se pensa, porque ela atua junto às raízes e à evolução do processo social”.

O termo Polícia, para Queiroz (2000), designa o órgão do poder público, cuja função específica é manter, garantir e restaurar a ordem pública, a ordem política e a ordem social. Ela age com base no poder de polícia que, ao manifestar-se de modo concreto pela ação policial, não pode ferir as liberdades públicas, pode limitar ou restringir os excessos cometidos; atua, também, junto ao povo e sua ação gira em torno do complexo campo do comportamento humano.

A respeito do caráter antigo ou moderno atribuído ao conceito ou definições de Polícia, segundo Bayley (2001), podem ser ressaltados três atributos essenciais para estudar e caracterizar uma Polícia dita moderna, cujas palavras chaves são: organizações públicas, especialização e profissionalização. Também, qualquer organização policial pode mudar no que diz respeito à estrutura, treinamento, emprego de força, reputação, poder e composição social. Além disso,

pode variar, em relação aos fechamentos ideológicos na análise dos aparelhos policiais e sobre o problema de se estudar as Polícias, visto que seu trabalho, de forma amiúde, é “politicamente sensível e protegido para preservar o direito de confiança dos cidadãos”. (BAYLEY, *id*, p. 29).

Com relação à falta de estudos sobre a Polícia, principalmente no âmbito acadêmico, os pesquisadores explicam tal fato a partir de quatro grandes vetores: a Polícia não desempenhar papel relevante em eventos históricos portentosos, vez que é uma força auxiliar; a falta de prestígio da atividade policial; o não pertencimento da polícia à elite social; e, por fim, sua atividade ser descrita como moralmente repugnante, uma vez que os controles sociais são desejáveis, mas não são agradáveis levá-los a cabo (BITTNER, 2003).

Outros estudiosos admitem que, para se pretender algum estudo sobre as Polícias, de um modo geral, é imprescindível paciência e tempo para coletar as informações necessárias. (LEMGRUBER, 2003; MINAYO & SOUZA, 2003). Vale ressaltar, porém, que tal realidade vem, progressivamente, em processo de mudança. Muitos estudos já podem ser citados e utilizados por pesquisadores, em geral como fonte de pesquisa, inclusive, em produção brasileira. (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 10/11).

Outros três fatores, vinculados ao trabalho policial, tidos como “estruturais” às organizações policiais, são citados por Bittner (2003), como se fossem marcas, inscrições no corpo policial e que são, ainda, fortes concepções triviais acerca das policias, dispensando até comentários explicativos, pois falam por si:

- 1- O trabalho policial é uma ocupação corrompida (...)
- 2- O trabalho policial é grosseiro, agressivo (...)
- 3- A atividade policial produz divisão social, vez que ‘é muito mais direcionada a quem a pessoa é do que ao que ela faz’... (BITTNER, 2003, p. 99-102).

Como sucintamente apresentado, além das dificuldades naturais em se conceituar o termo Polícia e também em pesquisá-la - posto que seus integrantes são extremamente sensíveis a quaisquer críticas e geralmente têm uma imagem bem pouco positiva a respeito da complexidade de seu trabalho, sentindo-se inferiores e inferiorizados, vistos sob formas preconceituosas e discriminatórias pelo

público em geral (BITTNER, 2003) - as instituições policiais também precisam lidar com problemas ético-morais, relativos às condutas abusivas ou comportamentos não compatíveis com o exercício profissional dos próprios policiais e que causam, no público e no próprio circuito policial, indagações acerca de possíveis problemas de personalidade⁴ do policial anteriores ao seu ingresso na instituição ou problemas de personalidade exacerbados pelo exercício da função policial – os desvios de conduta, no linguajar policial:

Denomina-se desvio de conduta qualquer transgressão do comportamento formalmente esperado do policial, o que inclui desde a qualidade do atendimento prestado à população até a prática de crimes comuns, passando pelo abuso de força ou de autoridade e por faltas disciplinares previstas nos regulamentos internos das corporações. (LEMGRUBER, 2003, p. 74)

Não se pretende separar o joio do trigo ou estabelecer relações de causa e efeito. Como foi ressaltado, anteriormente, busca-se escutar o que provoca o mal-estar no sujeito, no exercício da função policial, e que sofrimentos psíquicos podem advir desse lugar.

Mais uma vez, como nos assegura Freud, ao citar os poetas como dizendo melhor de e sobre nós, são justamente os escritores ficcionais que retratam sabiamente o valor e a presença da polícia no cotidiano: “A polícia aparece freqüentemente em Chaucer, Shakespeare, Hugo, Dostoiévski, London, Conrad e Greene, nem sempre como personagens centrais, mas sempre como personagens com valores sólidos no drama da vida”.(BAYLEY, 2001, p. 17).

No Brasil, curiosamente, Luiz Alfredo Garcia-Roza, um teórico da Psicanálise, elegeu como uma de suas atividades profissionais, literar sobre o tema policial com profundidade, sendo, inclusive, um dos seus personagens, um policial, um Delegado de Polícia de nome Espinosa, antítese do policial comum, quase um “anti-herói”, como define seu criador:

(...) sujeito íntegro, é uma pessoa normal como qualquer outra. Apesar de ser um burocrata, um policial pertencente ao aparato de Estado, um homem de gabinete. Um homem normal, um funcionário

⁴ Problemas de personalidade: forma de expressão que o público em geral utiliza para descrever quaisquer comportamentos não compatíveis com a conduta de um policial, de um modo geral, sem referência direta à ciência psicológica e a dimensão ou problemas que tal conceito – personalidade – impõe a cada teoria psicológica (esclarecimento do autor).

público. Mas ele é íntegro. Ele, de alguma maneira, diz que é possível ser íntegro. Até na polícia. O policial não tem que ser corrupto, assim como ninguém tem que ser corrupto. Se há uma exigência fundamental ao ser humano, é que ele seja íntegro, que seja ético. (...) Ele tem características muito próprias. Ele não é um super herói que dá socos, ele não dá tiros. Ele não se impõe pela força física, ele nem é um grande atirador. Ele é um investigador, que procura fazer da melhor maneira possível seu trabalho, e de preferência, evitando socos e tiros. Ele é quase um anti-herói. (...) Ele leva a vida mais leve, apesar da atividade dele ser mais pesada. (...) E fisicamente eu nunca defini o Espinosa. Ele não tem características físicas, eu deixei meio indefinido mesmo (GARCIA-ROZA, 2000, s/p).

Nesta assertiva, Garcia-Roza brinda-nos com uma imagem do policial contrária ao senso comum, vez que a população, em geral, costuma associar à figura do policial características e valores bem depreciativos. De modo preocupante, isso é integrado à cultura policial, ou seja, o policial assimila valores, normas, perspectivas e dirige sua ação, enfim, guiado pelas impressões dos outros, muitas vezes veiculadas ou alimentadas pela mídia, negando sua individualidade, o que pode gerar sofrimentos diversos e criar situações de impasse relativas ao próprio trabalho policial.

Reiner (2004) referencia um estudo clássico sobre cultura policial, o de Skolnick, de 1966, o qual elege como características centrais da “personalidade do trabalho” do policial ou facetas do trabalho da polícia: perigo, autoridade, pressão para produzir. Outras também são referenciadas: sentimentos de missão, amor hedonista por ação e cinismo pessimista, suspeição, isolamento / solidariedade e conservadorismo. Ratifica também que tais facetas são uma forma de administrar as pressões e tensões com que o policial constantemente se depara, embora não sejam necessariamente universais ou imutáveis, até porque são muitas as Polícias.

O termo policial, por sua vez, sem indicação de gênero, caracteriza a pessoa que faz parte de um órgão público e é responsável pela atividade policial, o qual tem o “compromisso de bem e fielmente promover os direitos humanos e zelar pelo estado democrático de direito, mesmo com o sacrifício da própria vida”. (QUEIROZ, 2000, p. 109).

Nesta conceituação, o que fica evidente é a forma de compromisso a que a pessoa deve estar submetida e a perspectiva de uma doação ilimitada ao outro –

ninguém é obrigado a escolher a profissão de policial, mas pode se pagar tal “escolha” profissional com a própria vida; quase sempre, ao se conceituar o policial, este é descrito por suas qualidades desejáveis, quase heróicas, vez que uma série de imperativos devem ser cumpridos para este ser considerado apto para exercer a atividade policial traduzida sob a fórmula: saúde física e psicológica, exigências dos tempos modernos, mais apropriação de conhecimentos técnicos compatíveis com cargo a ser exercido.

Hodiernamente, exercer a função policial pressupõe, portanto, uma “testagem mental”, uma avaliação psicossomática – as denominações são variadas - enfim, uma avaliação psicológica, conforme se verifica em editais de concursos públicos recentes, ocorridos nos anos de 2002 e 2006, publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará, para ingresso na instituição policial civil. Mas isto nem sempre foi assim. Gomes (2000) assevera que, em tempos passados, o trabalho do policial não era considerado sequer como profissão; inexistiam preocupações relativas a quaisquer qualificações ou pré-condições para o exercício das funções policiais.

Atualmente, do ponto de vista psicológico, os atributos requeridos variam conforme o cargo a ser desempenhado, sendo aferidos, através de uma avaliação psicológica inicial, com uso de testes psicológicos que visam avaliar, sobretudo, “inteligência” e “personalidade”, traçando, desta forma, um perfil psicológico e intelectual do candidato.

A seguir, a título de exemplo, serão apresentados os requisitos desejáveis para os cargos de Delegado, Escrivão e Inspetor de Polícia Civil, constantes nos Editais de Abertura de Concurso Público, recém-mencionados:

- Delegado – liderança, tomada de decisão, tônus vital, inteligência prática, adaptabilidade, sociabilidade, percepção de detalhes, resistência à fadiga, produtividade, atenção difusa e controle emocional, definido como a “*capacidade de manter domínio sobre reações emocionais diante de situações adversas*”;
- Escrivão de Polícia – atenção concentrada, percepção de detalhes, resistência à fadiga, produtividade, sociabilidade, adaptabilidade, tônus vital, controle emocional ou a “*capacidade de manter domínio sobre reações emocionais diante de situações adversas*”, normativo, iniciativa, capacidade de organização;

- Inspetor de Polícia – agressividade, emotividade ou a “*capacidade de manter domínio sobre reações emocionais diante de situações adversas*”, tônus vital, inteligência prática, iniciativa, adaptabilidade, sociabilidade, capacidade de organização, percepção de detalhes, resistência à fadiga, produtividade.

Ainda, como parte da avaliação para ingresso, é prevista uma investigação social e funcional, a qual tem como objetivo verificar se os candidatos apresentam conduta e moralidade adequadas à função.

Todos estes instrumentos avaliativos, além de outros, são instituídos com o objetivo de garantir um comportamento, uma moralidade e uma saúde psicológica compatível com o exercício das funções policiais, seja da autoridade policial, seja dos seus agentes:

A avaliação do nível intelectual é importante, mas muito mais indispensável e fundamental, no caso da atividade policial, é o candidato possuir bom caráter e ilibada reputação. Porque, como é sabido, a função policial implica em lidar com o poder, com a força, com a violência e com tentações de várias espécies. (...) Na realidade, o servidor policial desempenha uma função especial, sofrendo, na rotina de seu trabalho, pressões simultâneas derivadas do exercício do poder, do confronto com a violência, do inerente risco de vida e sobretudo da oferta de tentações cativantes. Nenhuma outra função pública lida, ao mesmo tempo, com a possibilidade de travar contato com tantos fatores adversos à manutenção de uma conduta retilínea. (GOMES, 2000, p. 87-88).

Deve ser ressaltado, que, para muitos, a atividade policial não significou, necessariamente, uma escolha ou vocação. Balestreri (2003) afirma que, via de regra, na instituição ingressam dois tipos de “operadores”:

os vocacionados, com significativo grau de altruísmo, disposição para o serviço, projetos de vida identificados com causas sociais e capacidade de suportar frustrações sem desqualificar o trabalho junto aos beneficiários; e os não vocacionados, ingressantes por falta de melhores oportunidades (ao menos nos níveis mais básicos, não dirigentes), com projetos de vida meramente voltados à sobrevivência ou à gratificação pessoal-individual (no aguardo de melhores oportunidades), com primário nível de consciência ética e desenvolvimento moral. Desse último grupo origina-se, concretamente, a violência e a corrupção (BALESTRERI, 2000, p. 61)

Nos dias atuais, o modo de ingresso na instituição policial, via concurso, tem se constituído como um bom atrativo, por ser uma função pública que oferece algumas garantias trabalhistas ante a precariedade e o provisório do mundo do trabalho privado, em geral. O que parece interessar aos candidatos é estar empregado, portanto e, não necessariamente, ser vocacionado para o trabalho policial.

A Polícia, então, parece ter nascido assim: ora, possivelmente, formada por pessoas que pareciam não ter tido outra escolha, mas eram, decerto, corajosas, dispostas a pagarem o preço, a correrem riscos, a utilizar a força, a força policial: “eles seriam irreconhecíveis como policiais se não tivessem essa autoridade”. (BAYLEY, 2001 [1], p. 20); ora, formada por pessoas vocacionadas, “não imunes” às possíveis dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho, e outras tantas, as não vocacionadas, apenas aptas ao exercício funcional, à espera ou não de novas chances de trabalho, mas que podem desestabilizar “vocacionados” e gerar descrédito à atividade de Segurança Pública como um todo.

Descortina-se, então, a seguinte situação: sendo o policial vocacionado ou não, o fato é que a missão policial deve ser cumprida, com eficácia e eficiência; advindo, daí a preocupação constante de educar o homem para a atividade policial (BALESTRERI, 2000, p. 63-64).

Talvez, então, a série de preconceitos existentes acerca das Polícias e dos policiais remonta a tempos primitivos ou não, o que leva a concordar com Mezan (2002), ao defender a idéia de subjetividade como passível de ser entendida, sob dois aspectos diferentes: experiência de si e condensação de uma série de determinações.

Na experiência de si, está contida a idéia do inconsciente e, quanto às condensações, elas podem estar além ou aquém da experiência de si, colocando limites e condições ao funcionamento do sujeito, pois a subjetividade contém o singular (“biografia”, “paixões”, escolhas”, “atos individuais”), o universal (o que é partilhado “com todos os demais humanos” – “linguagem”, o fato de “sermos mortais e sexuados”) e o particular (“próprio a alguns, mas não a todos”). Nasce, daí, a

hipótese de que apesar de todos exercerem a atividade policial, nem todos são afetados por ela da mesma forma.

3.2 Fazer polícia: instâncias e mitos

Minayo e Souza (2003), em sua análise histórico-social sobre a instituição policial, salientam que a Polícia, em suas origens, compreendia a Justiça, as Finanças e o Exército, apresentando-se atrelada à expansão do poder do Estado, desde o final do século XVII e século XVIII, sob o regime absolutista.

Em pleno século 21, pode-se constatar, ainda, que as instituições policiais, de um modo geral, continuam presas ao Poder Executivo, podendo se falar, na verdade, tanto na modernidade como na antiguidade, de uma polícia que serve e, igualmente, ajuda a eleger governos, quase sempre sob a forma de promessas de segurança para o povo, dado revelado através de notícias profusamente divulgadas na mídia – imprensa falada e escrita: “a polícia entra na política, querendo ou não”. (BAYLEY, 2001, p. 203).

Monjardet (2003, p. 22) acredita que a Polícia existe para servir e pode fazê-lo, atendendo a objetivos os mais diversos, totalitários ou democráticos, pois depende de quem a instrumentaliza, originando a expressão registrada por estudiosos das instituições policiais e utilizada por seus protagonistas para definir seus papéis: “os policiais são o martelo entre o ferreiro e a bigorna” ou, citando Gomes (2000):

... a Polícia é algo mais que uma organização destinada a manter a ordem e o respeito à Lei. A Polícia é também reflexo do Governo. É a imagem do Governo perante o povo. Conseqüentemente, se a Polícia é justa, o povo, que tem contato imediato e diário com ela, vai considerar o Governo justo. Mas se a Polícia é brutal e menospreza os direitos civis será o Governo brutal. E se a Polícia é inepta será o Governo que parecerá incompetente e incapaz de manter os direitos e privilégios do povo. (p. 12)

Discorrendo sobre “O Panoptismo”⁵ e, supondo a instituição policial organizada como um aparelho de Estado, Foucault (1997) evidencia que os

⁵ Panoptismo: mecanismo de poder ideal baseado no Panóptico de Bentham, o qual desenvolveu uma arquitetura do poder onde o par ver-ser visto foi dissociado em nome do fazer reinar a disciplina entre os homens, sem apelo

mecanismos disciplinares foram estatizados e o sistema policial passou a exercer as funções de disciplina social; a Polícia, com todas as suas especificidades, passou a ser identificada com a sociedade do tipo disciplinar:

... O poder policial deve-se exercer “sobre tudo” (...) “tudo o que acontece”; o objeto da Polícia são essas “coisas de todo instante”. Essas “coisas à toa”... (...) E, para se exercer esse poder, deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível (FOUCAULT, 1997, p. 176)

Na França, assuntos de polícia eram tratados como questões de Estado. Em Londres, no ano de 1829, por exemplo, com a criação da sua Nova Polícia, a organização policial é legitimada e identificada com o controle da ordem pública, detentora do uso legítimo da força física e como agente do consenso.

Tais fatos revelam duas características de caráter permanente sobre a Polícia: “uma instituição de proteção social e a principal forma de autoridade” (SANTOS & TIRELLI, 1999, p. 117).

Dessas relações singulares estabelecidas entre Polícia e Sociedade, ao longo dos séculos, cada povo, cultura ou nação, acabou por evocar uma qualidade especial às suas Polícias: Comunitária (Polícia Inglesa), Estatal (Polícia Francesa), Legalista (Polícia Americana), mas todas mantêm o “mito de origem”: “papel de defesa da ordem social vigente” (MINAYO & SOUZA, 2003, p. 54), sendo, portanto, um dos pilares da formação da sociedade capitalista, sob dois aspectos: o exercício legítimo da força física (coerção e controle) e a produção de consenso (proteção).

Vale destacar que a Polícia Brasileira, por sua vez, inspirou-se nas Polícias Francesa e Inglesa, ou seja, ela mantém o mito originário, porém, “nela está contida a virtualidade da violência física, ilegítima, enquanto prática social, o que implica a possibilidade das práticas do excesso de poder” (SANTOS, 1997, p. 162).

No Brasil, ao longo dos anos, o conceito de polícia passou por diversas mutações: foi muito utilizado, no sentido de repressão; no discurso social, muitas vezes, foi e é sinônimo de abuso de poder (poder da polícia), e também de proteção

à força; um laboratório ou zoológico de homens disciplinados, visíveis e invisíveis ao mesmo tempo. (FOUCAULT, M. Vigiar e Punir, 1987, p. 162-187).

(poder de polícia); nos anos 80, reivindicou a condição de ser cidadã e, nos dias atuais, incorporou o conceito de segurança e adotou uma política de defesa do social: “Afim, a polícia é uma instituição eminentemente democrática, a despeito dos propósitos a que serviu e das manipulações a que se submeteu, no Brasil e no mundo” (SOARES, 2003, p. 10).

Mais uma vez, conforme Gomes (2000, p. 67), se percebe o laço que a instituição policial mantém com a sociedade, com a cultura, com a civilização, confirmando o discurso de que a Polícia nasceu com o Estado, estando a seu serviço.

Constatou-se, também, que a instituição policial foi e é atravessada pelos conceitos e preconceitos culturais, pelos fatos e discursos políticos-sociais. Neste fogo cruzado, sempre encontramos o policial, seja o Federal, o Estadual ou o Guarda Municipal, e, como assegurado por Balestreri (2003), também é preciso lembrar que o policial é cidadão, com direitos e deveres.

A Polícia, como já ressaltado neste texto, não é única; pode-se falar de Polícias e em instâncias de poder, partes de poder, embora a função primordial seja a da vigilância. O policial, por sua vez, embora identificado com as questões institucionais a que pertence, é, sobretudo, um sujeito de desejo.

No Brasil, a Constituição, promulgada em 05 de outubro de 1988, em seu artigo 144, que trata da Segurança Pública, como “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”, estabelece as atribuições das Polícias existentes - Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Cíveis, Militares e Corpos de Bombeiros Militares – todas orientadas para a “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”.

Ao eleger como recorte de estudo o sofrimento psíquico do policial civil, cumpre ressaltar que às Policiais Cíveis, constitucionalmente, cabe a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as Militares. Nota curiosa é a referenciada por Carvalho (1989, p. 87), o qual revela que a Polícia Civil foi ignorada por mais de 164 anos, pois todas as Cartas Magnas anteriores a 1988, em número de seis (06), sistematicamente, a desprezaram, e, se tal sorte mudou foi

graças à luta de Policiais desejosos de sua institucionalização e existência constitucional. A história da Polícia Civil em nosso País é compatível, então, com a história de muitas Polícias no mundo.

No Estado do Ceará, a Superintendência da Polícia Civil é vinculada operacionalmente à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, a qual integra a estrutura organizacional da Governadoria, do Poder Executivo e toda a atividade policial civil é regulamentada em Estatuto próprio – Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará – Lei 12.129/93 (D.O. E. 06/07/2003)

Resumidamente, conforme descrição em *site* institucional⁶, as atribuições da Polícia Civil do Ceará são: exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária estadual e visa a apuração das infrações penais e de sua autoria, através do inquérito policial e de outros procedimentos de sua competência, além de resguardar a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País, adotar providências cautelares, destinadas a preservar os locais, os vestígios, e as provas das infrações penais; requisitar exames periciais, para comprovação da materialidade das infrações penais e de sua autoria; exercer a prevenção criminal especializada; planejar, coordenar, executar, a orientação técnica e o controle das atividades policiais, administrativas e financeiras; cabe, também, à Polícia, colaborar com a Justiça Criminal, fornecendo as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos criminais e a promoção das diligências requisitadas pelas autoridades judiciárias e pelos representantes do Ministério Público, cumprir mandados de prisão, atuar harmonicamente com órgãos congêneres federais e de outras Unidades da Federação, objetivando manter intercâmbio de interesse policial para apuração das infrações penais, exercer as atividades procedimentais relativas a menores, nos termos da legislação especial e promover a integração com a comunidade.

Ainda, no sítio virtual referenciado, há um pequeno histórico acerca da instituição policial civil, definindo-a como criação genuinamente brasileira, sendo inaugurada através de um alvará baixado pelo príncipe regente D. João, em 1808. A

⁶ Disponível em (<http://www.policiacivil.ce.gov.br/>), Acesso em 15 de janeiro de 2008

primeira organização policial civil no país foi organizada, pois, sob o nome de “Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil” e tinha como função prevenir e reprimir crimes. Somente no ano de 1841, a Polícia Civil passou a exercer a função de “*investigatio criminis*”, a cargo de um delegado de Polícia, ou seja, passou a desempenhar o papel de Polícia Judiciária, investigativa, a grande auxiliar da Justiça, pois é justamente a produção do inquérito policial, a finalidade maior da Polícia Civil; o inquérito policial é a peça informativa e despida de juízo de valor sobre os fatos apurados que inaugura a ação penal.

Vale destacar que, no Ceará, somente em 1890, através do Decreto nº 01 do Governo Republicano, começou a se legislar sobre a Polícia Civil. Ainda, como fatos relevantes, entre tantos, cumpre citar, no ano de 1928, a criação da Secretaria da Polícia e Segurança Pública; no ano de 1948, a criação, no Estado do Ceará, da Polícia Civil de Carreira; depois, no ano de 1997, com a extinção da Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Civil recebeu a designação de Superintendência da Polícia Civil, vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania, depois transformada em Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (MELO, 2007).

Com relação aos regulamentos institucionais, é importante ressaltar que somente no ano de 1969 foi publicado o primeiro Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará, sendo alterado no ano de 1993, com a publicação da Lei 12.124 – Estatuto da Polícia Civil de Carreira, o qual já sofreu algumas modificações e acréscimos em seu texto inaugural.

Destaca-se, também, que o Estatuto acima citado, pela primeira vez, fez menção aos símbolos da Polícia Civil: o Hino, a Bandeira, o Brasão e o Distintivo. Curiosamente, tais símbolos até janeiro de 2008, não foram oficializados e, quanto ao Hino, circulam duas letras de músicas propostas, respectivamente, por um Inspetor, “Hino dos Policiais Civis” e outra por um Delegado de Polícia, “Hino da Polícia Civil do Ceará”. (MELO, 2007). Esta situação foi sanada, recentemente, com a publicação do Decreto nº 29.263, de 16/04/2008. (D.O.E. 18/04/2008).

Fazer referência a tais fatos, mesmo de forma pontual, tem ligação, sobretudo, com as mudanças introduzidas por alterações, tanto do ponto de vista

institucional, como legal. Ao longo dos anos, todos os Policiais Civis do Ceará, precisaram se habituar com novas designações, perdas salariais, redução de efetivo, introdução de novas tecnologias e fazeres, condições precárias de trabalho, sem falar nas mudanças do ponto de vista processual legal, advindas com a revisão constitucional, criação de novos estatutos nacionais (da Criança e do Adolescente, do Desarmamento, etc), controle externo das Polícias, além de crises internas (BRASIL, 2000). Tudo isto, evidentemente, tem um impacto sobre a subjetividade dos policiais, podendo se constituir, em tese, como uma outra possível fonte de sofrimento para alguns, pois “nota-se que cumprir a missão policial é bem mais difícil do que se diz no discurso oficial da segurança pública.” (ALMEIDA & BRASIL, 2004, p. 181).

Além disso, os temas relativos à (in)segurança pública, violência policial, despreparo dos policiais em fazer frente ao crime e aos criminosos, visto que “a Polícia prende e a Justiça solta”, assim como a unificação das polícias são pontos de discussão nacional entre diversos especialistas (BARREIRA, 2004).

Igualmente, de forma quase diária, diversas matérias jornalísticas impressas, televisivas ou virtuais, que tratam sobre denúncias de abuso de poder, chegam ao conhecimento da população; o uso recorrente à força física, inclusive com relatos de tortura; formação e atuação de grupos de extermínio dentro das próprias polícias, agressão e morte e causadas por policiais e morte de policiais pelos “fora-da-lei” também fazem parte da mídia e abrem muitas especulações a respeito do acaso, da prática de vingança ou da Lei de Talião, “olho por olho, dente por dente”, que vigorava em tempos muito rudes, ou mesmo da promiscuidade do policial ante a sedução do mundo marginal, com seus prazeres fáceis e mortais.

Observa-se, também, que há iniciativas governamentais no sentido de estabelecer políticas de valorização do servidor da Segurança com foco na capacitação (cursos, seminários, treinamentos) e, também, na saúde, visando minimizar possíveis danos pessoais e funcionais decorrentes do exercício da missão policial, em menor número, é verdade, mas sinalizadora de que há necessidade de investimento no homem (SENASP, 2006).

Assim, diante questões tão profundas, além do mito de origem já citado, outros mitos podem ser considerados, ligados, desta feita, ao discurso policial, conforme citado por Monjardet (2003, p. 213/214), quais sejam, o mito de Sísifo, “herói absurdo por suas paixões e tormentos”, condenado a empurrar sem descanso um rochedo até o cume de uma montanha, de onde a pedra caía de novo, em conseqüência do seu peso, como afirma Camus, escritor e filósofo francês, e o mito de Dâmocles ou como é mais popularmente conhecido, da Espada de Dâmocles, o símbolo de um perigo iminente que paira sob a cabeça de alguém.

Tais mitos são extremamente pertinentes e reveladores das especificidades que circundam o trabalho policial, o policial e seus possíveis sofrimentos. A labuta incansável e a possibilidade da morte, para alguns, é possivelmente, desencadeadora de muitos conflitos. O ato de atirar e a possibilidade de “tirar a vida” de alguém, no exercício do estrito dever legal, mesmo de um criminoso, pode, igualmente, gerar variados conflitos, morais, inclusive. O ato de fazer uso progressivo da força no atendimento a uma ocorrência ou em uma missão, de reagir desproporcionalmente às situações de tensão, igualmente. Esses possíveis sofrimentos, decerto, têm relação com o sujeito, qualquer que seja a sua forma de organização psíquica - histórica, perversa ou psicótica, pois a “a agressividade se manifesta numa experiência que é subjetiva por sua própria constituição”. (LACAN, 1998, p. 105).

Campbell (1990, p. 131), ao se referir ao herói, o define como “alguém que deu a própria vida por algo maior que ele mesmo”. Defende, ainda, que todos os mitos lidam com a transformação da consciência, ou seja, a aventura consiste em abandonar individualismos, voltar-se para os outros, seja por provações ou revelações. Isto encerra contradições, pois o herói tanto pode morrer como matar e, nisto, há uma escolha, que pode ser responsável e intencional, e, outra, não intencional. Há, também, acontecimentos imprevistos, dos quais pode sair transformado. Salienta também que o herói transforma-se de acordo com a cultura, mas a vida interior do homem é a mesma, pois desejo e medo são as emoções que governam a vida e, com a vida vem o perigo, o sofrimento e a morte: “o desejo é a isca, a morte é o arpão” (*id*, p. 149).

Com relação ao sofrimento (*ibidem*, p. 170), esclarece que os mitos podem ensinar a enfrentá-lo, suportá-lo, interpretá-lo; não há nenhum mito que afirme que não há sofrimento no viver; a vida não é apenas felicidade, a vida é fruto do seu próprio fazer e todos são responsáveis por suas escolhas e atos, mesmo as que parecem ter sido feitas por acaso, sendo a saga do herói, a aventura do viver. Admite ainda que uma sociedade precisa de heróis, ao invés de celebridades, ícones quase sempre muito narcísicos.

No Brasil, diante das crises na Segurança Pública e da insegurança e desamparo em que vivem as populações e também os policiais, além das ambigüidades reveladas no discurso social e acadêmico, supõe-se um possível fracasso das instituições policiais e uma certa vitória da criminalidade, ante as notícias veiculadas na mídia.

Este fato corrobora a tarefa quase inglória da Segurança Pública e, pode se constituir como uma fonte de sofrimento para seus integrantes, embora se saiba que, ao longo dos anos, a articulação Polícia e Sociedade, mesmo com todas as suas fragilidades, tem se mostrado imprescindível para a regulação da Lei e dos homens, assim como a existência dos mitos para a humanidade ou dos contos de fadas, o mito que pode ser compreendido pela criança.

Diante de tais fatos, acredita-se que a Psicanálise coloca em pauta, ao mesmo tempo, uma profunda reflexão e uma virada epistemológica, que possibilita perspectivas para a instauração de um amplo debate sobre os (des)cumprimentos das leis, das questões, em que o público e o particular parecem diluir-se e onde o sujeito e os fenômenos sócio-culturais, mais uma vez, são interrogados em seus limites ou interfaces.

Reafirma-se, em face disso, a pertinência de se investigar acerca do sofrimento psíquico, pois o policial convive com a crua realidade social; é testemunha dos atos de violência, em geral, e da morte de muitos, inclusive de amigos e/ou colegas policiais; é convocado incessantemente a assumir uma posição fálica, de salva(dor) e, contrariamente, é exposto a uma posição de completa impotência, ao se defrontar com a morte, por dever de ofício.

O mito de Sísifo, do mesmo modo, parece revelar que, de fato, há um sofrimento no exercício das funções policiais, e, justamente, “as histórias e os mitos ajudam a compreender o que há de mais específico e mais novo em Psicanálise (KAUFFMAN, 1996, p. 684). A mitologia, segundo este autor, “dá coragem para se acreditar na Psicanálise”, pois aproxima-se da composição dos sonhos e é uma mostra do “imaginário civilizado” cujo teor a Psicanálise finalmente permite compreender ou citando Freud (1921/1980, p. 172): “o mito é o passo com o qual o indivíduo emerge da psicologia de grupo”.

A narrativa da “Espada de Dâmocles” com sua simbologia de excesso de poder, prazeres, perigo e medo, possibilita, também, pensar a questão da morte. Freud, no texto de 1915, “*Reflexões para os tempos de guerra e morte*”, enunciou uma série de considerações sobre os desenganos da guerra e “nossa atitude para com a morte”, ressaltando que o inconsciente não crê na própria morte, pois “desconhece tudo o que é negativo e toda e qualquer negação; nele, as contradições coincidem. Por esse motivo, não conhece a sua própria morte, pois a isso só podemos dar um conteúdo negativo” (FREUD, 1915b/1980, p. 335).

Com relação ao heroísmo, a seu modo, contrapõe o entendimento racional geral de que a vida do indivíduo é menos importante que os bens abstratos e gerais, salientando que o heroísmo instintivo e impulsivo desconhece o perigo e que a morte é admissível para os estranhos e os inimigos, pois a realidade psíquica é a que interessa ao inconsciente.

No texto “*O Eu e o Id*”, Freud (1923/2007, p. 64) assegurou que o “Eu é o verdadeiro sítio do medo” e o medo da morte desenvolve-se entre o Eu e o Supereu, ocorrendo, sob duas condições: “como reação a um perigo exterior ou como resultado de um processo interno, como ocorre, por exemplo, na melancolia” (*id*, p. 65). Também, salientou que o medo da morte e o medo diante da consciência moral são “processamentos do medo de castração”, pois, é no Id, que Eros e a pulsão de morte “travam suas batalhas”.

No texto “*Inibições, Sintomas e Ansiedade*”, Freud (1926 [1925] /1980) elegeu o Eu como a sede da angústia e admite ser a formação de sintomas o fato que pode por um fim a uma situação de perigo.

Freud, em entrevista concedida a um jornalista americano no ano de 1926, afirmou que “a pulsão de vida é forte o bastante para contrabalançar a pulsão de morte, embora no final esta resulte mais forte” (VIERECK, 2004, p. 7). A morte é uma certeza para todos, mas a possibilidade da morte parece ganhar corpo e se precipitar no ofício do policial, na intensidade com que ele se entrega às urgências do cumprimento do dever e do viver. Parece haver, também, um prazer, mas tudo parece árduo: relações afetivas, trabalho, dinheiro, sofrimentos - *Sísifo* e a espada de Dâmocles, *Édipo*, *Eros* e *Thanatos*, este último sempre vigilante, panóptico antigo, moderno e surreal.

4 DOS SOFRIMENTOS PSÍQUICOS AOS SINTOMAS

“A medida da vida é o sofrimento”. (Adélia Prado, 1991, p. 295-296)

4.1 Percorrer trilhas

Na construção desta dissertação, muitos caminhos foram visitados, ora por pura curiosidade, ora no intuito de mapear a realidade vivenciada pelos policiais, mas, sobretudo, na busca de estudos que averiguaram o sofrimento psíquico, por este ser o móbil de nossa pesquisa. A título de ilustração, serão citados alguns trabalhos que mostram a multiplicidade de temáticas abrigadas sob esta vertente investigativa e o campo cheio de ambigüidades com que os estudos sobre o tema se deparam.

Em uma pesquisa com Policiais Civis do Rio de Janeiro que versa sobre condições de trabalho, condições de saúde e qualidade de vida (MINAYO & SOUZA, 2003), em que a saúde mental, também, foi investigada, as autoras referenciam sofrimentos psíquicos diversos aferidos pelo uso da Escala *Self-Reported Questionnaire* – SRQ-20 (Harding *et al*, 1983), e apresentam uma síntese dos resultados encontrados: “Agitação e nervosismo são os sintomas mais relatados por 48,2% dos policiais, seguidos por distúrbios do sono (37,4%), sentimento de inutilidade (33,3%), sentimentos de tristeza (31,5%), dores de cabeça (25,9%) e cansaço (24,2%)” (CONSTANTINO *et al*, 2003, p. 254).

As autoras ressaltam que os sofrimentos apresentados mantêm relação com o serviço desempenhado no campo operacional, administrativo ou técnico; com o tempo de trabalho na instituição, com o grau de insatisfação experienciada no trabalho e com outros setores da vida. Registram, também, a alta incidência de distúrbios mentais, o uso elevado de calmantes e álcool, o estresse, o transtorno do pânico, a depressão e os suicídios, entre tantas outras enfermidades.

Na pesquisa em referência, as autoras corroboram a ausência de “iniciativas de atendimento para ajudar os policiais” (CONSTANTINO *at all*, 2003, p. 261) e, com relação ao suicídio, afirmam que o Brasil não dispõe de dados sobre esta questão, uma vez que não se tem um número exato de suicídios entre policiais, embora a literatura internacional revele números elevados. Tais índices prevalecem nos homens e estão associados a dificuldades no trabalho ou transtornos psiquiátricos, dentre outros fatores relevantes. Conforme dados do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos⁷, só no Estado do Ceará, no ano de 2007, oito (08) Policiais Militares, na ativa, puseram fim à própria vida.

Já em 1999, o Ministério da Saúde, através da Portaria 1339/1999, de 18/11/1999, estabeleceu uma lista de “transtornos mentais e de comportamento relacionados ao trabalho”, quais sejam: demência, *delirium*, transtorno cognitivo leve, transtorno orgânico de personalidade; transtorno do ciclo de vigília/sono e neuróticos; alcoolismo crônico, depressão, estresse pós-traumático; neurastenia (fadiga) e síndrome do esgotamento profissional – *burnout*, e, justamente, estes sofrimentos, designados psíquicos, mentais ou emocionais, têm orientado os estudos no que se refere à saúde dos policiais. (CONSTANTINO *at all*, 2003, p. 248)

De acordo com Constantino (*id*; p. 247 - 289), na pesquisa com policiais civis do Rio de Janeiro (MINAYO & SOUZA, 2003), tanto os profissionais de saúde como os próprios policiais revelam o sofrimento psíquico dos que precisam cuidar da segurança pública, quando suas próprias dores são negadas ou escamoteadas, conforme transcrições abaixo:

(...) o trabalho do policial é gatilho, não causa, mas é gatilho para vários distúrbios de humor, principalmente os depressivos e a depressão crônica, com grave repercussão na vida dele, na vida familiar e na vida profissional, colocando a vida dele em risco pelo sintoma da própria doença (...). Os relatos que eu ouço são assim, impressionantes; de como eles passam mal, se sentem mal... (p. 257)

Dos 27 anos em que eu estou na casa, o que é que eu vejo? São policiais que se suicidaram, policiais que morreram porque o coração não resistiu ao estresse ou policiais que ficaram malucos. (p. 259)

⁷ “SECRETÁRIO do Ceará atesta ‘epidemia’ na Polícia”. Disponível em <http://www.direitos.org.br/> - Matéria datada de 11/11/2007 – Acesso em 23/06/2008

Em outro estudo, desta feita para a identificação das fontes de estresse no trabalho de Soldados da Polícia Militar de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o *burnout* é apontado como um tipo específico de *stress* no contexto policial, e, assim, é perfeitamente justificável a defesa e a importância de um curso para aprendizado de controle de estresse pelos policiais. Os dados revelados demonstraram compatibilidade com outros trabalhos internacionais, os quais constataram que “existem duas grandes fontes de estresse no trabalho da Polícia: 1) a natureza do trabalho da polícia; 2) natureza das organizações da Polícia” (ROMANO, 1996, p. 205).

Em estudo sobre a violência policial, sob a perspectiva da Psicologia do Trabalho, Amador (2002, p. 155) concluiu que a “violência policial consiste em uma expressão do sofrimento psíquico dos policiais no trabalho” e defendeu a necessidade de serem consideradas a subjetividade e a saúde do policial, pois somente desta forma o sofrimento no trabalho poderia ser transformado.

O curso “Saúde ou Doença: de que lado você está?”, do Projeto Segurança e Educação ao Alcance de Todos (SEAT), na modalidade Educação à Distância, produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP /MJ /ANP (2006, Módulo 2, p. 1-33) e dirigido aos profissionais da Segurança Pública, sustenta que “há relação entre as condições de trabalho e as doenças laborais” e elenca as doenças do trabalho que mais afetam os profissionais de segurança pública, quais sejam: Ler/Dort, *Burnout*, Distúrbio Afetivo Bipolar (DAB ou TAB); Depressão; Ansiedade; Alcoolismo; Dependência Química; Transtorno de Ataque de Pânico (TAP) e as doenças psicossomáticas. Vale ressaltar que, neste grupo, são referenciadas as doenças psicossomáticas ditas clássicas como úlcera péptica, asma brônquica, artrite reumatóide, hipertensão arterial, colite ulcerativa, dermatites e diabetes.

Numa perspectiva mais ampla, envolvendo outras classes de trabalhadores, acerca da “loucura do trabalho”, Dejours (1992), alinhando-se dentro de um referencial psicanalítico, defende que “a forma de que se reveste o sofrimento varia com o tipo de organização do trabalho”. Relata, também, que os trabalhadores elaboram estratégias defensivas para evitar o sofrimento, o qual é descrito como uma vivência global sustentada pelos sintomas “insatisfação” e “ansiedade”.

O autor acredita que este sofrimento só pode ser descoberto no exame das sintomatologias próprias a cada profissão. Admite, ainda, que, se a “violência da organização do trabalho” desencadeia tanto doenças psíquicas como somáticas, é porque o aparelho mental não é apenas um “compartimento” do organismo: “A vida psíquica é, também, um patamar de integração do funcionamento dos diferentes órgãos. Sua desestruturação repercute sobre a saúde física e sobre a saúde mental.” (DEJOURS, 1992, p. 134).

Dejours (*id*, p. 135/136) retoma esta perspectiva, por assim dizer, freudiana, que o trabalho figura, em muitas situações, como extremamente benéfico ao equilíbrio psicossomático, apontando para o prazer de trabalhar e o trabalho como fonte de uma satisfação sublimatória que, inclusive, de forma perversa ou manipulatória, pode revelar-se favorável aos apelos e/ou exigências de maior produtividade - os empregados-modelo, o operário padrão e tantas inventivas modernas no mundo do trabalho.

Tais fatos, porém, não revelam ausência de sofrimento, mas um desconhecimento do sofrimento, um não querer saber ou defesas bem armadas contra qualquer invasão de sofrimento; mais que isto, o sofrimento no trabalho ou pelo trabalho e, igualmente, o prazer de trabalhar manteriam relações profundas com o inconsciente.

Dessa forma, Dejours (1994) vem propor, em seus estudos, uma nova terminologia denominada “Psicodinâmica do Trabalho”, em vez de “Psicopatologia do Trabalho”, privilegiando um olhar para o sofrimento, mas também para o prazer no trabalho, refletindo sobre as possíveis contribuições da teoria freudiana para este campo.

Até o momento, estão explicitados, portanto, sucintamente, os vários paradigmas e discursos científicos, bem como falas de policiais e profissionais de saúde, que ancoram as investigações em torno do sofrimento psíquico do policial, sempre e profundamente articulado com a natureza do seu trabalho, descrito muitas vezes como inútil e sem esperança, sendo bem pertinente a analogia feita ao Mito de Sísifo, já citado.

Nestes estudos, observou-se que a instituição policial é colocada como a propiciadora destes sofrimentos. Pode-se considerar, pois, que todos os adoecimentos referenciados, evidentemente, são passíveis de acontecer a qualquer um de nós, e, claro devem ser cuidados, uma vez que o sofrimento, ao mesmo tempo em que afeta a instituição do ponto de vista organizacional, afeta a cada um, em particular, já que diz respeito, sobretudo, à economia psíquica do sujeito. Isso não impede que a instituição promova ou ofereça medidas preventivas ou terapêuticas, no sentido de minorar o sofrimento, considerando as perspectivas sob exame. A Psicanálise, todavia, sinaliza para a implicação do sujeito na realidade da qual participa.

Entende-se, também, que todas as doenças são, em sentido amplo, psicossomáticas; por outro lado, Freud não emprega este termo, a não ser numa carta dirigida a Victor Von Weizsaker, nos anos de 1923, na qual afirma que os psicanalistas devem limitar-se ao “estudo das psiconeuroses, por motivos de aprendizado”. (VALAS, 1987, p.69). Também, em um texto de 1923 (p. 259), “*Uma breve descrição da Psicanálise*”, Freud cita, nominalmente, Groddeck e Jelliffe como os terapeutas pioneiros na aplicação do tratamento psicanalítico às “queixas orgânicas graves”, com prósperos resultados.

Abreu (1988, p. 15), uma psicanalista brasileira, em sucinto histórico sobre a Psicanálise e Psicossomática, referenda que Freud, na verdade, “jamais se interessa pelo nível biológico ou fisiológico; mas, antes disso, pelos pontos nodais, pelo que se situa *além* destes (*a clínica*) ou ainda pelo que se coloca *aquém* da biologia (*a pulsão de morte*)”; assim, tais pontos nodais serão sempre buscados no que o sujeito diz sobre sua história.

Portanto, a psicossomática, inaugurada pela Medicina e pela Filosofia, justamente para neutralizar o pensamento cartesiano, e o próprio termo ‘psicossomático’, criado pelo clínico e psiquiatra Heinroth, em 1918, para significar a “influência das paixões sexuais sobre a tuberculose, a epilepsia e o câncer”, (ABREU, 1988, p. 10), colocou problemas tanto aos médicos como aos psicanalistas, revelando-se como um campo multidisciplinar de estudos científicos.

As históricas, que deram causa à ciência do inconsciente, produziam sintomas no corpo que cessavam ante uma interpretação; no sintoma psicossomático ou fenômeno psicossomático, como designam alguns estudiosos, o corpo é verdadeiramente atingido, lesionado, levando a internações e mesmo à morte. A interrogação se faz, justamente, a respeito da analisibilidade de tais fenômenos, pois o sintoma tem um estatuto próprio dentro do campo psicanalítico. Todavia, nem as complicações, nem a intensidade destes últimos devem obstaculizar um acompanhamento psicanalítico (GUIR, 1988, p. 44).

Deve ser ressaltado, igualmente, que o corpo, no campo freudiano, é definido a partir de sua organização libidinal, como um organismo cujo limite ultrapassa o do próprio corpo, pois é possível a cada um significá-lo de um modo diverso.

No discurso médico corrente, ao contrário, o corpo é sinônimo de organismo ou o conjunto de órgãos e aparelhos que formam o homem e o sintoma significa apenas uma doença ou uma perturbação neste aparelho e constitui tarefa médica extirpar o sintoma. A eliminação do sintoma funciona como um afiançador da cura; o mal-estar, o sofrimento deve e precisa ser exterminado.

Também não interessa se o mal-estar (res)surgir, pois há promessas de curas para todos os males. Evidentemente, não se pode negar o progresso da Medicina, mas é discurso corrente no meio médico a necessidade de humanizá-la, vez que esta esqueceu do doente, do paciente e passou a cuidar somente da doença. Freud, ao tratar sobre a psicoterapia, não esqueceu de advertir: “Deve-se lançar a vista além da doença do paciente e formar uma estimativa de toda a sua personalidade.” (FREUD, 1905 [1904]/1980, p. 273)

Para o psicanalista, o sintoma diz do sujeito; não se pretende arrancá-lo, pois isto pode se revelar inócuo, uma vez que o sintoma pode travestir-se sob formas múltiplas. O interesse do psicanalista é procurar “detectar e interpretar o funcionamento de organizações psíquicas inconscientes próprias das alterações manifestadas” (SAURI, 2001, p. 30).

No entanto, é cada vez mais usual, no campo médico, com relação ao diagnóstico, registrar e agrupar signos, categorizar síndromes e descrever transtornos, pois não se valida o que a pessoa diz sobre o seu sofrer, atribuindo-se à doença toda e qualquer incapacidade.

Por outro lado, “muitos são os sujeitos que preferem entregar-se voluntariamente às substâncias químicas a falar de seus sofrimentos íntimos”. (ROUDINESCO, 2000, p. 30). Aqui, parece sugestivo lembrar as palavras do poeta: “A doença não me intimide; que ela não possa chegar até aquele ponto do homem, onde tudo se explica”. (ANDRADE, 1989, p. 37). Insere-se, novamente, a questão: que caminhos a Psicanálise pode apontar na compreensão destes problemas?

4.2 Instituição Policial e Psicanálise

Freud (1921/1980, p. 91), no texto *“Psicologia de Grupo e a Análise do Ego”*, em seu preâmbulo, afirma que, apenas em casos excepcionais, a psicologia individual pode ignorar as relações dos indivíduos com os outros, pois sempre há modelos, objetos, oponentes internalizados na vida mental de todos nós, afirmando, categoricamente, que, neste sentido extenso, “a psicologia individual, é, ao mesmo tempo, a psicologia social”, pois os laços sociais são tema da investigação psicanalítica e podem ser considerados, também, como fenômenos sociais.

Dentro desta perspectiva, o estudo sobre a constituição psíquica do sujeito, como “membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma profissão, de uma instituição” é legítimo (FREUD, 1921/1980, p. 92), embora não seja tarefa simples, pois há diferentes grupos, de formação diversa, e uma variedade de fenômenos observáveis no interior de cada um. No entanto, à Psicanálise não vão interessar todas as vertentes possíveis de serem deslindadas, pois não se propõe como uma cosmovisão.

Freud chega a indagar como um grupo pode exercer tamanho influxo sobre a vida mental de um indivíduo, e, principalmente, o que o faz mudar,

apontando a necessidade de descrever a “coisa” que carece de explicação. Recorre, então, ao estudo clássico, *Psychologie dès foules*, de Le Bon (1855), que acreditava que “os dotes particulares” de um indivíduo se apagam num grupo, em virtude de fatores como sentimento de poder, contágio e sugestibilidade, sendo estes dois últimos elementos aparentados da hipnose, técnica psicoterápica bem estudada e abandonada por Freud.

Le Bon acreditava, também, que a capacidade intelectual de um indivíduo era reduzida quando em grupo, já que muito identificada com a mente dos povos primitivos e das crianças, bem como podia ser intolerante ou obediente à autoridade, exigir violência de seus integrantes ou promover grandiosas ações, ao contrário dos indivíduos isolados. No grupo, há um modo de funcionar inconsciente, as palavras têm muito encanto, servem para perturbar ou acalmar, e seus membros precisam de ilusões - assim como para o neurótico, somente interessa a realidade psicológica. Geralmente, escolhem como líder alguém com prestígio, que seja capaz de despertar a fé no grupo.

Freud utilizou também estudos realizados por McDougall (1920), em *The Group Mind*, e por Trotter (1916), que discutem o instinto gregário dos homens. Em McDougall, aspectos contraditórios foram detectados, como, por exemplo, o fato concreto de que, no campo intelectual, grandes decisões, descobertas ou soluções de problemas são muito subjetivas, e, portanto, solitárias. Este autor, ao contrário de outros, preocupou-se em definir de que grupo estava tratando, não organizado ou altamente organizado. Um grupo não organizado, por exemplo, poderia ser altamente emocional ou até selvagem. Um grupo organizado, ao contrário, necessitaria de continuidade, idéias de composição, funções, interação, mesmo não amistosa; possuía tradições, costumes, hábitos e uma estrutura definida, que contemplava a especialização e a diferenciação de funções. Trotter, por sua vez, não trata com propriedade da questão do líder no grupo; seus estudos enfatizam a *grei*, a sociedade.

Considerando, ainda, que o tema *Psicologia de Grupo*, por sua amplitude, pode ser estudado sob diversas abordagens, Freud, toma, então, o conceito de libido, para tratar das questões que o tema provoca, assim definindo-a:

Libido é expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável) daqueles instintos (pulsões) que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra 'amor' (...). Tentaremos nossa sorte, então com a suposição de que as relações amorosas (ou para empregar expressão mais neutra, os laços emocionais) constituem também a essência da mente grupal. (FREUD, 1921/1980, p. 115-117).

Extremamente didático, Freud define o que chama de amor, explicitando que além do sentido do amor sexual, em sentido amplo, amor também é “amor próprio, e, por outro, o amor pelos pais e pelos filhos, a amizade e o amor pela humanidade em geral, bem como a devoção a objetos concretos e a idéias abstratas” (FREUD, *id*, p. 116), e, menciona que, geralmente, este conceito de amor é descartável, pois escondido sob a denominação genérica do termo sugestão, quando, na verdade, Eros é pulsão de vida, é o que liga tudo, pois se um sujeito se “apaga” em favor do grupo, permitindo ser sugestionado, influenciado, enfim, assujeitando-se, o faz “pelo amor deles”, “em consideração a eles”.

Ainda no texto “*Psicologia de Grupo e Análise do Ego*” (FREUD, *ibidem*), é discutido o papel dos líderes dentro de grupos definidos como altamente organizados, no caso, a Igreja e o Exército, os quais são artificiais, no sentido de que precisam de uma força externa para mantê-los em funcionamento - regulamentos, previsão de direitos, deveres e punições - assim como as instituições policiais. Guardadas as devidas diferenças entre os grupos mencionados, o que predominará em ambos é a crença na existência do líder - ao qual todos estão ligados libidinalmente, assim como também é a libido que une os demais membros do grupo - e a falta de liberdade do indivíduo no grupo. Mas, Freud, por exemplo, refuta a idéia de que os laços emocionais de um grupo possam ser desfeitos em face do perigo; na verdade, um grupo é rapidamente desfeito ou funciona mal, se a “cola” da libido é bem reduzida ou não existe.

É bem verdade que nos grupos, assim como nas relações em geral, há a ambivalência de sentimentos. Aponta, como causa disto, a expressão do amor por si mesmo, ou seja, o narcisismo de cada um de nós ou o “narcisismo das pequenas diferenças”, que age no sentido da autopreservação, mas, no grupo, esse mesmo amor por si mesmo pode atuar como civilizador, no sentido de transformar egoísmos em altruísmos, e, para compreender a natureza desta transformação, Freud revisita

o fenômeno do “estar amando”, e, em seguida, mergulha no conceito psicanalítico da identificação⁸, por destacar-se e ocupar um papel primordial na história do sujeito – a vivência do Complexo de Édipo – e também na formação dos sintomas, das inibições e angústia.

Outro conceito caro a Freud para tratar da questão dos grupos, que sugere referência direta aos processos identificatórios, é o conceito de Ideal do Eu ou Supereu, herdeiro do Complexo de Édipo, ou seja, o ideal a que o sujeito aspira, que exerce as funções de auto-observação, consciência moral, censura dos sonhos, além de desempenhar importante papel no recalque, sendo considerado o herdeiro do narcisismo originário (FREUD, 1921/1980, p. 138).

Já no que diz respeito às idealizações, as quais falsificam o julgamento, promovendo casos de extremo fascínio e servidão humana, defende-se que elas são muito ligadas à pessoa do líder, em quem, possivelmente, o sujeito deposita seu Eu Ideal. Eu, Ideal do Eu e Eu Ideal são “partes” do jogo de tensões que se estabelecem no sujeito e que podem dificultar ou facilitar sua constituição estrutural, seja neurótica, psicótica ou perversa.

É importante salientar que a exigência da igualdade em um grupo é comum aos membros do grupo, uma vez que tal pressuposto é a fonte da consciência e do senso do dever; porém, isto não inclui o líder do grupo. Insere-se, aqui, a assertiva freudiana sobre o homem ser “de preferência um animal de horda, uma criatura individual numa horda conduzida por um chefe” (FREUD, 1921/1980, p.154). Disto advém a recorrência ao mito da horda primeva para explicar os fundamentos da civilização humana, baseados, sobretudo, no valor da justiça e das leis. Vale lembrar a assertiva sobre o mito ser justamente o que faz o indivíduo sair do grupo e asseverar que o primeiro mito psicológico foi certamente o mito do herói (FREUD, *id*, p. 172), o qual supomos estar nas entranhas da escolha pela missão policial.

⁸ Identificação: “Termo empregado em psicanálise para designar o processo central pelo qual o sujeito se constitui e se transforma, assimilando ou se apropriando, em momentos chaves de sua evolução, dos aspectos, atributos ou traços dos seres humanos que os cercam.” (ROUDINESCO, 1998, p. 363)

Em outro texto capital, “*O Mal-Estar na Civilização*” (1930 [1929]/1980), Freud discute o papel da civilização e suas regulações, onde anuncia a incompatibilidade entre as exigências da Pulsão - definida como conceito limite entre o somático e o psíquico e cujo objetivo é o prazer - e as restrições que a civilização impõe, constatando que:

(...) é impossível desprezar o ponto até o qual a civilização é construída sobre uma renúncia ao instinto (pulsão), o quanto ela pressupõe exatamente a não satisfação (pela opressão, repressão (recalque), ou algum outro meio?) de instintos (pulsões) poderosos. Essa ‘frustração cultural’ domina o grande campo dos relacionamentos sociais entre os seres humanos. (...) Não é fácil entender como pode ser possível privar de satisfação um instinto (pulsão). Não se faz isso impunemente. Se a perda não for economicamente⁹ compensada, pode-se ficar certo de que sérios distúrbios decorrerão disso (FREUD, 1930 [1929], p 118).

É, pois, justamente a civilização que reúne as realizações e normas humanas e serve para “proteger os homens contra a natureza e ajustar os seus relacionamentos mútuos” (FREUD, 1930 [1929]/1980, p.109), que imporá restrições à sexualidade e a agressividade, agindo sobre a pulsão, controlando-a ou sublimando-a, para promover o primeiro resultado da civilização que é a vida em comum. Não se pode esquecer, também, que, entre as exigências da civilização, são destacadas ainda a beleza, a limpeza e a ordem, tríade que ocupa posição especial, jamais podendo ser considerada trivial.

Embora Freud evidencie que o amor (*Eros*) e a necessidade (*Ananke*) foram os pais da civilização humana, é inegável a dificuldade em se lidar com a agressividade e a destrutividade dos homens. Em função disso, a civilização pode se sentir ameaçada e apelar à ordem, sem se falar que o potencial agressivo e destrutivo dos homens pode assumir formas requintadas, impedindo o alcance da Lei, e, inclusive, em alguns homens, apontando para uma possível psicopatologia ou expressão de variados sofrimentos psíquicos – as neuroses, psicoses e perversões, estruturas psíquicas psicanalíticas, ou modos de funcionamento psíquico, por excelência, organizados frente às conseqüências da renúncia pulsional exigida em nome da civilização.

⁹ O termo “economicamente” refere-se ao funcionamento do aparelho psíquico. A Psicanálise compreende o funcionamento do aparelho psíquico sob os pontos de vista econômico, tópico e dinâmico. O ponto de vista econômico considera a quantidade de libido que circula no aparelho psíquico e o modo como esta é ligada ou desligada de certas representações psíquicas

O autor salienta, também, que a pulsão agressiva é derivada e se constitui como a mais valorosa representante da pulsão de Morte (*Thanatos*), a qual compartilha com *Eros* o poder do mundo e, por este fato, nem sempre a necessidade e o trabalho comum mantêm unidos os homens; é necessário que circule, entre eles, uma boa dose de libido. É, pois, de grande relevância, a formação dos laços emocionais, das identificações e de uma certa cota de narcisismo - conceito que, de forma sucinta, descreve o “amor que o sujeito atribui a um objeto muito particular: a si mesmo” (CHEMAMA, 2002, p. 139).

O estudo das produções intelectuais, científicas, artísticas e de suas idéias, encontradas nos sistemas religiosos, nas especulações filosóficas, nos seus ideais, é outra característica fundamental para compreender a história do homem, pois isso evidencia um alto grau de civilização, contrário à barbárie que parece ter dominado em tempos imemoriais.

Outra reviravolta histórica e mítica extremamente salutar à civilização foi a substituição do poder do indivíduo pelo poder da comunidade sob a forma de leis: “A primeira exigência da civilização, portanto, é a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo.” (FREUD, 1930 [1929], p. 116), e, no mesmo texto, ainda, assegura o quanto é impressionante a semelhança entre os “processos civilizatórios e o desenvolvimento libidinal do indivíduo”, os quais se fundam sobre uma renúncia pulsional.

Freud, no texto “*Por que a guerra?*” (1933 [1932]/1980), estabelece:

(...) a lei é a força de uma comunidade. Ainda é violência, pronta a se voltar contra qualquer indivíduo que se lhe oponha; funciona pelos mesmos métodos e persegue os mesmos objetivos. A única diferença real reside no fato de que aquilo que prevalece não é mais a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade. (...) A comunidade deve manter-se permanentemente, deve organizar-se, deve estabelecer regulamentos para antecipar-se ao risco de rebelião e deve instituir autoridades para fazer com que esses regulamentos – as leis – sejam respeitadas, e para superintender a execução dos atos legais de violência. (...) uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações é o nome técnico) entre seus membros. (...) Estaremos fazendo um cálculo errado se desprezarmos o fato de que a lei, originalmente, era força bruta e que, mesmo hoje, não pode prescindir do apoio da violência (..) É a esse processo (civilizatório) que devemos o melhor daquilo em que

nos tornamos, bem como uma boa parte daquilo de que padecemos.
(FREUD, 1933 [1932], p. 247-258)

O estabelecimento de leis, portanto, restringe a liberdade do homem na civilização – seja no grupo familiar, na escola, na comunidade, no grupo social ou de trabalho em que participa - assim como o princípio do prazer não deve prescindir do princípio da realidade, para regulação de nosso funcionamento psíquico. Tais restrições, mesmo necessárias, não são inócuas; na verdade, promovem sofrimentos, e as relações humanas são a fonte mais penosa de mal-estar experienciada pelo sujeito, conforme advertência freudiana.

Há várias modalidades de lidar com o sofrimento e o trabalho figura como um desses antídotos; paradoxalmente, o trabalho também pode despertar sofrimento. Por isso, o fio condutor desta dissertação é, justamente, a suposição de que há um sofrimento psíquico inerente ao exercício das funções policiais, porque a Polícia, em sua tarefa primordial de vigiar os homens, acaba por se deparar com a crueza do viver; dessa forma, tal fato pode ser fonte de eclosão de variados conflitos para um policial.

Fica evidenciado, portanto, que o estabelecimento e o cumprimento de leis nem sempre são pacíficos; igualmente, os dois princípios regentes do funcionamento psíquico, o princípio do prazer, “segundo o qual a atividade psíquica tem por finalidade evitar o desprazer e buscar o prazer” e o princípio da realidade, o qual “corrige as conseqüências do princípio do prazer, em função das condições impostas pelo mundo exterior” (CHEMAMA, 2002, p. 182 e 184), sempre presentes e em conflito, também são passíveis de gerar sofrimento.

Desse modo, o Eu é, exatamente, a instância reguladora do princípio da realidade, origem das identificações e do narcisismo, conceitos que vão sempre circular e entremear as relações humanas, portanto, institucionais, seja facilitando-as ou dificultando-as.

Ademais, se, como estabelecido por Freud, uma das fontes poderosas de sofrimento é a que se estabelece nas relações entre os homens, ninguém pode escapar disto porque somos seres sociais, forjados no desejo e na linguagem. Supõe-se, apenas, que o policial, mais que os outros indivíduos, estaria situado,

idealmente, nesta encruzilhada: figura como um representante da lei, da ordem e da justiça, autorizado socialmente a recorrer à violência ou fazer “uso legal da força” e, ao mesmo tempo, participa de uma instituição que existe para regular a vida dos homens - embora isto também o façam a Família, a Igreja e o Exército - e que exige, de todos os seus integrantes controle e moralidade absolutas, na condução dos atos e ações policiais, co-extensivas à sua vida privada, em que os liames entre o público e o privado podem estar indefinidos para o policial, tornando-o defrontado e, possivelmente, impossibilitado de falar sobre sua divisão subjetiva.

A Psicanálise fala de funções, de lugares que podem ser ocupados diante do outro. O policial, no exercício da profissão, é definido por uma posição absoluta: “Eu sou policial”. Desta posição, não pode abdicar, nem falhar ou sequer falar em nome próprio, de sua singularidade. É preciso incorporar e aderir aos valores institucionais, não se queixar e isto pode resultar na criação de duas realidades, a pessoal e a profissional, completamente desligadas e, evidentemente, com repercussões sobre o psiquismo.

Contra o senso-comum, a atividade policial, também, cobra dos seus componentes, particularmente os que exercem a atividade-fim¹⁰, renunciar a certos pejos em nome do poder de polícia, ou mesmo exacerbar comportamentos pouco polidos ou nobres, podendo, ainda, lançar mão de ardis detetivescos, quando, nem sempre, os fins justificam os meios empregados ou bancar o agente duplo, em ações passíveis de gerar conflitos, contradições e causar sofrimentos ao Eu, sede da consciência, “na qual nos reconhecemos mais rapidamente”, que está em contato direto com o mundo externo, a realidade e a quem cabe a administração das reivindicações dos seus senhores, o Id e o Supereu, em uma tarefa na qual nem sempre logra êxito.

Como sabemos, o Eu, instância psíquica, exerce muitas funções:

Ele tem a tarefa de autopreservação. Com referência aos acontecimentos *externos*, desempenha essa missão, dando-se conta dos estímulos, armazenando experiências sobre eles (na memória), evitando estímulos excessivamente intensos (mediante a fuga),

¹⁰ Nas instituições policiais são estabelecidos níveis de complexidade para cumprimento das suas atividades contidas nas expressões: atividade fim e atividade meio, ou, através dos conceitos de unidades, adotando-se os termos atividades administrativas, técnicas e operacionais.

lidando com os estímulos moderados (através da adaptação) e finalmente aprendendo a produzir modificações convenientes no mundo externo, em seu próprio benefício (através da atividade). Com referência aos acontecimentos internos, em relação ao id, ele desempenha essa missão, obtendo controle sobre as exigências do instinto (pulsão), decidindo se elas devem ou não ser satisfeitas, adiando essa satisfação para ocasiões e circunstâncias favoráveis no mundo externo ou suprimindo inteiramente as suas excitações. (...) O ego (Eu) se esforça pelo prazer e busca evitar o desprazer. Um aumento de desprazer esperado e previsto é enfrentado por um sinal de ansiedade (angústia); a ocasião de tal aumento, quer ele ameace de fora ou de dentro, é conhecida como perigo". (FREUD, 1940[1938]/1980, p. 170-171)

Também, o Eu, sendo ao mesmo tempo, consciente e inconsciente, pode ser "enganado pelo Isso", sede dos nossos conteúdos pulsionais e inconscientes, que só desejam satisfação, e, controlado pelo Supereu, o judiciário da psique. O Eu, então, só pode obter êxito, se for capaz de conciliar as exigências dos seus senhores e da realidade:

Uma ação por parte do ego (Eu) é como deve ser se ela satisfaz simultaneamente as exigências do id (Isso), do superego (Supereu) e da realidade – o que equivale dizer: se é capaz de conciliar suas exigências umas com as outras. Os pormenores da relação entre o ego (Eu) e o superego (Supereu) tornam-se completamente inteligíveis quando são remontados à atitude da criança para com os pais. Esta influência parental, naturalmente, inclui em sua operação, não somente a personalidade dos próprios pais, mas também a família, as tradições raciais e nacionais por eles transmitidas, bem como as exigências do *milieu* social imediato que representam. Da mesma maneira, o superego (Supereu), ao longo do desenvolvimento de um indivíduo, recebe contribuições de sucessores e modelos, na vida pública, de ideais sociais admirados. Observar-se-á que, com toda a sua diferença fundamental, o id (Isso) e o superego (Supereu) possuem algo em comum: ambos representam a influência do passado – o id (Isso), a influência da hereditariedade; o superego (Supereu), a influência, essencialmente, do que é retirado de outras pessoas, enquanto que o ego (Eu) é principalmente determinado pela própria experiência do indivíduo, isto é, por eventos acidentais e contemporâneos". (FREUD, 1940 [1938]/1980, p. 171)

Mezan (2002), discutindo acerca das "*Subjetividades Contemporâneas*", arremata:

A Psicanálise nos ensina que é por meio das identificações que um dado sujeito se organiza em conformidade com os modelos que sua sociedade lhe oferece, aos quais, por essa razão, cabe chamar de identificatórios. São exemplos desses modelos o que é ser um homem ou uma mulher, um guerreiro, um operário ou intelectual (...),

em suma, padrões socialmente aceitos e valorizados no plano dos costumes, das crenças, dos valores, das leis, do autocontrole. (...) Ele o fará segundo suas inclinações, suas experiências mais fundamentais e precoces...” (MEZAN, 2002, p. 268).

A propósito das relações institucionais, pode-se afirmar que resultam dos laços emocionais estabelecidos com o líder, entre os membros do grupo (ou não) e com a organização do trabalho - relações hierárquicas, de poder e disciplina - além, também, de condições de trabalho, condições histórico-sociais e ideais construídos.

Por fim, em relação às condições em que se desenvolve o trabalho policial, ainda se pode vislumbrar uma outra fonte de sofrimento, ligada, possivelmente, e, sobretudo, às ilusões construídas em torno do fazer policial. Fazer Polícia não corresponde exatamente às descrições construídas pelo imaginário da profissão. Lida-se, cotidianamente, com a frustração, com os baixos salários, com poucos recursos ou outros meios investigativos sofisticados, além de, ainda, ser necessário suportar, em muitas situações, a falta do reconhecimento social, fato importante e que pode representar um duro golpe para o narcisismo.

Sabe-se, com a Psicanálise, que toda a nossa identidade é construída a partir do olhar de reconhecimento do outro, desde um tempo muito primitivo. Quando isto não acontece, fica-se à deriva, o sujeito claudica em seu narcisismo, ferido, às vezes mortalmente (morte psíquica ou literal). Pode-se, então, questionar se a fonte do sentimento de ser “um cidadão de segunda classe”, como comumente se repete no meio policial, advirá da falta ou da insuficiência desse reconhecimento social ou se isto já está nas profundezas de cada um e é acentuado pela condição de “ser policial”.

Há, portanto, para o sujeito¹¹, no exercício da função policial, muitas virtualidades em jogo: ordem, poder, lei, uso da violência, obediência, hierarquia, disciplina e todas as exigências sociais e institucionais inerentes a essa escolha profissional.

¹¹ O conceito de sujeito em Psicanálise refere-se ao sujeito do desejo, porque sujeito de falta, incompleto, dividido; ao sujeito do inconsciente, que se manifesta nos atos falhos, nos chistes, nos sonhos, nos sintomas, diverso, portanto, do conceitos de sujeito jurídico, sujeito psicológico, sujeito epistêmico, pessoa, indivíduo, e de outras designações oriundas de campos de saber distintos.

Lembramos, porém, que:

... em cada sujeito sempre é possível advir um duplo jogo de legalidades. Uma legalidade própria da cultura, dos códigos escritos, do Direito, e, uma outra legalidade, própria do registro intrapsíquico da subjetividade”. (BARROS, 2001, p. 13).

Situou-se, pois, o policial nesse terreno de legalidades passíveis de gerar conflitos e sofrimentos variados, onde a instituição policial, sem dúvida, ocupa um lugar privilegiado, pois deve funcionar restringindo liberdades, coibindo violências, firmando compromissos profissionais, disciplinando atribuições, responsabilidades, direitos, deveres, transgressões, sanções, recompensas, elegendo símbolos e, fundamentalmente, estabelecendo e (re)criando laços afetivo-sociais.

Tudo isso pode, também, desencadear formações sintomáticas, psíquico-sintomáticas, pois Freud (1912/1980) defende que a libido é decisiva com relação ao estabelecimento da saúde ou do sofrimento e aponta a frustração, as exigências da realidade, as inibições do desenvolvimento e a quantidade de libido como motivos desencadeantes das neuroses, atribuindo uma validade prática a tais razões, sem esquecer de alertar sobre serem infrutíferas as tentativas de estabelecer diferenças entre fatores internos e externos, entre experiência e constituição, relativas às causações das neuroses e outras entidades clínicas, que poderiam acontecer de várias maneiras numa situação psíquica específica e para cada um.

4.3 Psicanálise e Sofrimento Psíquico

O tema do sofrimento perpassa a história das religiões, as tradições filosóficas, a clínica médica e psicológica, a literatura, as questões amorosas, enfim, pode ser estudado e tomado sob diversas abordagens. O que inaugura a Psicanálise, também, são os sofrimentos: “os histéricos sofrem principalmente de reminiscências” (FREUD, 1893-1895/1980, p. 48).

Mas, o que é sofrer? O que é sofrimento? O que é psíquico? O que se compreende como sofrimento psíquico?

Em Ferreira (2000), dicionário de uso corrente, as expressões são assim definidas:

SOFRER. v.t.d. 1- Ser atormentado, afligido por. 2- Suportar, agüentar. 3- Admitir, consentir. 4- Passar por, experimentar (coisa desagradável ou trabalhosa). 5- P.ext. Passar por. Int. 6- Sentir dor física ou moral. T.i. 7- Ser acometido (de doença).

SOFRIMENTO. sm. 1- Ato ou efeito de sofrer. 2- Dor física. 3- Angústia, aflição” (FERREIRA, 2000, p. 643)

Andrade e Morato (2004), resgatando a etimologia de conceitos como saúde, educação, sofrimento, política e ética, esclarece que:

Etimologicamente originário do grego *pathos*, *sofrer* assume o significado de sentir, experienciar, tolerar sem oferecer resistência, ser afetado, dizendo da condição de se pôr em movimento por qualquer emoção. Em latim, *sofrer* origina-se de *subferre*, referindo-se a suportar por debaixo, implicando dois significados: tolerar um peso e sustentar um peso. No primeiro, sofrer diz respeito a uma dor, ao passo que no segundo diz de uma força ou de um poder ser. Assim, em ambas as origens, sofrimento, refere-se à situação de ser afetado pela ambigüidade própria da condição humana. Diz da dor frente ao desamparo do homem na sua tarefa de existir, suportando a inospitalidade dos acontecimentos para conduzir-se adiante (ANDRADE & MORATO, 2004, p. 345-353).

Torna-se oportuno, também, citar o estudo de Dantas (2007), acerca das “Modalidades Contemporâneas de Representação e de Expressão do Sofrimento Psíquico: o trágico na pós-modernidade e na hipermodernidade”, de caráter crítico e interdisciplinar.

A autora explora bem a noção ambígua do termo sofrimento e a dificuldade em sua análise, até porque a própria palavra presta-se a vários usos, simbolizações e interpretações culturais, compondo um “verdadeiro mosaico de impressões e tonalidades afetivas” que vão da perda moral, real ou psíquica, até a dor física decorrente de uma doença ou acidente. Igualmente, defende a necessidade de refinar tal termo, para diferenciá-lo do conceito de dor, por exemplo, ao mesmo tempo em que revisita a construção da noção de psíquico no interior das diversas escolas e práticas psicológicas, pois o termo sofrimento psíquico alcançou popularidade tamanha que a própria Organização Mundial de Saúde o tornou prioridade em diversos países. Esse estudo concluiu que:

O paradoxo é o de que essas duas noções, sofrimento psíquico e saúde mental, além de serem indefiníveis, cada vez mais apresentam a característica de revelar uma psicopatologia desprovida da dimensão trágica da existência, uma vez que as manifestações do pathos são cada vez mais interpretadas como decorrentes de uma etiologia biológica dos transtornos, alinhando-se, assim, aos tempos tragicofóbicos hipermodernos. Entremendo questões concernentes a problemas psicopatológicos e preocupações com o bem-estar, a própria noção de saúde mental se torna indeterminada, assim como se tornam vagas e mal definidas as atuais modalidades de representação e de expressão do sofrimento psíquico (DANTAS, 2007, p. 280).

A Psicanálise, porém, trabalha com a dimensão do trágico, das paixões, dos desejos; não reduz o homem a comportamentos visíveis, observáveis e quantificáveis; o sofrimento está posto e pode ser tratado pela palavra:

Se Freud houvesse continuado tributário de um modelo neurofisiológico, nunca teria conseguido atualizar os grandes mitos da literatura para construir uma teoria dos comportamentos humanos. Em outras palavras, sem a reinterpretação freudiana das narrativas fundadoras, Édipo seria apenas um personagem de ficção e não um modelo universal do funcionamento psíquico: não haveria Complexo de Édipo nem organização edipiana da família ocidental. Do mesmo modo, se Freud não houvesse inventado a pulsão de morte, por certo ficaríamos privados de uma representação trágica dos desafios históricos que a consciência moderna tem de enfrentar. Quanto à psicologia, ela se haveria perdido no culto hedonista do poder identitário para promover um sujeito liso e sem rebarbas, inteiramente encerrado num modelo físico-químico (ROUDINESCO, 2000, p. 129)

Nasio (1997, p. 19), ao debater sobre a Dor e o Amor, lembra a definição clássica de sofrimento como sendo uma “perturbação global, psíquica e corporal, provocada por uma excitação geralmente violenta. É uma emoção mal definida”, mas admite não utilizá-la por preferir o conceito de dor, a quem vai conferir um estatuto de conceito psicanalítico, salientando que a dor é sempre um fenômeno de limite e pode ser dividida em três categorias, a saber, o afeto, o sintoma e a perversão, uma vez que, na Psicanálise, não há diferença entre dor física e dor psíquica.

Na presente pesquisa, optou-se por trabalhar com o termo sofrimento psíquico por traduzir o mal-estar descrito pelo criador da Psicanálise, nos anos de 1930, e, ainda, tão presente, sob suas diversas formas e tentativas de escamoteá-lo, negá-lo ou mesmo lidar com o desprazer.

Partiu-se, ainda, da suposição que o uso deste termo evitaria quaisquer rotulações *a priori* dos possíveis entrevistados e propiciaria uma escuta mais acurada e livre da produção discursiva dos policiais civis acerca dos seus possíveis sofrimentos.

Mas, o que é o psíquico?

Freud, discutindo a natureza do psíquico, no texto de 1923, “*O Eu e o Id*”, afirma que:

Um pressuposto fundamental da psicanálise é a diferenciação, na esfera do psíquico, entre o que é consciente [*Bewusstes*] e inconsciente [*Unbewusstes*]. Somente a partir dessa distinção, torna-se possível compreender e integrar à ciência os freqüentes e relevantes processos patológicos da vida psíquica. Dizendo de outro modo, da perspectiva psicanalítica não há como considerar que a essência do psíquico esteja situada na consciência [*Bewusstsein*]. Pelo contrário, é preciso considerar a consciência como sendo apenas uma das qualidades do psíquico e lembrar que diversas outras qualidades podem, ou não, somar-se a ela”. (FREUD, 1923/2007, p. 28)

Em outro dos seus escritos, “*Esboço de Psicanálise*”, Freud (1940 [1938]/1980) ratifica: “Não há necessidade de caracterizar o que chamamos de consciente: é o mesmo que a consciência dos filósofos e do senso comum. Tudo o mais que é psíquico é, em nosso ponto de vista, o inconsciente” (FREUD, 1940a [1938]/1980, p. 184).

Ao se fazer alusão a um sofrimento psíquico, parece haver um outro, mas não se trata disso. Não custa relembrar que Freud sempre enfatizou a noção de que o psíquico repousaria sobre o somático e sua própria definição de pulsão é descrita como um conceito-limite entre o psíquico e somático, mas recusou as explicações estritamente biológicas para compreender o homem e suas paixões (FREUD, 1915/2004).

A Psicanálise, ao longo de sua existência, tem escapado do determinismo neurofisiológico e/ou biológico, ou da tarefa de distinguir alma e corpo, mente e corpo, posto que advoga uma ciência do inconsciente e, como bem lembra Assoun (1983, p. 57): “é porque a dualidade é claramente eliminada do plano epistêmico, que pode ser conservada como divisão técnica do trabalho e da formação”.

Então, para a elaboração da presente dissertação, foram escolhidas três assertivas freudianas que orientaram a tentativa de construir uma leitura psicanalítica em torno do sofrimento psíquico do policial, quais sejam:

a) a definição da própria ciência psicanalítica, in *“Dois Verbetes de Enciclopédia”*, a qual possibilita refletir continuamente acerca das questões sobre a clínica, a pesquisa psicanalíticas e sua amplitude:

Psicanálise é o nome de (1) um procedimento para a investigação dos processos mentais que são quase inacessíveis por qualquer outro modo, (2) um método (baseado nessa investigação) para o tratamento de distúrbios neuróticos e (3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica.” (FREUD, 1923 [1922]/1980, p. 287),

b) as relações entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, evidenciadas em *“Psicologia de Grupo e a Análise do Ego”*:

É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos pulsionais; contudo, apenas raramente e certas condições excepcionais a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social”. (FREUD, 1921/1980, p. 91)

c) as considerações sobre os sofrimentos dos homens e o modo de lidar com eles, apontados no texto *“O mal-estar na civilização”*:

“O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro”. (FREUD, 1930 [1929]/1980, p. 95)

As proposições acima ensejam uma abertura para pensar o sujeito, seus sintomas e a questão do sofrimento. O mal-estar, sob as diversas designações – ignorância do eu sob o excesso de libido ou intolerância, pelo eu, da pressão da culpa (KAUFMANN, 1996, p. 317) - sem dúvida, diz do sujeito e do seu desejo e,

neste sentido, o discurso psiquiátrico ou médico-psicológico é bem diferente do discurso psicanalítico como anteriormente ressaltado. Igualmente, como já bem evidenciado, é sempre em referência a um outro, pessoa ou objeto, que a Psicanálise vai construir todo seu arcabouço teórico-metodológico, enfim, desvelar o sujeito do inconsciente.

O inconsciente, o objeto da Psicanálise, pode ser compreendido, pois, a partir das relações que se estabelecem entre os sistemas psíquicos – o inconsciente, pré-consciente e consciente; suas instâncias – Isso, Eu e Supereu - e a energia que o move, a saber, a libido, a teoria das pulsões.

Tais dimensões - tópica, dinâmica e econômica - são constitutivas do *corpus* metapsicológico freudiano e estabelecem relações “sobre um único e mesmo objeto, que é o processo psíquico (inconsciente)” (ASSOUN, 1983, p. 110).

O inconsciente, então, vai se revelar através dos sonhos, dos lapsos, dos atos falhos, dos chistes e dos sintomas, embora os últimos sejam provocadores de sofrimento e incompreensíveis para quem sofre, devido justamente às suas determinações inconscientes.

Freud (1930 [1929]/1980, p. 96) ressaltou que “(...) todo sofrimento nada mais é do que sensação; só existe na medida em que o sentimos, e só o sentimos como consequência de certos modos pelos quais nosso organismo está regulado”, e isto independe de fatores externos.

De forma categórica, Freud (1930 [1929]) assinalou que a vida é difícil para todos por oferecer sofrimentos, decepções e tarefas impossíveis. Tal assertiva contrariava os ideais de felicidade propostos aos homens vigentes em seu tempo, como também aborrece os homens na contemporaneidade, os quais parecem tentar expurgar toda a infelicidade cultuando individualismos, hipervalorizando o belo, transgredindo a ordem, apagando o sujeito desejante, buscando uma felicidade suprema e infinita.

Porém, tais fatos – o “bloco do eu sozinho”¹², das cirurgias plásticas corretivas, do uso abusivo de fármacos para acalmar a dor, da criação de mais e mais leis para inibir as transgressões da liberdade e da possibilidade de constituir novas formas familiares ou de se discutir a gênese de novos sintomas em detrimento dos velhos sintomas - não livraram o homem dos desconfortos civilizatórios. Permanece o sofrimento, e tal termo, a exemplo do conceito de civilização, utilizado numa perspectiva ampla dentro da teoria psicanalítica, é, sem dúvida, fruto do mal-estar e do desamparo do homem: “o homem não se sente feliz em seu papel de semelhante a Deus” (FREUD, 1930 [1929]/1980, p.112).

Os homens, na contemporaneidade, fazem uso de medidas anti-sofrimento, como as brevemente citadas. E quais as saídas freudianas para o sofrimento? Conforme bem ressaltado por Freud, continuam sendo as mais usuais a construção de “derivativos poderosos que nos fazem extrair luz de nossa desgraça, satisfações substitutivas, que a diminuem; e substâncias tóxicas, que nos tornam insensíveis a ela” (FREUD, *id*, p. 93).

Certamente, também, não consideramos por acaso, o aumento em escala geométrica da indústria farmacêutica, por exemplo, nem da dependência química que assola o mundo, do culto ao sexo; do culto ao corpo; da busca por livros de auto ajuda, das mais diferentes formas de psicoterapia, do conforto nas religiões; os homens almejam a ausência de sofrimento, buscando incessantemente a felicidade, o propósito da vida que em sua plenitude significa realizar o princípio do prazer e excluir o desprazer, ou seja, colocar “o gozo antes da cautela”, o que contraria as exigências e as restrições que a civilização impôs a todos os homens: leis, tempos, padrões culturais e moralidades.

Tais restrições acabam por esbarrar justamente na fonte classificada como a mais penosa para Freud, a das relações entre os homens, bem como acabam por gerar “*Inibições, sintomas e ansiedade*” (FREUD, 1926 [1925]/1980), e, certamente, acionam alguns dos métodos contra os sofrimentos apontados por Freud (1930 [1929]/1980): o isolamento voluntário ou o trabalhar pelo bem de todos;

¹² Expressão utilizada por um dos nossos entrevistados, e, curiosamente, tema do segundo álbum do grupo musical brasileiro “Los Hermanos”, desfeito no ano de 2007, que explora nas canções temas com um certo tom melancólico – “o lado “pierrot desconsolado” do quarteto”. http://cliquemusic.uol.com.br/artistas/artistas.asp?Status=DISCO&Nu_Disco=9654, acessado em 03/02/2008

o recurso a substâncias químicas que alteram o funcionamento psíquico (psicofármacos, álcool, entre outros.); as técnicas de controle das pulsões (relaxamento, meditação); a sublimação das pulsões, seja através da arte, da ciência ou mesmo do trabalho comum; o uso da fantasia; o afastar-se completamente da realidade para não sofrer, representado pela figura do eremita, que culpa o mundo por todos os seus sofrimentos; a loucura, as religiões e a técnica da arte de viver, que coloca como centro de toda uma vida o amor, ou antes, amar e ser amado, embora esqueçamos que “nunca nos achamos tão indefesos contra o sofrimento como quando amamos, nunca tão desamparadamente infelizes como quando perdemos o nosso objeto amado ou o seu amor” (FREUD, *id*, p. 101).

Os homens, ainda, podem buscar proteção contra o sofrimento assumindo uma atitude estética – a fruição da beleza - ou recorrendo à fuga para a enfermidade neurótica, na intoxicação crônica, ou mesmo na psicose.

Ante tão profícuo campo de protetores, porém, é fato que o prazer e a felicidade absolutos escapam sempre ao homem, pois:

(...) constitui um problema da libido do indivíduo. Não existe uma regra de ouro que se aplique a todos: todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo específico ele pode ser salvo. Todos os tipos de diferentes fatores operam a fim de dirigir sua escolha. (...) Nisso sua constituição psíquica desempenhará papel decisivo, independentemente das circunstâncias externas” (FREUD, 1930[1929]/1980, p. 103).

Para Freud, se o mal-estar (res)surge, caberá a cada um escolher como lidar com o sofrimento. Isso tem uma relação particular com o Complexo de Édipo, o qual “marca todos os níveis do psiquismo” (LACAN, 2002, p. 46) e com o aparelho psíquico - seu modo de estruturação e funcionamento – pois, notadamente, “as neuroses e as psicoses são os estados em que se manifestam distúrbios no funcionamento do aparelho” (FREUD, 1940 [1938]/1980, p. 211).

Freud (1931/1980) chegou a propor alguns “tipos libidinais” - o erótico (voltado para o amor), o obsessivo (o temor da consciência) e o narcisista (desejo de autopreservação) e mais alguns tipos mistos, a saber, erótico-obsessivo; erótico-narcísico e narcísico-obsessivo - para enfatizar a importância da constituição

psíquica, mas adverte que fixações em alguns dos tipos não lançavam luz sobre as neuroses.

Do mesmo modo, enfatizou a impropriedade de eleger uma técnica de viver como exclusiva para lidar com o sofrimento, pois isso poderia expor o sujeito a perigos, ratificando a significação de um sintoma para o sujeito e sua multideterminação e o cuidado, por exemplo, na condução de um tratamento psicoterápico, em que o furor de curar deveria ser evitado (FREUD, 1930 [1929]/1980).

Especificamente, com relação ao trabalho como medida de proteção contra o sofrimento, Freud destacou a atividade profissional como “fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida, pois representa “um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana”. Todavia, lamentou que o trabalho “não seja altamente prezado pelos homens”, pois, na verdade, um grande número de pessoas só trabalha por pressão da necessidade. Isso suscita “problemas sociais extremamente difíceis” (FREUD, 1930[1929]/1980, p. 99), embora não os tenha explicitado. No mesmo texto, ainda, admitiu não ser possível, naquele momento, o exame conveniente da significação do trabalho para a economia da libido.

No texto “*Tipos Psicopáticos no Palco*”, Freud (1942 [1905 ou 1906]/1980), se evidencia que o sofrimento de toda espécie é o tema do teatro (religioso, social, de caráter e psicológico), seja através da encenação de pequenos infortúnios, seja nos moldes trágicos, a concretização do sofrimento.

O autor lembrou, também, que o universo parece ser o responsável pela existência do sofrimento e, igualmente, assegurou que o teatro desempenha uma árdua tarefa: do sofrimento retratado é necessário oferecer prazer sem causar sofrimento à platéia. Em seguida, esclareceu que o sofrimento representado devia limitar-se ao sofrimento psíquico, vez que ninguém deseja o sofrimento físico, pois, um ato ou ação heróicos poderia ser impedido por tal fato e do herói é esperado barrar as tragédias sociais e os possíveis conflitos entre os homens.

Parece, então, pertinente evocar que as instituições policiais podem causar conflitos a um policial, pois propiciam limites, regras e frustrações, e a luta entre o amor e o dever é potencializadora de conflitos infinitos, podendo, inclusive, transformar heróis – os policiais costumam ocupar esse lugar no imaginário social por representarem a lei e a ordem - em anti-heróis.

Entre os dramas passíveis de acontecer dentro de uma instituição qualquer, da família ao exército, e, se especificamente se estender tais dramas à instituição policial, é possível defender a idéia de sofrimento psíquico não como exclusivo dos policiais, uma vez que o sofrimento existe para todos nós, mas de que o sofrimento psíquico pode suscitar muitas interrogações, pois o trabalho do policial acontece justamente em um contexto em que as relações humanas são muito intensas, de permanente tensão e risco de morte, real e simbólica, podendo, inclusive, re(velar) muitos sofrimentos.

Igualmente, o trabalho policial não oferece garantias, nem ao seu público interno, nem externo; há missões a serem cumpridas e devem ser observadas as disposições legais; ao contrário da encenação em um palco, mesmo sob uma forma trágica, o policial, na dependência da ação a empreender, depara-se com uma tripla tarefa com relação ao viver: resguardar sua própria vida, proteger a vida de outros ou, se for estritamente necessário, tirar vidas.

Como bem argumentou Freud (1942 [1905 ou 1906]/1980) o público vai ao teatro para purgar emoções e, ali, é lícito participar do sofrimento alheio. Ao policial civil, entretanto, além da constatação de inúmeros quadros de sofrimentos, da ordem da realidade, cabe-lhe resolver conflitos de toda ordem; o policial tem como palco diário o confronto de fato, o perigo é real, e, principalmente, não deve sofrer com isto: é de sua competência proteger e salvar; mas, do mesmo modo, prender, matar ou morrer, imperativamente.

Anteriormente, em texto de 1923, sobre “*O Ego e o Id*”, Freud assim se expressou:

Assim como as tensões que surgem de necessidades físicas podem permanecer inconscientes, também o pode o sofrimento - algo intermediário entre a percepção interna e externa, que se comporta

como uma percepção interna, mesmo quando sua fonte se encontra no mundo externo” (FREUD, 1923/1980, p. 36).

Assim, da observação da cena policial, pode-se inferir, com bastante freqüência, que, sobretudo por seus atos, violentos ou não, a figura do policial, por viver no “fio da navalha” - um adágio popular para designar situações de perigo - parece denunciar o mal-estar de que sofrem os homens, além de interrogar e revelar a profunda imbricação entre os conceitos de normalidade, patologia, criminalidade, violência e a lei, temas provocadores à Psicanálise, vez que, no discurso social corrente, habitualmente, qualquer suposta conduta desviante ou transgressiva do policial, é dita como um problema de comportamento, um problema de personalidade - designação genérica utilizada por leigos para apontar ou referir-se a condutas situadas fora da normalidade – uma dificuldade psíquica, enfim.

Na instituição policial, ou mais propriamente, no cotidiano policial, conforme variados estudos evidenciam, a palavra não é dada ao policial, ele não pode se dizer, falar dos impasses que o trabalho de risco lhe impõe, ou do prazer expresso no sentimento de “missão cumprida”, por vezes suscitado, face às enormes dificuldades – pessoais e / ou institucionais - relatadas para bem cumprir seu mister.

Esse policial, também, não pode adoecer, ordinariamente falando, porque é naturalmente excluído pelos próprios pares – o sintoma gera mal-estar e a alternativa é fazer desaparecer o sintoma, ocultar a angústia, o *stress*, a depressão, ou seja, seus males. Enfim, ao ser convocado a resolver problemas, não pode dizer dos seus, pois precisa bancar o super-herói, ocupar um lugar fálico, de poder; outras vezes, quer ser o herói, o poder, a lei personificada através de suas insígnias. Muitas vezes, recorre às bebidas e à violência em suas diversas formas para o enfrentamento de suas dificuldades, o que é bem próximo do texto freudiano.

Nessa situação constante de risco imposta pelo fazer policial, ou seja, a proximidade com o mundo do crime e seus desregramentos, a vigília sob o controle das próprias emoções e dos outros, o controle no uso da agressividade, a posição de insegurança e desamparo, somados às vicissitudes do viver, o sujeito fica mais exposto e vulnerável do ponto de vista do eu, pois “é na relação com o Outro que a neurose adquire sua estrutura” (CHEMAMA, 1995, p. 142).

No texto “*Introdução à Psicanálise e às Neuroses de Guerra*” (1919/1980), Freud apontou como significativo o fato de muitas perturbações neuróticas terem desaparecido, imediatamente, no período pós-guerra, revelando uma determinação psíquica acentuada e esclareceu que as neuroses de guerra “devem ser tomadas como neuroses traumáticas, cuja ocorrência se tornou possível ou foi provocada por um conflito no Eu”.

O conflito, neste caso, seria entre “o velho eu pacífico do soldado e o novo eu bélico”, e isto poderia ser muito assustador. Possivelmente, em um exército de profissionais ou mercenários, isto não aconteceria porque esses estariam preparados para a adversidade. Evidenciou, ainda, que as neuroses de guerra também ocorrem em tempos de paz e que, “no caso das neuroses de guerra, em contraste com as neuroses traumáticas puras e, de modo semelhante, as neuroses de transferência, o que é temido é, não obstante, um inimigo interno.” (FREUD, 1919/1980, p. 263).

Na verdade, não há uma guerra, a exemplo das ocorridas em 1914-1918 e 1939-1945, que convulsionaram o mundo inteiro, quando jovens foram recrutados para o combate, mas a mídia sempre evidencia o fato de se viver em uma guerrilha, uma guerra urbana, e, no *front* desta guerrilha, seja na investigação, prevenção ou repressão, os atores são os policiais, e, a despeito de toda formação ou instrução recebida, o mal estar é apontado. Não deve ser por acaso que há tantas reivindicações de suporte psicoterápico e relatos de muitos sofrimentos revelados ou não, conforme os estudos referenciados, sob paradigmas diversos.

Vale ressaltar, pois, que se recorreu à palavra sofrimento psíquico, por este contemplar a noção do dramático, do trágico, das paixões do homem, do desejo, do jogo das pulsões; também, é uma força que tolera e sustenta um peso e, principalmente, contém a noção de que é o Eu que sofre, ratificando a assertiva freudiana de que “normalmente, não há nada de que possamos estar mais certos do que do sentimento de nosso próprio eu, do nosso próprio ego” (FREUD, 1930 [1929]/1980, p. 83). Sob a vertente psicanalítica, também pode se destacar que o “ego (Eu) não é senhor em sua própria casa” (FREUD, 1917/1980, p. 178), visto que é submetido às paixões do Isso e às interdições do Supereu.

Em outro texto, “*Neurose e Psicose*” (1924/2007), Freud advertiu que “deveríamos, em todos os tipos de adoecimento psíquico, sempre levar em conta o comportamento do Supra-Eu (Supereu)” Também, refletiu que se o Eu consegue escapar sem adoecer, seguramente, duas condições, em estudos futuros, deveriam ser levadas em conta: a “configuração da economia psíquica”, ou a deformação do próprio Eu, que pode chegar a uma fragmentação ou cisão; assim como as pessoas recorrem às perversões para negar o recalque, as deformações do Eu, também, revelariam “as inseqüências, as excentricidades e as loucuras das pessoas” (FREUD, *id*, p. 98).

Defende-se, então, que o sofrimento psíquico para cada policial pode se exteriorizar e ser investigado a partir desse jogo de forças, em que o sintoma, possivelmente, é o melhor que o sujeito pode fazer para “suportar” os efeitos do mal-estar na civilização:

O sintoma é uma solução em si mesmo: é uma maneira do sujeito lidar com a castração; e uma das formas para se organizar frente às limitações de seu corpo e às interdições da cultura. Paradoxalmente, o sintoma neurótico é uma defesa, é uma maneira do ser humano se defender de seu universo pulsional e das vicissitudes e perigos da vida, mas também é doença quando se opõe a transformação, ao movimento, apesar dos sofrimentos que acarreta. (OCARIZ, 2006, p. 248).

Por fim, é importante destacar que a normalidade para Freud, que é sempre uma ficção, de forma sucinta, é ser capaz de amar e trabalhar, ou nas palavras de Ocariz:

(...) o único critério de saúde que Freud enuncia é a capacidade de ter prazer e de produzir: ‘o neurótico é incapaz de gozar e de produzir’. Ele gasta uma quantidade exagerada de energia psíquica a fim de sustentar seus sintomas. Esta perturbação está relacionada com as defesas inadequadas utilizadas para lidar com os conflitos, com a estruturação dos sintomas neuróticos ineficazes que consomem uma quantidade exagerada de energia psíquica, desviada das atividades produtivas que levam ao prazer. (OCARIZ, 1999, p. 5).

Quanto à felicidade, Freud argumentou que:

Ficamos inclinados a dizer que a intenção de que o homem seja ‘feliz’ não se acha incluída no plano da ‘Criação’. O que chamamos de felicidade no sentido mais restrito provém da satisfação (de

preferência, repentina) de necessidades represadas em alto grau, sendo, por sua natureza, possível apenas como uma manifestação episódica. Quando qualquer situação desejada pelo princípio do prazer se prolonga, ela produz tão somente um sentimento de contentamento muito tênue. (...) Assim nossas possibilidades de felicidade sempre são restringidas por nossa própria constituição. Já a infelicidade é muito menos difícil de experimentar. (...) Existem, como dissemos, muitos caminhos que podem levar à felicidade passível de ser atingida pelos homens, mas nenhum que o faça com toda segurança.” (FREUD, 1930 [1929]/1980, p. 95/104).

4.4 SINTO-ME MAL: “INIBIÇÕES, SINTOMAS E ANGÚSTIA”: O PALCO PSICANALÍTICO

Tomou-se a liberdade, no presente estudo, de introduzir este tópico utilizando o título de um artigo de Freud, pela necessidade de se discutir tais termos, posto que, de forma genérica, o sofrimento psíquico vai, exatamente, interrogar a respeito do que se passa com o sujeito.

Do mesmo modo, nesta dissertação, os termos utilizados na tradução da obra de Freud, conforme referenciado na bibliografia, tais como instintos, id, ego, superego e ansiedade foram substituídos por outros mais próximos de sua expressão original. No texto *“Hemmung, Sympton und Angst”* (FREUD, 1926 [1925]/1980), leu-se angústia, ao invés de ansiedade.

Segundo Roudinesco (1998, p. 381-384), o texto freudiano citado é uma coletânea de considerações clínicas, e a razão de sua retomada, aqui, tem relação com o modo usual e indiscriminado como estas expressões são utilizadas por leigos, por vezes, acarretando inúmeras confusões na esfera psicanalítica.

O termo inibição refere-se comumente à impossibilidade ou impedimento de algo, e, em francês, é reservado justamente a linguagem jurídica (KAUFMANN, 1996, p. 271); do ponto de vista psicanalítico, porém, refere-se a “restrições da função do eu que foram ou impostas como medida de precaução ou acarretadas como resultado de um empobrecimento de energia” (FREUD, 1926 [1925]/1980, p.

111); uma inibição pode diferir de um sintoma e pode, também, constituir-se como um sintoma.

De conformidade com Freud, no mesmo texto, as funções do eu que podem sofrer inibições são as relacionadas com o sexual, a nutrição, a locomoção e o trabalho. Esta última pode se apresentar, inclusive, como um sintoma isolado, vez que, durante o trabalho, um indivíduo tanto pode perder o prazer na execução do trabalho, como pode executá-lo de maneira insatisfatória ou, ainda, apresentar uma sintomatologia variada (tonteira, fadiga, enjôo), se for necessário prosseguir na realização dessa atividade.

Também, se o sujeito for histérico desistirá do trabalho e se for obsessivo apresentará distrações e repetições. Ilustrou, também, que existem inibições da atividade profissional que são autopunições e que funcionam, inclusive, como impeditivos ao êxito ou lucro profissionais, caracterizando, dessa forma, um conflito ora entre o Eu e o Isso, ora entre o Eu e o Supereu (FREUD, 1926[1925]/1980, p. 107-109).

Vê-se, pois, que uma inibição pode ser considerada como um sintoma “na medida em que ela encarrega o Eu de mascarar para o sujeito a angústia de seu desamparo” (KAUFMANN, 1996, p. 273)

O sintoma “é um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado jacente; é uma conseqüência do processo de recalque”. (FREUD, 1926 [1925]/1980, p. 112). O sintoma representa interesses muito diversos: “verifica-se útil na afirmação da posição do eu (self) e se funde cada vez mais estreitamente com o ego (Eu), tornando-se cada vez mais indispensável a ele”. (*ib*, p. 121)

O sintoma pode formar-se, nas neuroses histéricas, por exemplo, devido a ambivalências afetivas dirigidas para a mesma pessoa, ou seja, evidenciam um conflito psíquico. Comumente, se faz correspondência entre a angústia e a formação de sintomas, porém, Freud salienta que “existem muitas neuroses que não apresentam qualquer ansiedade (angústia)” (FREUD, 1926 [1925]/1980, p. 134), bem como estados como os de luto e dor que não evidenciam qualquer

manifestação motora, a exemplo das conversões histéricas, e, se houver, se apresentará como resultado ou reação à angústia oriunda de tais estados afetivos. (*ib.*, p. 156), não havendo, destarte, ligação direta entre angústia e a formação de sintomas.

Nas neuroses obsessivas e na paranóia, o texto freudiano esclarece que as formas que os sintomas assumem atendem não a certas vantagens, mas a uma satisfação narcísica, uma exacerbação do amor próprio ou ganho secundário proveniente da doença, sendo difícil uma modificação, nestes casos.

A angústia é o afeto¹³ por excelência e só pode ser sentida pelo Eu. Ela surge como uma reação do Eu ao perigo, interno e externo, tendo um caráter de desprazer, embora nem todo desprazer gere angústia; faz-se escutar de sensações físicas referidas a órgãos do corpo – seu palco é o corpo – manifestando-se, preferencialmente, nos sistemas respiratório e cardíaco, prontamente, produzindo uma série de sintomas, que pedem significação.

Freud (1926 [1925]/1980), no escrito referenciado, critica a ênfase exagerada que alguns estudiosos, à época, dão à fraqueza do eu; no entanto, revida tais comentários, admitindo ser enganoso pensar de tal modo, posto que, na realidade, o eu “é a parte organizada do id (Isso)” (*id.*, p. 119) e detém força quando, por exemplo, luta contra a formação do sintoma ou quando o integra, por exemplo, sob a forma de ganho secundário proveniente da doença; de modo algum, há incoerência nestes modos de comportar do Eu.

O sintoma é uma formação de compromisso, em decorrência do conflito entre duas forças (instâncias psíquicas) opostas de “quase” igual intensidade. É solução de compromisso porque se trata de arranjos provisórios; quando o sintoma claudica é que o sujeito pode procurar tratamento: “tudo o que você sabe é a consequência do trabalho deles – o sintoma que você experimenta como sofrimento”. (FREUD, 1917/1980, p. 177).

¹³ Afeto: “um dos estados emocionais, cujo conjunto constitui a gama de todos os sentimentos humanos, do mais agradável ao mais insuportável, que se manifesta por uma descarga emocional violenta, física ou psíquica, imediata ou adiada. Este aspecto descritivo mostra a intrincação obrigatória dos conceitos de afeto, pulsão e angústia.” (CHEMAMA, 1995, p. 10)

Para o psicanalista, por conseguinte, o sintoma – sinto-me mal - não é apenas o sinal de uma doença, mas manifestações de conflitos inconscientes. Se o conflito neurótico é negado, apaga-se o sujeito desejante. Um sujeito que adocece não é simplesmente o portador de uma doença, ele porta-dor, ele sofre; sabe-se, a partir dos textos psicanalíticos, que os processos dinâmicos do inconsciente, além disso, podem determinar desejos de morte:

Todavia, foi a partir da observação da compulsão à repetição que Freud pensou em teorizar aquilo a que chamou pulsão de morte. De origem inconsciente e, portanto, difícil de controlar, essa compulsão leva o sujeito a se colocar, repetitivamente, em situações dolorosas, réplicas de experiências antigas.” (ROUDINESCO, 1998, p. 631).

Mais especificamente, Freud debate o “*Além do Princípio de Prazer*” (1920/2006) e descobre o que seria sua terceira tópica: a “guerra” constante entre as pulsões de vida e as pulsões de morte, em que é importante destacar, neste contexto, suas notas com relação às neuroses ditas traumáticas, bem como sua tentativa de compreendê-las não como um choque que ameaça a vida, com seqüelas, sejam neurológicas ou não, mas como uma ruptura do escudo protetor que traz conseqüências tão intensas para o aparelho psíquico, quanto aquelas suscitadas pela melancolia ou hipocondria.

As neuroses traumáticas, em tempos de paz, ou as neuroses de guerra, no dizer freudiano, causaram descrédito e crédito à Psicanálise. Uma neurose traumática comum geralmente é provocada por um acontecimento surpresa, causador de susto, pois se entrou em perigo, sem se estar preparado para ele e o ferimento resultante pode impedir o advento de uma neurose.

Uma neurose de guerra, ao contrário, supõe uma preparação para lidar com o perigo, mas isto não impede o estabelecimento de uma neurose por medo da morte ou medo pela vida; o que estará em jogo, certamente, será o narcisismo, o amor de si mesmo. No texto “*Esboço de Psicanálise*” (1940 [1938]/1980, p. 175), Freud sustentou que “conter a agressividade é, em geral, nocivo e conduz à doença (à mortificação)”, assim como o indivíduo pode morrer de seus conflitos internos.

O inconsciente, o objeto da Psicanálise, pois, vai se revelar justamente através dos sonhos, dos atos falhos, dos chistes e dos sintomas, definido por

Chemama (1995, p. 203) como um “fenômeno subjetivo que constitui para a Psicanálise, não o sinal de uma doença, mas a expressão de um conflito inconsciente”, ou no dizer de Freud (1916-1917 [1915-1917]/1980, p. 305): “os sintomas têm um sentido e se relacionam com as experiências do paciente”.

Assim é que Freud elege a histeria, a neurose por excelência, e a neurose obsessiva, um dialeto da histeria, como as “formas de doença neurótica” mais comuns, nas quais foram baseados os estudos iniciais da Psicanálise, bem como acentua a importância de determinados sintomas, ditos típicos, como orientadores do diagnóstico psicanalítico, o qual objetiva a condução de uma análise, diverso do diagnóstico psiquiátrico, mais preocupado em classificar sintomas do que em compreendê-los.

Também, na Conferência XVIII, Freud (1916-1917 [1915-1917]/1980) explicita que todo o sentido da “montagem” sintomática ou o cortejo sintomático é desconhecido para o sujeito que o sofre, pois são da ordem inconsciente:

Não apenas o sentido dos sintomas é, com regularidade, inconsciente, mas também existe uma relação inseparável entre este fato de os sintomas serem inconscientes e a possibilidade de eles existirem. (...) Mas, também é necessário que este sentido seja inconsciente, para que o sintoma possa surgir. Jamais se constroem sintomas a partir de processos conscientes; tão logo os processos inconscientes pertinentes se tenham tornado conscientes, o sintoma deve desaparecer. (...) A construção de um sintoma é o substituto de alguma outra coisa que não aconteceu (FREUD, 1916-1917 [1915-1917]/1980, p.330).

Freud alerta ainda sobre a dificuldade do sujeito de livrar-se do sintoma neurótico, haja vista os processos de resistência e recalque. A resistência do paciente manifesta-se sob diversas formas – necessidade de estar doente ou de sofrer, inclusive - bem como pode ocorrer mudanças durante o processo, assim como acontece nos sonhos através dos processos de deslocamento e condensação.

As resistências, também, podem ser de ordem intelectual, residir na dúvida, na repetição e na própria transferência e tudo isto compõe toda análise, pois a “resistência dos neuróticos à remoção de seus sintomas” (FREUD, 1916-1917 [1915-1917]/1980, p. 343), constitui a base do ponto de vista dinâmico das neuroses, sendo o recalque a pré-condição da formação do sintoma.

É em torno da castração, portanto, que se organizam as estruturas psíquicas e, conseqüentemente, a “escolha” da própria neurose, como já assinalado. Neste sentido, todos são neuróticos, uma vez que “as pré-condições da formação dos sintomas também podem ser observadas em pessoas normais”. (FREUD, 1916-1917 [1915-1917], p. 419). Assim, não há uma cura para os sintomas; a análise pode possibilitar a produção de sintomas cada vez melhores, que não paralisem o viver.

Freud (1912/1980) admitiu que a libido é decisiva com relação ao estabelecimento da saúde ou do sofrimento e apontou a frustração, as exigências da realidade, as inibições do desenvolvimento e a quantidade de libido como motivos desencadeantes das neuroses, atribuindo uma validade prática a tais razões, sem esquecer de alertar sobre serem infrutíferas as tentativas de estabelecer diferenças entre “fatores externos e internos, entre experiência e constituição” relativas à causação das neuroses, pois estas poderiam acontecer de várias maneiras, numa situação psíquica específica.

Na Conferência XXIII, na qual tratou sobre “*Os caminhos da formação dos sintomas*”, Freud (1916-1917 [1915-1917]/1980, p. 422) ressaltou a íntima ligação entre “a libido e o inconsciente, de um lado, e, de outro lado, o Eu, a consciência e a realidade, embora, de início, eles não sejam da mesma espécie, absolutamente”. Do mesmo modo, advertiu que o caminho que leva à perversão ou à psicose é diverso do que leva à neurose e que, no “mundo das neuroses, a realidade psíquica é a realidade decisiva.” (FREUD, *id*, p. 430).

Para a Psicanálise, estão no registro das neuroses, classicamente, a histeria e a neurose obsessiva, “às quais é preciso acrescentar a neurose atual, que abrange a neurose de angústia e a neurastenia, e a psiconeurose, que abarca a neurose de transferência e a neurose narcísica.” (ROUDINESCO, 1998, p. 535).

As histéricas exibem seus sintomas exuberantes e excessivos no próprio corpo, sem correspondência com a realidade anatômica, mas diante de uma interpretação os sintomas cedem; os sintomas dos obsessivos são “ou proibições, precauções e expiação, ou satisfações substitutivas que aparecem em disfarce simbólico”; há uma combinação entre proibição e satisfação bem marcadas, o

“sintoma ocorre em duas parcelas”, trava-se uma luta contra o recalçado, em que o Eu e o Supereu exercem um importante papel na formação dos sintomas, muitas vezes assemelhados aos sintomas histéricos.

Os sintomas, pois, constituem uma operação de defesa, resultado do recalque; também, são porta(dores) de uma verdade que o sujeito desconhece e podem, ainda, significar um sofrimento ou uma saída para a saúde. Como assinalado por Chemama (1995, p. 203), citando Lacan, “o sintoma é aquilo que as pessoas têm de mais real”. De forma paradoxal, onde há sintoma existe desejo, e os sintomas representam o sujeito, o sujeito do inconsciente: “o sintoma é, portanto, uma metáfora da estrutura edipiana, onde se presentifica a articulação da lei com o desejo – desejo que aí se manifesta em suas impossibilidades (QUINET, 2000, p. 17).

Considerando a realidade policial e o fato de ser expressiva a referência da depressão como uma doença de trabalho dessa categoria profissional, julgou-se pertinente indagar se isso não estaria de acordo com o expresso por Roudinesco (2000) sobre o sofrimento psíquico manifestar-se sob a forma de depressão nos tempos atuais, em substituição ao paradigma da histeria, que inaugurou a Psicanálise:

Saída da neurastenia, noção abandonada por Freud, e da psicastenia descrita por Janet, a depressão não é uma neurose nem uma psicose nem uma melancolia, mas uma entidade nova, que remete a um “estado” pensado em termos de “fadiga”, “déficit” ou “enfraquecimento da personalidade” (...) Em outras palavras, a concepção freudiana de um sujeito do inconsciente, consciente de sua liberdade, mas atormentado pelo sexo, pela morte e pela proibição, foi substituída pela concepção mais psicológica de um indivíduo depressivo, que foge do seu inconsciente e está preocupado em retirar de si a essência de todo o conflito. (ROUDINESCO, 2000, p. 19).

Dessa forma, o conflito psíquico estaria sendo neutralizado, negado, apagado, enfim, o sujeito silenciado e silencioso, uma vez que não se investiga apropriadamente o que acontece; não há uma escuta do sofrimento, estes são amortecidos, desvalorizados ou explicados pelos compêndios médicos, em detrimento da implicação do sujeito em seus sintomas.

Também, observou-se que o policial além de estar submetido, de forma subjetiva, às guerras pulsionais, considerando o seu funcionamento psíquico, objetivamente, mais que um cidadão comum, está exposto à morte, corre risco de vida ou coloca-se, continuamente, em situações de risco, ficando exposto a ser acometido de neuroses de guerra em tempos de paz, com todo o mal estar que isto pode provocar.

Assim, a despeito de todos os embates teórico-clínicos ou não, acerca da cientificidade do discurso psicanalítico, da concorrente oferta de fármacos para o alívio de todos os sofrimentos, se aposta no que diz Mezan (2002, p. 258) ao falar sobre as subjetividades contemporâneas: "... não é porque se inventou o computador ou o telefone celular que as estruturas psíquicas vão se alterar do dia para a noite".

Por fim, é importante ressaltar que, tanto para Freud como para Lacan, o sintoma surge como retorno do recalcado, portanto, do inconsciente, e como tal pode ser decifrado: "O sintoma por si mesmo não conduz à análise se não tem implicação subjetiva, isto é, se não se o reconhece como portador de um sentido obscuro que implica um sujeito desconhecido de si mesmo". (FUKS, 2006, p. 239).

Igualmente, a eliminação dos sintomas de sofrimento não é procurada pelo psicanalista como objetivo particular, mas sob a condição de uma conduta rigorosa da análise; ela ocorre, por assim dizer, como um benefício anexo, pois, como nos diz Peres (2003, p. 57), "a questão não é apenas alterar o humor, porém poder interrogar-se sobre a própria causa do sofrimento".

Há muito a tratar, mas, no presente trabalho, optou-se por refletir, sucintamente, acerca dos sofrimentos psíquicos, dos sintomas e seus impasses, por se acreditar que o discurso psicanalítico é novo no âmbito policial; isso implicou na necessidade de se percorrer pistas nos textos psicanalíticos acerca do que constitui o sintoma em suas diversas manifestações, com a finalidade de formar uma leitura psicanalítica sob o tema ora investigado o que será feito nos capítulos seguintes.

5 O RELATO DAS ENTREVISTAS

“O policial padece” (Entrevistado)

O relato das entrevistas ora apresentado obedece à escolha teórico-metodológica estabelecida para a consecução da presente dissertação, ou seja, privilegia os discursos dos policiais acerca do sofrimento psíquico, do mal-estar.

A apresentação dos relatos, em linhas gerais, seguirá os itens contemplados no “Roteiro de Entrevista Semi Estruturada”, ancorando pontos discursivos relativos aos motivos do encaminhamento do policial ao Departamento de Assistência Médica e Psicossocial (DAMPS) da Superintendência da Polícia Civil do Ceará, ao ingresso na instituição, ao trabalho policial e ao significado da expressão “ser policial” para cada um dos participantes deste estudo.

O relato estará entrelaçado com fragmentos dos discursos dos policiais entrevistados, os quais, de forma corajosa e confiante, autorizaram e compartilharam suas histórias.

5.1 Entrevista I

A primeira entrevista teve início com a indagação feita ao entrevistado sobre as razões de se encontrar no DAMPS, ao que este respondeu:

Eu atribuo assim várias razões, *né*, mas coloco como a raiz de tudo, certo, o meu alcoolismo. Porque tem uma razão direta e uma consequência bem, bem, bem prática. Por causa de uma briga que eu tive (no local de trabalho, com um colega), embriagado (...) Tudo isso ocasionado pelo álcool e, por conta disso, o delegado me apresentou e aí eu vim para cá. Fui encaminhado pelo Delegado.

O policial narra que a “vida inteira” teve problemas com o álcool. Desde os quatorze anos, conforme relato, começou a perceber que sua bebida “era uma coisa assim anormal, pendendo para o lado da agressividade” O entrevistado narra que quando bebe, por vezes, fica “normal”, e, em outras, se surgir “um probleminha, aquilo que eu poderia resolver pela minha sobriedade, o que podia ser resolvido pelo lado pacífico, torna-se um problemão”. As conseqüências daí advindas, então, “podem ser tornar graves“. Conta, ainda, que quando criança, “chegava em casa com os dedos cortados para dizer que tinha brigado sem ter brigado. Coisa de doidim”.

O entrevistado, em seguida, referencia que ao ser encaminhado ao DAMPS encontrava-se muito fragilizado, “na pior mesmo”, “perdido”, “inseguro”, mas foi muito apoiado pela psicóloga do Departamento. Ainda passou um “bocado de tempo bebendo”, mas isto nunca atrapalhou o seu serviço, até porque se comprometeu com a chefia do Departamento que isto não aconteceria. Da mesma forma, tomava “um remediozinho para segurar o humor”, mas, isto nem sempre resolvia, porque “misturava com a bebida” e acabava “completamente fora do ar”. Nestas ocasiões, não dava satisfação a ninguém, “ninguém sabia do meu paradeiro”, chegava a “sumir” por semanas, “estava bebendo, querendo brigar”.

O entrevistado esclarece que o agravamento da doença se deu após os plantões: “foi após os plantões que a coisa começou a pegar mesmo. Juntou tudo, o álcool, as mulheres, os empréstimos, tudo o que puxa para o lado da irregularidade”.

O seu ingresso na Polícia foi “por acaso. Por mim, eu era poeta, se desse para ganhar dinheiro nesse país. No último dia, na última hora, me inscrevi”. Relata que não estudou, não sabia quase nada de computador, mas foi passando nas etapas e acabou sendo admitido na instituição policial. O entrevistado esclareceu que tinha esperança de trabalhar na investigação e não na atividade cartorária, pois gosta de ação. O entrevistado revelou: “Não nasci para ser escrivão, de jeito nenhum, estou aqui por causa do dinheiro. E, se tiver oportunidade de trabalhar com investigação, eu vou trabalhar com muita vontade, muita garra”.

Indagado a respeito de ter pensado, anteriormente, em ser policial, afirmou que sempre gostou de armas – ganhou de um tio “uma garrucha, de

verdade”, aos cinco anos de idade – serviu o Exército, gosta de filmes de guerra, de ação, “desde menino que eu gosto”. Ainda definiu a figura do escrivão como sendo a de “um boneco”, “parece um robô”: “escrivão não era nem para existir”. Também, comentou que havia delegados que se aproveitavam do Escrivão para “mandar ele fazer as coisas sozinho e não quer fazer a parte dele”. Ainda, mencionou que, para ser escrivão, era necessário ter muita habilidade, pois é “um negócio meio pesado”.

O policial também asseverou que em sua vida nunca faltou trabalho: “sempre fui trabalhador, gosto de ganhar dinheiro”. O que acontecia, porém, era que, em seus trabalhos, pedia para sair: “Aí, não vestia mais a camisa, me desgostava e, em pouco tempo, pedia as contas”. Isto era rotina em seus empregos. Afirma não saber se isto tem a ver, mas relacionava os fatos dessa forma: “Mas o álcool sempre ali, me influenciando nas tomadas de decisão ou me fazendo precipitar”. Instado a esclarecer, fez referência a “uma palavra que não tivesse volta”, o que gerava um clima ruim, que culminava com pedido de demissão. Exemplificou essa assertiva, relatando que houve um patrão que costumava maltratar os funcionários, “tipo tempo da escravatura”. Então, o policial chegou a dizer, por conta da ressaca, “aquela ressaca que você passa meio dia ruim, nervo abalado, aquela coisa ruim”, que não gostava dele por esta razão, e o patrão ficou estarecido.

Indagado sobre o que o levou à bebida, respondeu, sorrindo, que foi a genética, pois, em sua família, a maioria bebia e muitos morreram de forma direta ou indireta em decorrência da bebida:

“Meu avô era fabricante de cachaça. Meus tios, a maioria, tudo bebia. A maioria morreu direto ou indiretamente ligada à bebida, até meu pai. Morreu de acidente de carro. Meu pai bebia muito. Tudo em decorrência da bebida”.

Por ocasião da entrevista, lembrou que seu avô costumava falar: “Esse menino vai dar do bom quando crescer”, pois, ainda bem criança, chegou a beber cachaça: “Meu avô tinha um tonel e eu pequeno, com um ano de idade, cada gotinha que saía, eu botava o dedim e levava à boca, bebendo cachaça”. Nesta época, não compreendeu bem a assertiva de seu avô. Seus tios, também, o incentivavam a beber, “na intenção de eu ser cabra macho”. Havia vigilância de seus pais, conforme relata, “minha mãe sempre presente na minha vida, mas eu sabia onde tinha bebida guardada em casa, eu sabia onde guardava, juntava o restinho de

tudo e tomava”. Recordou, também, de fotografias suas, com catorze (14) anos, “segurando uma garrafa de cinzano”, e, aos treze (13) anos de idade, “passava na bodega para tomar uma para almoçar”. Por tudo isto, sempre foi conhecido por rótulos: “Sempre fui conhecido por esse rótulo - cachaceiro, biriteiro - em todos os lugares”. O entrevistado acredita que se sua vida pregressa tivesse sido investigada, não havia adentrado à instituição policial, devido ao uso do álcool e às brigas.

Foi perguntado ao entrevistado sobre as razões de tantas brigas. Ele respondeu que, desde novo, parecia ter uma “fagulha de violência”, “o pavio curto”. Referiu-se, também, a seu pai como “um cabra brigador” e, grifou: “Não sei se isso tem a ver”.

Referindo-se aos seus irmãos, afirma que bebem, apenas, socialmente: “eles não têm problema de bebida, não”.

Sobre tratamentos empreendidos, o entrevistado relatou que havia tentado a Psicanálise, mas “não serviu de nada, talvez até mesmo por culpa minha”. Em seguida, partiu para a Psiquiatria, mas não havia diálogo, só prescrição medicamentosa, remédio para depressão e remédio para deixar de beber. Isto, também, não funcionou: “A pessoa que tratava de mim, nas consultas, só sabia prescrever medicamentos. Remédio para depressão. Tive e tenho depressão. E remédio para deixar de beber. Não tinha conversa”.

O entrevistado diz sofrer de transtorno bipolar: “me identifiquei com isso”. Relata que alterna momentos de euforia com depressão e que sua depressão é de origem química e “de olhar para trás, também, e ver o prejuízo que já causei à sociedade”.

Sobre a expressão “olhar para trás”, o entrevistado explica que são lembranças tristes que o envergonham: brigas, sua mulher sair correndo de casa, fazer “papelão” diante da família, envergonhar sua família. Faz referência, nesta ocasião, à figura de sua mãe: “Minha mãe é uma pessoa que prima, principalmente, pela conduta. Ela não sabe um décimo dessas minhas condutas reprováveis”.

Sobre o trabalho policial, o entrevistado alega que as condições de trabalho deixam a desejar: “treinaram mal e jogaram a gente na jaula dos leões,

cobram, e, isso faz muito mal a gente”. Novamente, queixa-se sobre a falta de cooperação dos delegados, dos plantões de vinte e quatro horas e de todos os fatos que “contribuíram para acabar comigo, quer dizer, não acabou não, mas contribuiu para me deixar bem mal, atrapalha”. O entrevistado relata que as pessoas “fazem apenas a obrigação”, não há o empenho de fazer algo mais, “por falta de motivação”: “pouco preparo, muita cobrança”.

O entrevistado afirma que sempre cumpriu suas obrigações, mesmo não gostando de sua função: “Inclusive, apesar de eu não gostar de ser escrivão, eu sempre cumpri bem direitinho meu expediente. Me sacrifiquei muito”. Relata, emocionado: Um delegado, acolá, veio pedir mais sacrifício; me deu um nojo tão grande (silêncio), um desgosto grande (silêncio). “

No trato com as pessoas na Delegacia, o entrevistado relata que sempre procurou atender o público com humanidade, de modo que a pessoa pudesse pensar que “a polícia tem gente boa”. Evidencia que se sentia bem recompensado e feliz em atender humanamente a pessoa, Não tratava mal: “Na pior das hipóteses tratava com neutralidade”. Os problemas que chegavam à Delegacia, o sensibilizavam demais: “quer queira, quer não, a gente se envolve, fica muito sensibilizado. Não é para fazer isso, senão a gente é que fica prejudicado. Eu me sensibilizava muito”. Afirma que procurava encaminhar os problemas da melhor forma possível. Também, não conseguia separar muito bem sua vida pessoal e sua vida profissional. Ao chegar em sua casa, sentia necessidade de partilhar o seu dia ou plantão: “Quando chegava do plantão, fazia um relato para minha esposa. Sentia necessidade de compartilhar”.

Sobre “ser policial”, o entrevistado afirmou ser “difícil responder”. Acrescentou que sua estadia no DAMPS estava sendo importante para reciclar seus conhecimentos policiais. Igualmente, precisava resolver um problema para voltar à ativa: a “combinação arma e bebida”. Sua arma foi devolvida à instituição: “Cheguei e devolvi”. Relata que se isto não tivesse acontecido, “com certeza tava preso ou tava morto”. O entrevistado assegura: “sou um bebedor-problema” e já aconteceram tantas recaídas que se sente envergonhado em ir ao Alcoólicos Anônimos - AA, por exemplo.

Indagado sobre a necessidade de atendimento psicológico, o entrevistado afirmou que “sempre que precisa” pede socorro: “Quando eu preciso, é tudo”. Este “tudo” significa recorrer ao AA, culto espírita, culto evangélico, à psicóloga do DAMPS, mas nada regularmente. O entrevistado revela: “As reuniões no DAMPS, de certa forma, ajudam, ajudam a quem quer. Eu quero, mas parece que o meu subconsciente, não quer não”. E, uma vez mais, admite que se encontra no Departamento por problemas de bebida:

Eu sei que tô aqui. Problemas na Delegacia com colega. Estou aqui por causa da bebida. A bebida só fez desgraça na minha vida. Hoje estou com sete empréstimos. A bebida só fez desgraça na minha vida. Tenho essa consciência. Sinto necessidade. Eu cedo a ela.

O entrevistado, ainda, faz referência à existência de um conflito entre o seu “consciente e subconsciente”:

Se eu fosse uma pessoa que tivesse pleno domínio sobre minha doença. Eu tenho mais de mil motivos para não pensar em bebida e, por que eu bebo? Fico sem resposta, me acho assim ou sou idiota ou eu mesmo não quero deixar de beber.”

Sob outra perspectiva, pondera sobre a questão do exemplo paterno: “O povo fala muito de exemplo. O meu pai, eu sempre via chegar em casa embriagado. Nos labirintos da mente, pode ser alguma influência”.

Foi perguntado ao entrevistado se isto não foi trabalhado à época do atendimento psicanalítico. Respondeu, então, que trabalhou “coisa mais recente, a vaidade”, pois costumava “bançar o que não era por causa da vaidade, centralizar tudo nela.”

O entrevistado alega que era “mais humilde”. Sua entrada na Polícia exacerbou a vaidade, pois:

A Polícia dá certo status, principalmente com as mulheres. Freud explica. O cara se sente mais poderoso. Não digo nem por botar uma arma no quarto, ostentar a condição de ser policial. As pessoas mudam em relação à gente, chama a gente de doutor. Eu me deixei guiar por essa vaidade. Influuiu. Eu era mais humilde.

Em seguida, o entrevistado expõe que tem tendência à angústia, afirma ver o mundo “muito marrom”, definindo-se como um “desiludido”, afirmando,

também, que “não existe, realmente, gente feliz”. Igualmente, assegura não querer fazer mal a ninguém, ser do bem e querer fazer o bem: “Me defino como desiludido”. Afirma, também: “Não quero muito dessa vida”. Por fim, diz ser “atrapalhado por conta da bebida”.

Ao término da entrevista, o entrevistado demonstrou surpresa e, indagado se gostaria de fazer algum acréscimo sobre o que havia falado, referiu-se, novamente, ao fato de o trabalho do escrivão ser “um fardo” e de suas “incertezas” quanto ao futuro e à sua relação com a bebida: “Queria viver sem a bebida, mas acho que não consigo nada”.

O entrevistado ressaltou:

Eu sou corajoso. Vou para cima mesmo. Me identifico com isto: bala vai, bala vem. Não quero ficar preso num cartório. Se sair da Polícia Civil é para a Polícia Federal. Mas quero ficar aqui mesmo. Trabalharia com prazer. Gosto da instituição e ela merece respeito. Um dos motivos que me fez parar de beber em bares foi não macular a imagem da instituição. A minha imagem já está suja desde o começo.

O entrevistado diz “querer mudar” e se refere ao desejo de ser feliz, mas afirma que vive um conflito; diz ter pensado em questões espirituais ligadas à bebida, bem como pensou em se isolar da humanidade e dar cabo de sua própria vida, encerrando a entrevista da seguinte forma: “É uma luta. O meu maior problema é a bebida. Os outros todos, eu tiro de letra. Se eu não bebesse, não brigava com ninguém”.

5.2 Entrevista II

O segundo entrevistado, ao ser indagado sobre as razões do seu encaminhamento ao DAMPS, relatou que prestou uma denúncia contra policiais, e que, logo em seguida a este episódio, foi preso. A partir deste fato, viu-se impossibilitado de retornar à atividade policial, à atividade-fim: “Fui preso, flagrantado, hoje respondo a processo criminal e depois disso para mim foi

impossível voltar a trabalhar para a Polícia”. Afirmou que se sentiu injustiçado e abandonou o trabalho. Em momento subsequente, foi reconduzido ao DAMPS, por problemas depressivos. Até então, ignorava a existência do Departamento.

Com relação ao que chamou de “abandonar o trabalho”, o entrevistado declara que se sentiu “muito aliviado” por deixar a atividade-fim. Afirmou preferir a paz e a tranquilidade dos dias atuais, ao *stress* e risco que tinha no passado. Queixou-se, também, que “não teve um respeito, um *feedback*, que para mim tivesse valido a pena”.

Contou que havia ingressado na Polícia “por acaso”, quando ainda era acadêmico de Direito. Não tinha muitas pretensões. Não imaginou ser polícia. A atividade policial revelou-se surpreendente.

E quando eu comecei a trabalhar na Polícia com 19 (dezenove) anos de idade, foi um choque. Eu não estava preparado para toda aquela brutalidade que eu vim a encontrar na convivência com colegas, no mau trato das instalações, passar dias longe de casa, essas coisas são difíceis de entender.

O entrevistado esclarece que foi designado para trabalhar no interior do Estado e ressalta sua perplexidade ante a falta de uma Polícia Científica. A população apresentava sempre muitas demandas e não havia recursos, pelas razões mais diversas possíveis, não relatadas, que impediam de corresponder às demandas das pessoas à Polícia. Isto o incomodava. Mas, essa inquietação era sua, o efetivo policial que estava lá não tinha essa preocupação.

Foi perguntado ao entrevistado se, por esta razão, chegou a se afastar do trabalho, adoeceu ou enfrentou alguma situação muito difícil de lidar. Ele afirmou que não lembrava de ter precisado se afastar de suas funções, nesta época, por motivo de doença ou qualquer outra situação. Relatou ter testemunhado depressão, alcoolismo e, também, “coisa que não tem nenhuma sigla, mas uma imbecilização, um embrutecimento da alma, dos sentidos, do sentir. Isso não é errado ser ressaltado, não”. Contou-nos, então, que adotou a seguinte atitude:

Eu procurava fazer de uma forma que eu conseguisse um equilíbrio e também tinha a questão de satisfação pessoal. (...) Mas eu consigo segurar a onda, eu consigo agüentar essa coisa, segurar a onda, era

o que eu procurava me ater, não me envolver com as questões, não ver muito, não falar muito, né?

Constatou, igualmente, que não “vestiu a camisa”, não se tornou o “perfil do policial civil”, pois “certas coisas são difíceis de separar”. O entrevistado expôs que poderia ter tido uma vida familiar, social e amorosa mais rica, mas isto lhe foi “tirado” porque todo final de semana precisava trabalhar.

Indagado sobre sua vida antes do ingresso na instituição policial, afirmou: “Pergunta cruel. O que que eu me tornei. (Silêncio) Não sei como posso lhe responder. Minha expectativa era de ter mais felicidade. Não tinha uma formatação ainda, eu quero ser isto”. E, afirma que, à época, cursava Direito, mas tentara Medicina. Por vezes, pensava: “não é minha vida que estou vivendo”. Relata que seu pai era vivo, mas não soube dizer como ele percebeu tudo isto:

A gente não tinha uma aproximação próxima. Ele era suporte, suporte financeiro, não afetivo. Dentro das limitações que eu entendo que cada um de nós tem. Eu entendo isso como mais uma limitação dele do que como dolo, uma maldade. Perdi minha mãe aos dezesseis anos. E também do que adiantava ele dar opinião? Melhor que ele não desse opinião. Eu também entendo que é difícil para mim me sentir preparado para opinar, para dar certas garantias. Quase todo mundo quer que alguém diga: faça isso. Pede até para que se der errado a gente possa culpar. Não tendo essa pessoa, eu me tornei ainda mais forte.

Em seguida, afirmou se ressentir por não ter tido um direcionamento; logo, o que se tornou foi o fruto do que pode fazer por si mesmo. Poderia ter tido alguns ganhos e alguns outros, não teria. Disse, ainda, que:

Sinto o desejo de parafrasear uma frase, um pensamento do Alceu Valença, ‘eu sou fruto das minhas próprias circunstâncias’. Eu me vi ali, eu e eu mesmo. E vamos ver o que a gente faz aqui. Inequivocadamente, eu era do bloco do eu sozinho; inequivocadamente, sempre. Não poderia ser diferente. Sempre foi um trabalho solitário.

Inquirido sobre a questão de trabalhar em equipe, em dupla, uma vez que para o exercício da atividade policial há necessidade de se estabelecer parcerias, laços de confiança, o entrevistado afirmou que isso foi “problemático”, pois não havia, de sua parte, essa confiança total nos colegas, mas, também, não poderia haver desconfiança total, pois isto inviabilizaria qualquer trabalho. Acrescentou ser necessário haver “uma certa confiança moral”, no sentido de que a pessoa vai

trabalhar junto com você e é preciso confiar na capacidade de execução dessa pessoa, embora isto, sempre, tenha sido muito penoso: “Eu não me dei o luxo de contar com essas bases, não”. Em seguida, creditou à sua própria pessoa quaisquer ressentimentos, pois se deixou levar pelas circunstâncias; poderia “ter estudado mais”, “ter feito um concurso para algo melhor, uma função melhor”, constatou o entrevistado.

Por outro lado, assegurou ter desenvolvido, na Polícia, a força e a capacidade de lidar com os crimes, pois presenciou vários colegas em apuros, “colegas no calor da madrugada, em vinte e quatro horas de trabalho corrido, ter chiques, brigar por qualquer besteira”. Ele compreendia tudo isto como “falta de preparo, frustrações de uma alma doente, em *lato senso*”. Via-se como um cara firme e com capacidade para lidar com estas situações, mas, por ocasião da entrevista, relatou que “o motor já estava cansado” e não pensava em fazer mais nenhum “tipo de doação” à instituição policial. O entrevistado afirmou que o seu desejo era “não criar mais problemas” para si próprio.

Explicou, com relação a esta fala, que se via no “banco dos réus”, pois aprendera que na vida da lei, as pessoas são preocupadas com suas próprias necessidades, suas próprias fragilidades. Nas ocasiões em que precisou de ajuda, ou do amparo da Justiça, foi mal assistido, por Promotores, pelo sindicato, asseverando que, nos dias atuais, era muito raro ser escutado; percebia que as pessoas construíam em torno de si uma camada de proteção para poder viver. Nas ocasiões em que adoeceu, o entrevistado assegurou, também, que não contou com a ajuda do Estado.

Com relação à morte, afirmou tê-la visto muito próxima, até porque foi ameaçado por policiais de sua própria instituição, por várias vezes. Sobre tais ameaças, prestou denúncia no órgão competente, no caso, a Corregedoria Geral e, novamente, afirmou não se calar diante de ameaças, pois isto lhe custava sua “auto-imagem”, “coisa que eu quero preservar”.

Ao ser indagado a respeito do trabalho policial, considerou uma pergunta difícil e vaga. Interpelou a entrevistadora sobre o que ela queria como resposta. Para viabilizar a resposta, foram dados, ao entrevistado, alguns esclarecimentos sobre a

pesquisa. Em seguida, o entrevistado afirmou ser testemunha de que o trabalho favorece o adoecimento do policial – “há os que morrem de desgaste, de enfarto, tem os que jogam, tem os que bebem”. Relatou, ainda, haver um “estigma de truculência, violência, uma certa autoridade que desvirtua para o autoritarismo, de uma certa moral, uma certa força”. O entrevistado apontou a necessidade de um trabalho de humanização e afirmou que “as escolhas não são por acaso”.

Neste momento da entrevista, foram retomadas as razões pelas quais o policial abandonou o serviço. Ele respondeu que estava “vivendo meu luto” e, incontinenti, afirmou que “a pessoa realmente adocece e precisa de amparo. O atendimento psicológico deveria ser prioridade, necessidade básica”. Em seguida, acrescentou: “É tudo tão cinza, não consigo fazer uma recordação. Eu não lembro. O que pensava era: desse jeito não dá, não tem condições”. O entrevistado esclarece que, por exemplo, não sabia, à época, da existência do DAMPS. Ali, foi uma oportunidade de continuar na Polícia. Mas, o entrevistado afirmou que, numa ocasião, ao comparecer a uma Delegacia Distrital, se identificou como trabalhando para o DAMPS e foi objeto de desdém: “o policial é objeto de gracejo”.

Com relação ao que pensava sobre “ser policial”, o entrevistado afirmou ser “uma boa possibilidade de poder atuar de forma precisa. Tem esse aspecto aí. Eu prefiro parar por aqui. Só com relação a esta pergunta”, no que foi respeitado.

A entrevista prosseguiu desta vez com o entrevistado ressaltando a iniciativa da presente pesquisa, além de lamentar sobre o fato de os “donos do poder” não terem enxergado sua capacidade de trabalho: “A capacidade de trabalho, esta potência, não foi aproveitada pela própria corporação”.

Sobre empreender algum tipo de tratamento, o entrevistado afirmou que passou por tratamento com antidepressivos e Psicanálise Lacaniana, “fora da instituição”. Seus atendimentos não foram via IPEC (Instituto de Previdência do Estado do Ceará), hoje denominado ISSEC (Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará), mas custeados por ele próprio.

Sobre o atendimento psicanalítico, declarou ter sido um período de “assistência e crescimento”, mas sentiu necessidade de acabar com o que

denominou “vazão econômica”, até porque não tinha recursos para continuar mantendo o atendimento e queria trilhar o seu próprio caminho, pois foi assim que se constituiu. Nesse momento, referenciou que seu pai havia ensinado o que era “certo e errado”. O que ele não ensinou, ele aprendera sozinho e, embora tantas vezes procure orientações, a Psicanálise lhe deixava muito à “mercê de mim mesmo”, daí a resolução de trilhar caminhos com seus próprios passos, “caminhando pela vida em busca de dias melhores”.

O entrevistado relatou não ter tido problemas com álcool, pois isto comprometeria “sua capacidade cognitiva”; no entanto, faz uso de remédios por conta própria (automedica-se), pois não fica mais à vontade “em sala de espera de qualquer médico”, haja vista a assistência ser prestada muitas vezes por “um terceiro tão pouco qualificado”, “não comprometido com meus problemas”, fato decorrente de uma outra crise, “a crise do sistema de saúde”.

O entrevistado aludiu a sua preferência pela automedicação da seguinte forma: “Deixa eu fazer do meu jeito. Eu tenho como avaliar o tamanho da minha angústia, da minha insônia, da minha depressão”. Refere-se, ainda, aos erros médicos e outras experiências frustrantes relativas a condutas médicas inadequadas ante adoecimentos seus, “acidentes de moto” e de “carro”, “problemas de miopia”, entre outros.

O entrevistado mencionou sua reticência ante os médicos, e, ao procurá-los, prefere estudar um pouco pela Internet e chegar ao profissional médico ou outro qualquer, com o que definiu como “certa bagagem”, definindo-se como “reservado”, “um sobrevivente”, alguém que “não se entrega mais” ao saber médico e nem ao jurídico. Alega, igualmente, recusar quaisquer classificações ou referências de normalidade: “Não me entrego mais. Eu rejeito isso. Não sou uma pessoa normal. O tempo que eu tentei me adequar foi o tempo de maior sofrimento”, reportando-se a uma época de sua vida em que trabalhava todo final de semana. Contou que, ao chegar à sexta-feira, ficava “muito triste e amargo”. Era “realmente um sofrimento” e só em pensar no enfrentamento daquele dia, tornava-se exaurido. Afirmou, ainda, ser muito grato por trabalhar ou ser acolhido no DAMPS, pois se estivesse nas ruas, com o *stress* ao qual era submetido, não teria alcançado uma certa qualidade de vida, poderia ter morrido e isto não seria uma previsão pouco otimista.

O entrevistado exibiu e apontou partes do seu corpo comprometidas por adoecimentos vários – miopia, lesões no tendão, acidente de moto, de carro, porém, não relacionou tais adoecimentos à atividade policial.

Também, o entrevistado enunciou que, ao precisar do Estado, este “não foi pai, foi padrasto”. Fez, também, alusões ao poder que corrompe as pessoas, envaidece, além de criticar atitudes de policiais que estudaram, são esclarecidos e apelam à violência exacerbada, ao uso não legal da força, alimentando o estigma, tão difundido, do policial truculento.

Afirmou também, que nunca viu o poder, esse poder que tantos policiais acreditam tê-lo, recorrendo à violência policial – “assim, eu sempre achei muito pouco”; o que constatou, de fato, foi “muita pobreza e miséria, falta de inteligência e de compreensão”.

No momento do encerramento da entrevista, o entrevistado agradeceu por ter sido ouvido e mencionou que “quando era um policial”, sentia-se muito bem quando tinha oportunidade de servir à comunidade, levar alguém ao hospital, por exemplo, e, seus colegas não entendiam quando lhes dizia isto. Fez ainda considerações sobre constatar que seus colegas eram policiais “perversos”, além de não compreender “onde começa a estupidez e onde termina a má fé das pessoas”.

O policial também relatou ter percebido que “as pessoas mais cruéis” não tiveram um “fim legal”. Seu tempo mais duro na Polícia foi quando se deixou ser tomado pelo ódio, “ficar no fogo cruzado”, “ficar no meio do lixo da sociedade, onde se é impossível viver com leveza”. Acredita já ter dado sua colaboração enquanto policial civil, e, por esta razão, enxerga-se fora da Polícia, não omisso, mas fora.

O entrevistado afirma, ainda, vislumbrar outras realizações: ter uma companheira, uma casa, ter mais dinheiro, viajar, ler livros, ter paz e ser policial federal, por quatro razões: primeiro, ganhará mais e se sentirá mais comprometido; segundo, será uma oportunidade de começar de novo; terceiro, e, principalmente, “os federais são mais bem aparelhados”, e, quarto, com tudo o que viveu afirma ter uma bagagem, experiência, enfim. E, salienta: “a gente tem que procurar mudar”.

5.3 Entrevista III

A terceira entrevistada tomou a iniciativa de buscar ajuda. No momento da realização da pesquisa, havia retomado suas atividades policiais e mantinha um acompanhamento psiquiátrico recomendado, extra-instituição, além do apoio psicológico no DAMPS, em caráter eventual. Durante a realização dessa entrevista, chorou por diversas vezes.

Ao ser indagada acerca de seu ingresso na instituição policial, respondeu que sua mãe “praticamente fez tudo”, pois, mesmo sem estudar, conseguiu ser aprovada. Depois, sua mãe ficou sabendo que ela havia sido chamada e tomou todas as providências para sua admissão.

A entrevistada relata que, no momento do seu ingresso, gostou daquela nova atividade, dos plantões e dos serviços de permanência. Então, percebeu que começou a se desgastar: “Aí, fui começando a me desgastar, notando como eram as coisas, muito serviço, sobrecarregada, muito serviço, ficava só”.

Chegou a mudar de delegacia, “mas era a mesma coisa”. Na verdade, “não queria trabalhar mais naquele local, não queria nem chegar perto do prédio em si”. Por outro lado, a entrevistada assevera que sempre ouvia dos seus superiores que era “pessoa de confiança”, e o resultado era a “sobrecarga de serviço”. A entrevistada salienta que devia “ter cara de otária”, pois serviço que colega não fazia, ela fazia; então, “as coisas foram enchendo” e ela teve “problemas”. À época, pediu licença-prêmio para tratar da saúde, e, ao mesmo tempo, terminar a faculdade. A licença foi concedida, sob a condição de a entrevistada trabalhar pelo menos um dia na semana, um sábado ou domingo, o que foi feito: “Eu era idiota, não sabia sobre licença médica para tratar da saúde. Aí, desde aquela época, passo por especialista, por psiquiatra, eu cheguei a ir ao IPEC. O médico pediu para eu procurar um psiquiatra”. A entrevistada relata que chegou a pensar que tudo aquilo era uma “bobagem”. Então, afirma: “Fui levando. Fui levando cada vez mais abusada do serviço”.

A entrevistada alega que, de fato, não agüentava mais trabalhar em delegacia: “Pedia para me apresentarem porque não agüentava mais trabalhar em delegacia; as pessoas me usavam porque eu nunca aprendi a dizer não. Não disse não à minha mãe para entrar na Polícia”.

Mais uma vez, a entrevistada assegura que entrou na Polícia “sem querer”, e, depois, “fui me enchendo, enchendo de nojo”. Ao se dirigir ao trabalho, “saía de casa com uma sensação ruim”, descia em uma parada de ônibus diferente porque não agüentava mais andar naquela rua, fechava os olhos ao adentrar o local de trabalho. A esta época, perdeu um familiar e “tudo se agravou”. Ressalta, ainda, que “não conseguia mais ser aquela pessoa de antes”.

A entrevistada narra que mudou:

Fiquei agressiva, briguei com colegas, sabe; não me entendia com colegas, qualquer coisa era motivo para me aborrecer e passei a me afastar, trancar, passei a me isolar, como faço aqui, e, aquela obsessão de fazer, de fazer, fazer. Então, transtorno obsessivo, ficar conferindo coisas até você provocar.

Neste trecho, a entrevistada refere-se ao mesmo tipo de trabalho que executou por mais de dez (10) anos, o qual era da responsabilidade do escrivão: “me botaram para fazer aquele serviço”. A policial contou-nos sobre ser muito “cumpridora de horários” e “não deixar nada para depois”. Fazia serviços que não eram seus, eram do escrivão. Ressaltou que “não agüentava mais trabalhar no computador, nem atender telefone”, chegando, inclusive, “a provocar” (vomitar). Não queria mais trabalhar “nesse negócio”. À época, obteve licença médica, e, devido ao prolongamento desta, quase chegou a se aposentar, mas, sua família “não queria”. “Eles não acham que tenho doença e têm raiva”. Então, voltou a trabalhar “porque quis”. Desta vez, falou com o pessoal do DAMPS para ajudá-la, pois “não tinha condições de fazer trabalho em Delegacia”.

A entrevistada relatou: “eu tenho uma dificuldade verdadeira”. Mesmo tendo retornado à atividade policial, numa função burocrática, tem sido “muito penoso”, pois tudo “é demais”, Narrou que, em seu novo local de trabalho, todos parecem “falar ao mesmo tempo”, há gritos, telefone tocando, notícias sobre morte e doenças, e, às vezes, acaba por se refugiar no banheiro.

A policial também fez referência à existência de um histórico de depressão em sua família. Por conta disto, sua mãe, que trabalhou com Militares (Forças Armadas), precisou se aposentar para cuidar de um familiar, fato do qual se arrependeu, por gostar do serviço. Conforme relato da entrevistada, talvez, isto justifique a insistência materna em negar sua doença e pressionar por sua permanência na atividade policial.

Sobre seu trabalho na atividade-fim, a policial civil relatou que, de início, saía na viatura, conduzia presos, guardava presos, ficava sozinha nos plantões, portava arma, chegava mesmo a dormir com a arma embaixo do travesseiro, mas, em virtude de seus adoecimentos e “crises”, seu médico, à época, “exigiu” a entrega da arma, até porque uma colega policial havia se suicidado: “Entreguei, porque a arma era da Polícia”.

A entrevistada mencionou ingestão demasiada de comprimidos “para apagar”, internação psiquiátrica, acompanhamento médico em hospital-dia, abandonos e retomadas de atendimentos – médico, psiquiátrico e psicológico - e, “medo de fazer besteira”, não gostar de “ficar perto de facas, pegar facas”, e, ainda, “agressividade”, “vontade de quebrar coisas”, “sentimentos de raiva e nojo”.

A policial citou algumas dificuldades pessoais: seu retraimento, não saber dirigir – tem carteira, mas não dirige - sua dependência materna e pouca sociabilidade. Também, por isto, procurou ajuda: “A iniciativa de procurar ajuda foi minha”. A entrevistada assegurou, também, que o “trabalho contribuiu muito” e a busca de ajuda demorou, porque, durante muito tempo, acreditou ser tudo isto “uma bobagem”. Inclusive, muitas pessoas próximas repetiam que tudo o que ela sentia “era besteira, era frescura”. Diziam: “vai para um bar, procurar namorado, um homem. Vai para o motel, vai beber”. Esses comentários, segundo a entrevistada, na verdade, contribuíam para, cada vez mais, afastar-se e ficar enojada das pessoas.

Durante a entrevista, a policial fez menção ao pensamento de sair da instituição policial: “Pensei em sair, mas não deu certo. Não conseguia, ficava protelando, assim como o psiquiatra, o psicólogo”.

Acredita, também, que o trabalho policial contribuiu muito para seus padecimentos, pois, “a polícia é o contrário de tudo o que aprendi e do que eu esperava”. A entrevistada ressaltou “o ambiente de ruindade” e o desrespeito ao sentimento - “o pessoal não respeita sentimento” - que circula na instituição policial: “eu fui descobrindo, e isto deixou marcas em mim, também”.

Ainda sobre a instituição policial, comentou que, de início, “precisou se enquadrar”, mas “não conseguiu”. Também, de princípio, via seus colegas como heróis, e, então, “fui ficando decepcionada, decepcionada”. Com relação à formação, admitiu que “a academia não prepara ninguém para ser policial. Da academia, a gente foi jogada na Delegacia”

A policial considerou o suicídio de uma colega como um outro fato importante em seu percurso pessoal e profissional, pois compartilhava de muitas de suas impressões sobre a instituição policial, era sua amiga, tinha problemas, “mas conseguia ser uma pessoa sincera e alegre. Era uma pessoa que me colocava para cima”. A entrevistada diz: “quando ela se suicidou, foi uma surpresa para mim”. Também, mencionou outras colegas que têm dificuldades, mas conseguem ser alegres e arrematou: “queria ser como as outras pessoas”.

A entrevistada relatou que teve uma formação muito correta: “minha mãe é uma pessoa muito correta. Eu também tive essa formação”. Além disto, estudou com religiosas. Acrescentou que sempre foi tímida, de falar pouco, mas tinha alguma vida social. Atualmente, sente-se muito isolada socialmente, não sabendo situar com precisão se ela própria se discrimina ou se as pessoas a discriminam. Assinalou que houve um tempo em que sequer conseguia andar de ônibus, sozinha: “Eu me perdia nas ruas”. Admitiu não gostar de praia, nem de cinema, nem de beber ou fumar: “O único local que eu consigo ir é a Igreja. (...) Outro lugar de refúgio é meu quarto. Sair dele é difícil”. Também, ressaltou: “Eu leio, eu escrevo. Escrevo umas poesias. Naquelas coisas que eu escrevi, fica bem caracterizada uma pessoa com depressão. Se você ler, você vai entender”.

Por fim, ao ser indagada sobre “ser policial”, a entrevistada chorou muito e falou que desejava refazer sua vida inteira. “No momento atual”, admitiu, “não posso mais nada. Estou impossibilitada. Não vislumbro possibilidades. Não tenho

condições de trabalhar com as pessoas. Eu saí do forno para a frigideira”. Esta última fala é uma referência o fato de ter se afastado da atividade-fim para trabalhar na atividade-meio, em que exerce uma função burocrática.

Nesse momento, mais uma vez, a entrevistada é chamada para voltar ao setor de trabalho. Antes de sair, falou sobre uma fantasia: “viver”, “sair para a rua”. Voltou a asseverar a ausência de perspectivas para sua vida e ressalta que, agora, falta pouco tempo para sua aposentadoria, por tempo de serviço.

5.4 Entrevista IV

O quarto entrevistado foi encaminhado ao DAMPS pelo Delegado Titular da Delegacia, onde exercia suas funções, devido ao uso abusivo de álcool. Atualmente, retomou suas atividades policiais e declarou estar “muito bem”. Meses atrás, “não estava nada bem”. Afirmou que se, à época, fosse contar suas mazelas, “choraria como um menino”.

O entrevistado relatou-nos que seu ingresso na instituição policial foi como motorista e, até então, “não tinha problemas”. Anteriormente, havia trabalhado no comércio local e era o “*best-seller*”, no setor de vendas. Era um “rapazinho novo, cheiroso, ensinava tudinho e ficava satisfeito”. Depois, com um familiar, abriu uma empresa e tudo corria bem em sua vida, até assumir o emprego na Polícia. Isto significou trabalhar três (03) dias e folgar três (03). O entrevistado acrescentou: “Hoje eu sei que tinha uma tendência para as drogas, para o álcool, para as dependências. Os três dias de folga, eu passava bebendo”.

Conforme relatado pelo entrevistado, a companhia de policiais com os quais não devia se relacionar, o levou à bebida: “tem muitos, na Polícia, que eu conheço; e, me acabei na bebida. Muitas vezes, fui para a Corregedoria, por problema de bebida”. Esclarece que foi punido, muitas vezes, por suas ações, e não por estar bêbado.

O entrevistado também relatou o consumo de drogas e o uso da violência para resolver problemas. Declarou: “fui me acabando psicologicamente. (...) Eu tava me acabando por dentro, mas não deixava ninguém perceber. (...) Eu não vou dizer que foi a Polícia, mas foi na Polícia que veio essa modificação”.

O policial relatou que ficou muito “empolgado” com seu ingresso na instituição policial e começou logo “a curtir”: “bebida, carteira no bolso, revólver, carro com gasolina, emblema da Polícia”, até que, alcoolizado, caiu dentro de uma piscina seca e quebrou as duas pernas de uma vez. Após este fato, e decorrido alguns meses, admitiu ter nascido de novo. À época, contou muito com a ajuda de seu padrinho de irmandade, ou seja, o AA – Alcoólicos Anônimos. Foi o “momento de parar de beber”, pois, até então, conseguia apenas diminuir a bebida.

O entrevistado afirmou: “A Polícia me triturou”, pois “vivia a vida embriagado”, até que, com as reuniões no DAMPS e com a ajuda do AA - Alcoólicos Anônimos, conseguiu não beber mais, mas “veio outro problema: sem beber, mas com a Polícia”.

Passou então a narrar que, por ocasião do seu ingresso na Polícia, a instituição contava com um bom quadro de pessoal. Alguns foram se afastando, outros morrendo, o número de policiais foi diminuindo, e a população, ao contrário, cresceu. O resultado de todo este processo é que o policial acaba trabalhando por dois ou três e isto gera uma sobrecarga de trabalho, tanto que chegou a pedir ao Delegado para sair do serviço de permanência por não “agüentar mais”. Ainda, se ressentido de “carregar a Delegacia nas costas”, pois os policiais novatos “só querem estudar para sair da Polícia”. Então, “o cara vai ficando estressado, dor no pescoço, câibra nas pernas e, para acabar de completar, na época em que meu parceiro morreu, peguei um problema na clavícula”. Novamente, o entrevistado afirma que “a Polícia está vazia” e que “destrói o sujeito”.

O policial afirmou que, antes de entrar na Polícia, pensava: “vou ser de elite”. Hoje, constata somente “a desgraça”, ressaltando: “quando me aposentar, minha cabeça tem ido embora, meu sistema nervoso, coração, pressão”. Relatou, também que utiliza anti-hipertensivos e tem “uma ficha no CAPS”. Um pouco antes, por exemplo, não poderia ser entrevistado, pois ao contar suas mazelas, “chorava

feito menino”. Definiu-se, então, como uma pessoa inteligente e justificou: “não vou me deixar acabar”. Pensando desta forma, o entrevistado afirmou que resolveu se cuidar, cuidar do problema psicológico e tomou uma decisão “Não vou ser só Polícia”. Agora, tem novos projetos de vida, considera-se bem relacionado, bem casado, respeitado, mas asseverou: “sofri muito para chegar aqui”.

O entrevistado revelou que “a Polícia é uma ilusão”, pois se decepcionou bastante: se dedicou “de corpo e alma” à atividade policial e nada ganhou. Frisou, mais uma vez: “a Polícia destrói a pessoa”. Fez a ressalva de que, mesmo tendo sido atingido pela saúde, teve como recomeçar, o que não acontece com muitos de seus colegas. O entrevistado pontuou que, em sua família, “tudo é direitinho”. Apenas ele não deu certo: “quem deu errado assim, fui eu, fui usado e influenciado dentro da Polícia”.

O Policial referencia que aprendeu com “pessoas boas dentro da Polícia”. Mas, também aprendeu “coisas que não se deve fazer”. Ressaltou que “as coisas boas que você aprende dentro da Polícia lhe deixam novo, com alma nova, sensação do dever cumprido, eu me arrepio todo. Me sinto policial”.

O entrevistado assegura: “Minha polícia hoje é do povo”. A Polícia que destrói, acabou: “o que destrói são essas coisas: drogas, beber, farrear, andar com pistola, em cabaré”. Também atribuiu a Deus o seu bom ânimo: “Deus soube me resgatar das mãos do mal. (...) A Polícia me deixou numa situação de prepotência e arrogância.” Depois, arrematou: “aqui no Departamento, eu fui escutado e me escutei. Eu estava sofrendo, fiz os outros sofrerem, não vi meu filho crescer, influenciado pelos outros, em tempo de levar tiro”.

O entrevistado estabelece alguns marcos em sua vida: “antes da Polícia, ingresso na Polícia, momento de parada e um novo projeto de vida”. O policial ressaltou que é importantíssimo o fato de ele estar bem: “cem por cento da sua pessoa precisa estar bem. Se você não estar bem, esse caminho não serve”. Também, acrescenta a preservação de sua imagem a este momento: “preservo minha imagem. Verdade e justiça. O que vale é a verdade e a justiça dentro da legalidade. Minha vida é isto. Eu não bebi mais, não usei mais drogas, nem deu vontade. Nada de jogo. Hoje eu vivo para o trabalho”.

O entrevistado assegurou que, muitas vezes, bebeu para esquecer. Fez referência a uma “ressaca moral”, embora, no início de tudo, conseguisse “manter a pose”, mas “o poder modifica as pessoas”. Narrou, também, a condução e o uso que fazia das armas de fogo: “Uma vez pediram minha arma. Não sei se perdi ou roubaram, ou me assaltaram. Você já pensou um cara anestesiado, tomando conta da segurança, cuidando da vida das pessoas?”

Também, devido ao uso da bebida, muitas vezes, “me sentia sem coragem de entrar em casa e dormia junto das galinhas, num quartinho no quintal. O bêbado não sabe o que faz, mas todo mundo sabe. Eu não tinha cara para entrar em casa”.

Logo em seguida, salientou que se sentia muito grato às mulheres do DAMPS, pois “seguraram minha onda”. Na hora em que precisou, elas estavam lá, e asseverou: “O Departamento não é depósito. Trabalha com uma coisa que é o lado psicológico, o sentimento, o trauma, a preocupação da pessoa”. O entrevistado revelou seu sentimento de gratidão, de aprendizado e de salvação: “Aprendi aqui. Fui salvo. Se tivesse salvado só a mim, já prestava. Já salvou outras pessoas. Outros não aceitam e vão embora”.

O entrevistado relatou que, após ter deixado de beber, fez uma promessa: “produzir em dobro. Nesses dez anos, trabalhei tanto que me estressei e me afastei, por *stress*”. Relatou que não sabia, mas “dava panezinha. (...) Dava vontade de beber, rebolar os problemas dentro do copo de cerveja. Então, eu ia para casa, porque não posso beber. Vi muita coisa dentro da Polícia”. O entrevistado relatou que, para vencer a “compulsão de beber”, foi necessário se ocupar, “fazer exercício, trilha de moto, programa de música, palestra”, foi se ocupando, “ocupando meus espaços”. “(...) fui atrás de fazer o que gosto. Faço o que gosto, e, aí, volto para a Polícia”.

“Toda esta narrativa”, afirmou o policial é para “ver como é minha cabeça e eu sei que foi a Polícia que fez comigo”. Acrescentou que há policiais que não agüentam tudo isso, se desequilibram, matam, vão para a cadeia e se suicidam: “Isto afeta muito o policial. Isto afeta homens e mulheres. É a loucura da Polícia. Atribuo ao trabalho policial estressante. Que não pode ter erro. O policial padece”

O entrevistado expõe:

Só conheço um cara sem problema, nunca se estressou, nunca foi para a Corregedoria, nunca levantou a voz para ninguém, só tem a mulherzinha dele, decente, honesto, educado, muitos elogios na ficha, e, hoje, ainda trabalha, é um mestre, educado. Os outros que conheço são doidos, desequilibrados, fora do normal. O policial é diferente do médico, do professor, do agente administrativo. Imagina, então, como os Militares são, a pressão em cima deles.

Ao ser indagado sobre “ser policial”, o entrevistado afirmou que a Polícia é a guardiã da sociedade, a guardiã do sufoco:

“Quando você bate em todas as portas, você vai para a Policia, a última porta. O Promotor manda de volta para a Policia. No Promotor, chega tudo mastigado. Tudo começa com um boletim de ocorrência. Policia é assim: babá, juiz, sacristão, tudo é Policia (...) Quando não tem canto para ir, vai para a Policia. A gente é guardião da sociedade, mas do sufoco, sempre no sufoco. A gente tem que estar para resolver e tem que ser resolvido. Não tem que ser meio termo. E só quem sabe como está você é você. (...) A Policia é isso aí. Se a Policia chegar a se acabar, a população se auto destrói. Por isso é que dão esse poder a gente. Esse é o poder da policia: a palavra, a autoridade, a lei”.

O entrevistado, ao final, fez a seguinte exortação:

“Quero comentar essa reportagem. Pensem bem no que eu falei. No que a Policia é capaz de fazer com a pessoa. A Policia pega a pessoa no meio da rua. A Policia é determinada e as pessoas vêm e não se adaptam. Vão embora. São felizes, depois infelizes. A Policia é uma instituição seríssima. O policial é estressado. A pistola é tudo. Tenha paciência de olhar a situação. O policial ninguém sabe o que tem dentro dele. Às vezes, mata por uma besteira. Se bem que hoje os policiais é que estão sendo mortos. Esse ano já foram nove”.

6 ELABORAÇÕES SOBRE AS ENTREVISTAS

“... pois a descoberta do inconsciente passa pelo sintoma” (QUINET, 2000, p.117).

Como já assinalado, para empreender o presente estudo, recorreu-se, além da revisão bibliográfica, à realização de entrevistas com o intuito de se ter acesso a um possível discurso sobre o sofrimento psíquico, a partir dos discursos produzidos pelos Policiais Civis do Estado do Ceará, participantes da pesquisa.

Para se proceder a análise da posição discursiva dos entrevistados, ante o seu sofrimento, tomou-se, como referência, a Teoria dos Quatro Discursos, de J. Lacan (1992).

Assim, adotando, como limite, o roteiro de entrevista semi-estruturada, elaborado para condução desta investigação e os objetivos estabelecidos, será apresentada, neste capítulo, a discussão destas entrevistas, na tentativa de se construir uma leitura psicanalítica dos discursos produzidos pelos policiais entrevistados.

6.1 Entrevista I

Nesta entrevista, os pontos principais podem ser destacados, na seguinte perspectiva: o ingresso na instituição policial foi descrito como sendo “por acaso”, embora em seu relato, o entrevistado referencie o “gosto” pela atividade policial, através dos significantes ação e armas; ao mesmo tempo, revela sua “não vocação” para a atividade cartorária – a figura do escrivão reveste-se, sobretudo, dos significantes “boneco”, “robô”. No entanto, em seu discurso, o policial admite que, para ocupar este lugar, “muita habilidade” se faz necessária, uma vez que é “um negócio pesado”. Depois, assegura que sua permanência na Polícia é “por causa do dinheiro”.

Quanto ao possível sofrimento psíquico do entrevistado, este situa o alcoolismo como sendo “a raiz de tudo”. Não foi estabelecida relação direta entre o uso do álcool e a atividade policial, pois o uso da bebida foi anterior ao ingresso na instituição policial, já que, ainda criança, o policial entrou em contato com o álcool. O entrevistado atribuiu sua dependência alcoólica à genética, bem como o fato de “ser um briga(dor)”. Também cita seus referentes familiares - avô, pai, tios, à exceção de seus irmãos – como fabricantes e usuários de bebida. Aqui, podem ser vislumbradas possíveis identificações com imagos familiares, mas o entrevistado afirma “não sei se isso tem a ver”.

O entrevistado explica seus sintomas de euforia, depressão, culpa, vergonha, angústia, problemas de toda ordem, recorrendo ao termo “transtorno bipolar”, com o qual admite se identificar. O entrevistado, também, aponta a “ vaidade” como causadora de muitos dos seus desregramentos, envolvendo bebida, mulheres e dinheiro, de onde se pode conjecturar sobre possíveis dificuldades da ordem do narcisismo.

Observou-se que não há uma implicação direta do entrevistado em seus sintomas, posto que a bebida é a causadora de tudo. O entrevistado referencia momentos de interrogação em relação a que o leva a beber, mas que não indicam ser potencializadores de quaisquer mudanças subjetivas.

O discurso do entrevistado pareceu, predominantemente, um discurso histérico. Ao mesmo tempo em que busca ajuda para curar o seu sintoma, a bebida, ele “cede”, bebe e, dessa forma, adia indefinidamente o tomar em suas mãos as rédeas de sua vida e do seu desejo.

6.2 Entrevista II

Nesta entrevista, a declaração do entrevistado, a propósito do “sentimento de alívio” ao “abandonar o trabalho”, a atividade-fim e do seu não desejo em retornar à atividade policial foi o fato mais relevante. Este “abandono”, em toda a entrevista, foi pouco falado. A impossibilidade de retomar a atividade policial, em virtude de uma

denúncia prestada contra os próprios colegas, foi comentada. Logo em seguida, o sujeito citou o fato de ter passado “por problemas depressivos”, motivo de seu encaminhamento ao DAMPS.

Novamente, constatou-se o discurso do ingresso na instituição policial “por acaso”. O entrevistado era acadêmico de Direito, mas antes tentara Medicina. À época, não tinha muitas pretensões e queixou-se de “não ter tido um direcionamento” em sua vida, tornando-se o que conseguiu fazer, definindo-se como sendo do “bloco do eu sozinho”.

O entrevistado perdeu a mãe aos 16 anos, o pai representava “suporte financeiro”, o Estado foi “padrasto” e à Polícia, fez muitas “doações”, não reconhecidas. Então, sua atitude diante da vida foi não criar mais “problemas para si mesmo”. Do mesmo modo, repetiu que sua vida estava em “*stand by*”, pois não queria reproduzir o tipo de relações que tivera quando jovem. Isto leva a pensar em possíveis dificuldades em lidar com perdas e em questões ligadas à função paterna.

Indagado sobre seus possíveis sofrimentos, o entrevistado afirmou não lembrar. Em outro momento, asseverou que não fazia uso de álcool e que passou por tratamento com antidepressivos. À época da entrevista, relatou que, ao invés de recorrer ao médico, se automedicava, pois a assistência médica recebida revelou-se pouco qualificada em muitos momentos de sua vida. Automedicava-se, para driblar a angústia, a insônia, a depressão, pois sabia avaliar o tamanho de seus males.

O entrevistado afirmou que na Polícia testemunhou depressões, alcoolismo; procurou, então, manter um certo equilíbrio e não se envolver com determinadas questões, sobre as quais preferia “não ver, não falar muito”, pois tinha a questão da “satisfação pessoal”. Do mesmo modo, informou que o trabalho favorece o adoecimento do policial – desgaste, infarto, jogo, bebida, violência - e que a Polícia precisava de um trabalho de humanização e de atendimento psicológico, prioritariamente.

Durante a entrevista, essas asserções se repetiram, quando se referia à crise da Polícia, à insegurança social, à crise do sistema de saúde e ao seu descrédito diante da Justiça, do Direito, da Medicina e da Psicanálise, onde buscou

ajuda uma vez, o que o deixou muito “à mercê de si mesmo”. Discutiu sobre as questões de poder, citando Foucault e as “*Microfísica do Poder*” e “*Vigiar e Punir*”, além de narrar “*A Espada de Damocles*”, uma ilustração das ilusões do poder. O entrevistado declarou sentir-se responsável em “municiar as pessoas que têm interesse em salvar o planeta”.

Pareceu, nessa entrevista, que não há uma implicação subjetiva do entrevistado em seu discurso, visto que ele se limitou a informar o que ocorre na instituição policial e com os policiais, tomando um certo distanciamento de sua própria história e de seu possível sofrimento psíquico ou sintoma. O tratamento analítico que empreendeu foi abandonado, por ser uma “vazão econômica”. Comentou ainda que a Psicanálise o deixava a mercê de si mesmo e pensou: “vou botar esse dinheiro no bolso, um problema a menos para mim”.

De todo o discurso enunciado pelo entrevistado, essa entrevista pareceu, de forma geral, próxima do discurso do histérico, pois o entrevistado apesar de demonstrar desinteresse por seu sintoma, indiretamente, em seu discurso, demonstrou que o administra, quando se automedica. Parece haver um prazer com isso, com a substituição da autoridade médica e psicanalítica, ao mesmo tempo em que repete: “a pessoa realmente adoece”. Diante do médico, “reserva-se” e afirma: “Sou um sobrevivente. Não me entrego mais. Eu rejeito isso. Não sou uma pessoa normal. O tempo que eu tentei me adequar foi o tempo de maior sofrimento”. Dessa forma, “ser sobrevivente” é um mérito atribuído a ele mesmo a despeito dos especialistas.

Parece oportuno, também, salientar o fato de que o discurso do entrevistado remete a Freud (1905, p. 40-41), quando, em nota de rodapé datada de 1923, acrescentada ao texto “*Fragmento da Análise de um Caso de Histeria*”, o autor discute a questão do ganho primário, do ganho secundário e “a economia de esforço psíquico”, quando há conflito mental envolvido no “cair doente” ou na fuga para a doença, o que parece se adequar corretamente a essa entrevista.

6.3 Entrevista III

Nesta entrevista, a dependência materna da entrevistada pode ser destacada como relevante em seu discurso. Refere-se à sua mãe como aquela “que praticamente fez tudo” para que ela ingressasse na instituição policial; a que “daria escândalo” se tivesse escolhido a vida religiosa; a que tinha uma procuração para receber seu dinheiro; a que não quis que a entrevistada se aposentasse por não acreditar em sua doença, aquela com quem aprendeu a ser correta e a quem não conseguia dizer não.

Do mesmo modo, a entrevistada afirmou que se sentiu muito usada pelas pessoas, no ambiente de trabalho, justamente por não saber dizer não. Muitas atividades ficavam a seu cargo porque as pessoas não assumiam suas tarefas. Então, ficava sobrecarregada e, por fim, “se desgastou”. Por outro lado, a entrevistada assegura que, ao ingressar na instituição, “gostou daquela nova atividade”, onde seus colegas eram tidos como heróis. Depois, ao perceber o funcionamento institucional, sobrevieram os problemas.

A entrevistada atribuiu seus sofrimentos e seus males à atividade policial. Mencionou que sempre foi uma pessoa tímida, de falar pouco, mas tinha uma vida social, não sentia “nojo” das pessoas, nem tinha a “obsessão de fazer”. Relatou, ainda, que tentou se enquadrar à instituição policial, mas não conseguiu, pois, nas delegacias onde trabalhou “era a mesma coisa”.

A entrevistada desfiou, então, uma série de auto-acusações; recriminou-se, também, por desconhecer ou não exercer seus direitos e por não respeitar seus limites, admitindo ser extremamente controladora e exigente consigo mesma, pois queria ser como as outras pessoas. Todo este discurso indicou elementos que velam a tirania do seu Supereu, além de conflitos decorrentes disso. Muitos de seus sintomas revelam a presença da ação de uma estrutura neurótica obsessiva, do ponto de vista fenomenológico.

Impossibilitada de expressar em palavras o que lhe ocorria, a partir de um certo momento, a entrevistada passou a vomitar, brigar, a agredir, a chorar, a se

deprimir, a ingerir comprimidos “para apagar”; temia fazer besteira, não conseguia andar sozinha, foi internada em hospital psiquiátrico, enfim, fez sintomas.

No entanto, a busca de ajuda foi sendo protelada, pois a entrevistada definia todos os seus sintomas como “bobagens”. Além disto, ressaltou que ficara extremamente incomodada ao ouvir pessoas próximas comentarem seus sintomas como sendo ocasionados pela falta de companhia masculina; sentia-se enojada das pessoas por não respeitarem seus sentimentos, por serem tão ruins. Mesmo em um ambiente de trabalho hostil, a entrevistada relutou em sair da instituição policial e, ante a possibilidade de se aposentar, recuou.

À pergunta sobre “O que significa ser Policial para você?”, a entrevistada chorou e repetiu: “estou impossibilitada”.

Por todo o discurso produzido, a presente entrevista faz pensar a respeito das questões envolvidas nos sintomas histéricos e nos sintomas obsessivos. A entrevistada parece situar-se do lado do transtorno obsessivo, numa clara referência ao discurso médico, tão em voga. Para a Psicanálise, porém, a entrevistada, o tempo inteiro, se queixa e aponta para o impedimento de seu desejo, no qual, parece que não quer se implicar, dizendo-se impossibilitada. Desse modo, a posição discursiva da entrevistada pode ser situada como sendo histérica.

Um outro aspecto a ser considerado é o fato de que esse adoecimento se deu, segundo discurso da entrevistada, devido à sua inserção na instituição policial, muito embora estejam presentes no seu discurso os determinantes históricos e subjetivos desse adoecimento.

De fato, o agravamento de seus sintomas coincidiu com a sua frustração relativa à atividade policial, mas o fato de não ter conseguido fazer frente a tais frustrações e decepções são atribuídas, pela própria entrevistada, a fatores relacionados à relação com a mãe.

6.4 Entrevista IV

O quarto entrevistado foi o único a admitir que ficou “empolgado” com seu ingresso na Polícia.

Na presente entrevista, o policial, a princípio, não atribuiu à instituição a causa de seus sofrimentos, mas constatou que foi a partir do seu ingresso na instituição policial que percebeu mudanças em si e no que nominou de uma “tendência” para as dependências em geral e de uma adesão maciça aos valores de seu novo grupo de trabalho. Tais asserções parecem uma tentativa de ajuste às normas não ditas da instituição policial, de caráter transgressivo, ao preço de se “acabar por dentro” e não deixar sua angústia aparecer. Nesse sentido, há uma alternância de posições, pois, posteriormente, atribui sua destruição ao seu ingresso na instituição policial.

Outro fato importante é que, em seu discurso, o policial se refere, nas entrelinhas, ao fato de ter sido alvo fácil do poder sugestivo que a Polícia representa. Dessa forma, aponta para significantes que comandariam, a partir de sua entrada na Polícia, a sua subjetividade e estariam implicados na manifestação de seu alcoolismo e demais sintomas. Há, portanto, evidência de que o policial manifestou, em seu discurso, uma alienação¹⁴ em relação a esses significantes. Vale observar ainda que, frente a eles, estejam aqueles relacionados com sua inserção familiar ou aqueles relacionados à instituição policial, o sujeito pareceu se colocar numa posição passiva, pois são eles que comandam seus atos sintomáticos.

Chamou a atenção, também, o fato de o entrevistado afirmar que a Polícia o triturou. Triturar significa “reduzir a fragmentos ou a pó”, e, ainda, em sentido figurado, “afligir, magoar” (FERREIRA, 2000, p. 688). O entrevistado, não por acaso, alcoolizado, quebrou as “duas pernas de uma vez”.

¹⁴ “ALIENAÇÃO: “trata-se do vel da primeira operação essencial em que se funda o sujeito. (...)A alienação consiste nesse vel que – se a palavra condenado não suscita objeções da parte de vocês, eu a retomo – condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como afânise. (...) O vel da alienação se define por uma escolha (...) Vou lhes dar um exemplo e já: a bolsa ou a vida. Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada” (LACAN, 1998, 199-201).

Este ato o fez, ao mesmo tempo, parar de beber e “nascer de novo”, mas, tempos depois, teve problemas, “mas com a Polícia”, pois passou a “carregar a Delegacia nas costas”. Ao mesmo tempo, passou a apresentar sintomas no corpo e quebrou a clavícula. À época, também, perdeu seu parceiro de trabalho.

O entrevistado utiliza expressões como “A Polícia está vazia”, “A Polícia destrói o sujeito” e “A Polícia é uma ilusão”, expressões que parecem remeter, respectivamente, à falta, à morte e às ilusões do eu.

Em novo ato decisório do entrevistado, desta feita, sem se deixar quebrar, sustentado nas palavras, afirmou: “não vou me deixar acabar”. É como se tais experiências de quase destruição, de partição, de flerte com a morte, tivessem, de alguma forma, sido ressignificadas através de uma escuta: “Aqui no Departamento, eu fui escutado e me escutei. Eu estava sofrendo, fiz os outros sofrerem...”. O entrevistado referencia, então, marcos em sua vida: antes da Polícia, o ingresso na Polícia, momento de parada, um novo projeto de vida” e “uma imagem” a preservar.

O entrevistado “nascido de novo” assumiu um compromisso: “minha polícia hoje é do povo”, parecendo ter sepultado “a Polícia que destrói”. Os pilares dessa nova posição são a religião, a preservação de sua imagem, a família e o trabalho.

O entrevistado admitiu que a bebida, muitas vezes, funcionava como anestésico. Parece, então, que tamponava o que o entrevistado nominou como “ressaca moral”.

O policial contou que fez uma promessa, a de produzir em dobro; porém, o resultado deste processo de produção foi o *stress*, depressão e outras “panezinhas”, e, neste momento, veio a vontade de voltar a beber, o que pode ser visto como uma insistência do sintoma. O entrevistado relatou que a “compulsão de beber” foi vencida com “ocupação” menos mortífera: “fui atrás de fazer o que gosto.”

Outra constatação, na presente entrevista, foi a referência ao grupo familiar (pai, mãe e irmãos) descrito como “direitinho”, enquanto que o entrevistado foi “quem deu errado”. Com isso demonstra, mais uma vez, uma ambivalência quanto à responsabilidade sobre seu sofrimento, pois ora os atribuí à sua história,

referindo-se às suas “tendências” ou inserção familiar, ora à Polícia como instituição, devido a uma certa “loucura da Polícia”, onde nem todos agüentam. Para o entrevistado, “o policial padece”.

Sobre ser policial, o entrevistado assegurou que a Polícia é “a guardiã do sufoco” e ressaltou o poder da polícia: a palavra, a autoridade, a lei. Em outro momento da entrevista, afirmou que se sentia policial quando aprendia “coisas boas”: “eu me arrepio todo”. Novamente, o corpo se apresenta como sede das emoções.

O discurso do entrevistado afigurou-se, predominantemente, como um discurso histérico ao narrar todos os seus padecimentos. O policial afirmou o seu sofrimento e a sua salvação, mas não se indaga porque tudo isto lhe aconteceu.

Uma possível leitura psicanalítica das quatro (04) entrevistas realizadas foi aqui esboçada. Constatou-se, então, dos discursos elaborados, que os entrevistados “emergiram” do grupo policial com seus sofrimentos, através da exteriorização de seus sintomas. Porém, não há uma relação de causalidade explícita e direta entre o sofrimento relatado e o exercício da atividade policial. Os policiais fazem referência a um certo “agravamento” do sintoma, após dois anos de plantões; referem-se a um “favorecimento” do adoecer pelo trabalho; uma “contribuição” para o desencadeamento dos males; e uma “modificação”, após ingresso na Polícia.

A partir dos próprios significantes - “agravamento” (tornar-se mais grave), “favorecimento” (benefício), “contribuição” (quinhão, cota), “modificação” (transformação) – se pode supor que, para cada um dos nossos entrevistados, o sintoma veio atender a um interesse diverso e sobredeterminado, da ordem do inconsciente.

Como já enfatizado não se está no *setting* analítico, mas, justamente, o que restou evidenciado, em cada discurso, foi a singularidade de cada história contada e atravessada, evidentemente, pelos significantes individuais e coletivos, confirmando a teoria psicanalítica que é a realidade psíquica que interessa ao se

permitir à palavra ao sujeito e que “os sintomas têm um sentido e se relacionam com as experiências do paciente.” (FREUD, 1916-1917 [1915-1917], p. 305).

Tanto a clínica médica como a clínica psicológica são inauguradas pelos sofrimentos humanos através dos sintomas, das queixas que o indivíduo relata, cabendo ao médico ou ao psicólogo diagnosticar e sanar tais sofrimentos, fazer desaparecer tais sintomas. A clínica psicanalítica, porém, vai interrogar o sintoma, a possível mensagem ou enigma que ele porta. Se, porventura, os entrevistados, a qualquer tempo, decidissem empreender uma análise, caberia ao analista questionar o desejo de cada um, pois, em Psicanálise, sabe-se que nada é por acaso e as escolhas - amorosas, de trabalho e sintomáticas – evidenciam o sujeito.

Quinet (1991) evidencia que Freud sempre ressaltou a importância de um tratamento de ensaio antes de empreender uma análise propriamente dita, enquanto que Lacan veio anunciar as entrevistas preliminares como um tempo prévio necessário a qualquer entrada em análise. Tanto o tratamento de ensaio como as entrevistas preliminares têm em comum o estabelecimento da transferência e a função de promover um diagnóstico diferencial entre neurose e psicose, o que não é o caso no contexto deste estudo. Nesta pesquisa, só interessou a produção discursiva sobre o sofrimento e a posição do entrevistado ante o sofrimento relatado durante a realização das entrevistas.

A produção discursiva dos quatro entrevistados, com relação ao sofrimento psíquico, apontou para a formalização de um discurso histérico, predominantemente, e, precisamente: “É em torno do sintoma que se situa e se ordena tudo o que é do discurso da histérica” (LACAN, 1992, p. 41).

O discurso do histérico ou discurso da histérica, como afirma Lacan (1992), é acalorado pelo desejo de saber, ou seja, demanda um Saber sobre o sofrimento, pois o sujeito cobra do médico, do psicanalista e de tantos outros que ocupam uma posição de saber que explicitem o seu sofrimento; do mesmo modo, funcionando nesta posição discursiva, o sujeito tende a responsabilizar os outros por seus males, não se implicando em seu sofrimento ou o fazendo de forma parcial. Do mesmo modo, o discurso histérico tende a desautorizar o saber do outro embora se deseje um Mestre, conforme já citado.

O discurso do histérico coloca como possibilidade a demanda de uma análise se houver, da parte do candidato, o desejo de livrar-se do mal-estar, do sintoma:

Quem acredita em seu sintoma não procura o analista. Mas quem não acredita e o questiona e ainda se deixa interrogar por ele, pode vir a procurar o analista, mas com a condição de dar crédito ao sintoma, o que ocorre quando o sintoma faz enigma e o sujeito acredita que este possa lhe revelar algo de verdade. O sujeito dá crédito à possibilidade de que o sintoma possa falar (QUINET, 2000, p. 148)

Deve ser ressaltado, que os discursos não são puros, tanto que o discurso de um dos entrevistados evidenciou características obsessivas que poderiam ser lidas a partir do discurso do universitário. A noção de discurso, liame social, como já salientado no primeiro capítulo, pressupõe quatro lugares: agente, verdade, outro e produção. As letras, S₁, S₂, S e α , que fundam cada discurso, movem-se sempre num giro de um quarto de volta, tanto no sentido levógiro quanto no destrógiro. Para Souza (2003), esta circulação é possível graças a um elemento gerador que sempre ocupará o lugar de agente, definindo os discursos: do Mestre, do Universitário, da Histórica (ou do Hístico), do Analista. Há, então,

Duas condições a considerar-se: A primeira delas, de que cada um dos *discursos* deve ser sempre tomado num sentido 'genitivo objetivo'. Isto quer dizer que os discursos radicais tratam de um 'discurso sobre o mestre'; de um 'discurso sobre o Saber' ou sobre um ensinante que detém um Saber; de um 'discurso que trata do sujeito' considerando sua divisão subjetiva e seu sintoma. Por fim, de um discurso sobre o objeto [α] com o qual o analista faz semblante. Quanto a segunda, é que cada discurso não só pode gerar várias leituras como, sobretudo, cada um deles deve ser lido em função dos outros. Portanto, não existe um sem que os outros devam ser considerados, particularmente o discurso do analista, a partir do qual os outros foram estabelecidos. (SOUZA, 2003, p. 108)

Os entrevistados pertencem a uma instituição onde todos parecem ser afetados pelas dificuldades e prazeres que permeiam o trabalho policial, mas, através da linguagem, atribuem um sentido único e particular às suas experiências e explicam seus sofrimentos a partir das inibições sofridas, angústias percebidas, dos sintomas vivenciados, dos ideais (des)construídos e dos conflitos experimentados nas relações consigo mesmos e com os outros - a terceira fonte de sofrimento freudiana, as relações humanas (FREUD, 1930 [1929]/1980, p. 105).

Foram constatadas, igualmente, as tentativas de lidar com suas infelicidades, a partir dos dispositivos elencados na teoria freudiana: o recurso à bebida, aos fármacos, o conforto na religião, à compulsão ao trabalho, o recurso à escrita (diários e poemas), o isolamento e a fuga para a doença. Para os entrevistados, parece legítimo supor que o trabalho propriamente dito não possibilitou a realização do desejo; constituiu-se como uma fonte de mal-estar, não sublimatória, fugazmente satisfatória.

Os entrevistados, também, referenciaram seus grupos familiares e atribuíram às imagos paternas e maternas, escolhas, tomadas de decisão, valores, sentimentos, crenças, repetições, além de possíveis identificações por meio do sintoma. Evidentemente, não se pode emitir quaisquer juízos de valor sobre as entrevistas realizadas nem sobre seus protagonistas, pois, somente uma análise poderia ajudar a desvendar como foram construídas as possíveis identificações e a que elas servem.

Em contrapartida, o texto freudiano fala, justamente, da ambivalência e da parcialidade das identificações, do esforço em “moldar o próprio eu de uma pessoa, segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo”, de sua origem no Complexo de Édipo, como também do desejo de colocar-se em uma mesma situação e, ainda, que todas as relações sociais são baseadas em tais processos (FREUD, 1921/1980).

Outro ponto merece ser destacado: todos os entrevistados fizeram referências discursivas à instituição policial, seja na condição daquela que obstaculiza o trabalho policial, por suas inúmeras deficiências; seja a que impõe limites ao policial, por suas pequenas leis internas; que suscita o fascínio tão bem representado pelas insígnias do poder; que permite identificações e, até, como propiciadora do desencadear do sofrimento psíquico.

Ainda, se pode constatar, nas entrevistas realizadas, uma situação comum por ocasião do ingresso na instituição policial, definida como uma certa “mudança de personalidade” suscitada pelo uso da identidade policial e da arma de fogo, ou, seria um modo diferente de funcionar psiquicamente? Por que acontece com alguns e outros não? Seria tal mudança compatível com a crença defendida por

Freud (1921/1980, p. 113) de que o indivíduo num grupo está sujeito a uma profunda alteração mental?

Também, se evidenciaram construções de ideais, pois os entrevistados falam de um “perfil do policial”, a ser atendido ou não, da necessidade de “vestir a camisa”, metáfora da necessidade de adesão aos valores do grupo policial e uma resposta a um ideal, falado ou não. Com Freud e Lacan, então, se pode refletir acerca das idealizações que são construídas no decorrer da vida, seja com relação a pessoas ou instituições. Servem, portanto, como guias os conceitos de Eu Ideal e Ideal do Eu.

Esses conceitos são trabalhados por Freud, fundamentalmente, nos textos “*À Guisa de Introdução ao Narcisismo*” (1914/2004), “*O Eu e o Id*” (1923/2007)” e “*Psicologia de Grupo e Análise do Ego*” (1921/1980). Roudinesco (1998, p. 362-363) referencia, citando Laplanche & Pontalis, que, na verdade, Freud não faz uma “distinção conceitual” entre estes dois termos, embora os empregue muitas vezes.

Lacan, por sua vez, vai precisar o Ideal do Eu como uma imagem idealizada do Outro, de ordem simbólica, e o Eu ideal como sendo essencialmente narcísico e construído a partir do Estádio do Espelho, formador do eu, sendo, portanto, imaginariamente sonhado, almejado. Possivelmente, os entrevistados construíram seus ideais com relação à instituição e a si próprios enquanto policiais e, em nome deles, guiaram suas expectativas. Todavia, em algum momento, estes ideais foram desfeitos.

As questões institucionais ou as práticas institucionais, decerto, não são simples de serem conduzidas ou resolvidas; sempre há frustrações e insatisfações, como as que foram reveladas nas entrevistas.

Ainda, observou-se, guardadas as proporções devidas, os fenômenos descritos por Freud em seu texto “*Psicologia de Grupo e Análise do Ego*” (1921/1980) – identificações, fascínios, construções de ideais. Assim, pode-se repetir a assertiva de que há vários modos de olhar e pensar um grupo ou instituição, e, ainda muitas perguntas instigantes e sem respostas: “Mesmo com a

interferência de Lacan, muitas questões ainda permanecem, inclusive porque grupos e instituições não eram objeto de seu estudo”. (ALTOÉ, 2005, p.83).

Tal assertiva, porém, não impediu os avanços teóricos psicanalíticos acerca do tema instituição, nem a proposição de modos de trabalhar sob tal perspectiva, nem a presença do psicanalista em muitas instituições - de ensino, psiquiátricas e judiciárias, inclusive. Ademais, também, não se deixou de observar os efeitos dos dispositivos e imperativos institucionais sobre o sujeito.

Considerando as entrevistas realizadas, a exemplo de Altoé (2004, p. 51), cabe perguntar se a Psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com policiais, e, por todo o exposto, é possível se entender que a instituição policial “pode ser mais um lugar de escuta”, pois ao psicanalista, não cabe formular juízos, produzir provas, acusações ou emitir sentenças. Isto pode fazer diferença e se constitui como desafiador: um psicanalista com sua simples presença escuta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O inconsciente permite situar o desejo” (LACAN, 1992, p. 43)

O trabalho como Escrivã de Polícia Civil, a análise, a clínica e o estudo de textos psicanalíticos possibilitaram a construção da presente dissertação. Probabilidades de interface foram vislumbradas porque diferentes histórias a respeito da atividade policial provocar sofrimentos, de a instituição policial ser “uma fábrica de moer gente”¹⁵ e do “psicológico” ser a força e o “Calcanhar de Aquiles”¹⁶ do policial foram ouvidas, em diversas situações no cotidiano policial. Isto certamente se fez enigma e moveu a presente pesquisa.

No momento de concluir este estudo, acredita-se que foi demonstrado que a Psicanálise, sem entronizá-la como uma visão do universo, uma *Weltanschauung* (FREUD, 1933 [1932]/1980), serve perfeitamente para pensar os fatos que circunscrevem o cotidiano do policial, desde a questão do mal-estar, passando pela Psicologia de Grupos até as “neuroses de guerra em tempos de paz”, freudianamente falando. Sobretudo, vale lembrar a singularidade de cada um, pois sempre há um saber que não se sabe, inconsciente, que pode manifestar-se e revelar a insistência do desejo.

Desse modo, a Psicanálise sempre interrogará, por conseguinte, cada um a respeito do desejo, das leis, dos sintomas, das pulsões de vida e das pulsões de morte, assim como a produção científica sempre atenderá a este imperativo de atualização do desejo de saber.

As neuroses, as psicoses e as perversões são as estruturas clínicas, por excelência; porém, não se constituiu como objetivo deste trabalho entrevistar policiais para rotulá-los como sendo neuróticos, psicóticos ou perversos, pois, isto somente um processo analítico poderia supor. Em Psicanálise, como assevera

¹⁵ Expressão utilizada por um Policial Civil numa conversa informal.

¹⁶ Expressão popular usada para designar o ponto frágil de uma pessoa ou instituição, inspirada, certamente, no herói grego Aquiles que foi morto numa batalha ao ser atingido em seu ponto fraco. Disponível em <http://www.suapesquisa.com/pesquisa/aquiles.htm>. Acessado em 08/07/2008.

Quinet (1991, p. 23), “o diagnóstico só tem sentido se servir de orientação para a condução da análise”.

Partiu-se, no entanto, da conhecida premissa freudiana, de que todos sofrem; os sintomas, então, foram eleitos como expressões de sofrimento psíquico, pois é deles que todos se queixam; um mesmo sintoma, porém, é tomado e tornado significativo para cada um, pois é sempre atravessado pela diacronia e sincronia dos laços sociais que são estabelecidos durante o processo do viver.

Os sintomas, sob suas múltiplas expressões, decerto, não podem ser ignorados e neste estudo constatou-se que os entrevistados “emergiram” do grupo policial com seus significantes coletivos, individuais e seus sofrimentos variados através da exteriorização dos sintomas:

E não podemos esquecer que, desde Freud, o sintoma deve ser entendido como expressão máxima da divisão subjetiva, já que ele é resultante do conflito entre a pulsão e o eu. (JORGE & FERREIRA, 2005, p. 63)

Outro fato permitido pela análise das entrevistas foi a confirmação da relevância da instituição policial no discurso dos entrevistados, de forma denegatória ou não. Porém, não foi possível afiançar uma relação direta de causa e efeito entre a atividade policial e o sofrimento psíquico relatado por cada um dos participantes desta pesquisa. Pode-se apenas sustentar que para os entrevistados, de uma forma geral, o possível prazer suscitado pelo exercício profissional foi suplantado pelos sofrimentos; o trabalho, descrito no texto freudiano como medida de proteção contra o sofrimento, revelou-se uma fonte de insatisfações, não promoveu a realização do desejo e, no texto freudiano, o bem viver é simples de ser enunciado: “ter ou não ter um nível suficiente de capacidade para aproveitar a vida e ser eficiente” (FREUD, 1916-1917 [1915-1917] / 1980, p. 533)

Vale lembrar, ainda, que a instituição policial civil tem como função precípua a de polícia judiciária, com vistas à apuração das infrações penais e sua autoria, através do inquérito policial, ou seja, apurar a verdade dos fatos; para a Psicanálise, porém, a verdade é não toda e para cada um; o conflito é psíquico e a Lei diz respeito à interdição do incesto e ao Complexo de Édipo; no campo do Direito, a verdade está nos autos, o conflito é passível de regulamentação e

mediação e a lei - ou leis, além de imprimir nome e filiação, institui regras para bem viver e, às instituições policiais, cabe precisamente, manter a ordem pública, proteger pessoas e o patrimônio, “fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade” (FOUCAULT, P.178, 1997).

Ocorre que, para fazer imperar a ordem, é preciso renunciar às pulsões de morte – desejo de destruição, agressividade mútua, crueldades, exercício arbitrário da lei, do poder e uso da violência, e isso, no território psicanalítico, como se sabe, não é tarefa simples para o Eu, instância psíquica submetida aos caprichos do Id e às injunções do Supereu e da realidade (FREUD, 1940 [1938] /1980, p. 199).

Como “Sujeito do Direito” e “Sujeito do Desejo” (ALTOÉ, 2004), portanto, a tarefa de (se) policiar nem sempre é fácil, e se pode ou não tolerar tantas adversidades; isto vai depender da organização e do funcionamento psíquico de cada um; pode-se pagar com sintomas, como os entrevistados desse estudo, ou bem dizê-los dentro de uma análise, tornando os grandes sofrimentos em sofrimentos comuns.

Considerando-se, então, tudo o que foi aqui exposto, vislumbrou-se, nas entrevistas realizadas, pontos de convergência atinentes ao sofrimento psíquico bem coerentes com a teoria psicanalítica, como apresentado nas elaborações sobre as entrevistas, afinal, somos todos atravessados por determinações inconscientes, e os sintomas “por mais danos que traga, não está ali à toa.” (MAURANO, 2003, p. 45)

Assim, da análise da produção discursiva das entrevistas realizadas, observou-se que as palavras, quando escutadas, podem revelar uma outra cena, a do inconsciente, e os sintomas, sem que os entrevistados soubessem, estavam profundamente imbricados nas histórias de vida de cada um, atendendo a diversas finalidades e sobredeterminações, que uma análise poderia deslindar.

Sabe-se do poder da Lei, das palavras e da escuta para a Psicanálise, “escuta portadora de um sentido de apelo a uma verdade” (DOLTO, 1981), a do sujeito do inconsciente, que se manifesta nos sonhos, nos atos falhos, nos chistes, nos sintomas. Também, é reconhecida a importância das pequenas leis para regular

a vida dos homens em sociedade, e sob a perspectiva teórico e clínica, constitui-se tarefa primordial

decifrar as articulações entre Sujeito do Direito e Sujeito do Desejo. (...) Isso requer uma escuta atenta, teoricamente multirreferenciada, e portanto, clinicamente afinada das palavras e sintomas de nossos pacientes, submetidos à sua história singular, inscrita na Cultura, da qual se almejam reapropriar. (MOUGIN-LEMERLE, 2004, p. 13)

Mas, não se pode encerrar sem, mais uma vez, recorrer ao discurso de um dos entrevistados, o qual salienta que: “só quem sabe como está você é você”. Então, se há sofrimento psíquico, se há sintomas, é preciso que as palavras sejam ditas. Mas, isto não significa falar para qualquer um. Deve-se falar implicando-se no discurso, e a Teoria dos Quatro Discursos, de J. Lacan (1992), marca a posição que o sujeito pode ocupar em um discurso, o qual faz laço social e, ao mesmo tempo, aponta a singularidade de cada um – “funda e define cada realidade” - com relação aos termos: saber, verdade e gozo, pois que “o mundo humano é simbólico”. (JORGE, 2002, p. 26).

Nas entrevistas realizadas, observou-se, predominantemente, uma produção do discurso histórico. Tal fato não oferece garantias sobre um possível engajamento numa análise, mas “é muito importante, porque é com ele que se desenha o discurso do psicanalista”. (LACAN, 1992, p. 188). Sabe-se que o discurso da histórica é movido pelo desejo de saber, mas, paradoxalmente, o sujeito pode ao mesmo tempo, queixar-se sobre os sofrimentos experienciados; exigir que o outro ofereça uma resposta ou solução para o sofrimento, desafiar os saberes estabelecidos (do médico, do psicanalista, dentre outros) que buscam explicá-lo ou desautorizá-los, e ainda, pode atribuir aos outros a causa dos seus males, portanto, sem uma implicação subjetiva neles, por ignorar sua divisão subjetiva.

Também, deve ser mencionado que “nem todo sofrimento, ainda que seja um sofrimento psíquico, está na ordem de competência da intervenção de uma analista” (MAURANO, 2003, p. 29-30), pois empreender uma análise ultrapassa a ordem da necessidade. Fazer análise é da ordem do desejo e, segundo Maurano (*id*, p. 31), o campo de ação de um analista, não é marcado pela “natureza do sofrimento” mas pelo “modo de relação do sujeito com o seu sofrimento, seja ele qual for”. Com relação ao sintoma, é preciso que este possa ser questionado pelo

sujeito que sofre para que uma análise se opere: “a ética da psicanálise é a ética de bem dizer o sintoma”. (QUINET, 2000, p. 140).

Conclui-se, por todo o exposto, que há muito por se fazer. Propõe-se, então, o estabelecimento, na instituição policial, de um lugar onde entrevistas livres e individuais, pudessem ser conduzidas por analistas, as quais teriam, como fio condutor, as questões trazidas pelos próprios policiais, ou seja, propõe-se a construção de espaços de interlocução entre psicanalistas e policiais, em que se possa refletir acerca do seu mister, do que lhes afeta e sobre como lidar com o mal-estar suscitado no dia-a-dia policial, ou, ainda na execução de trabalhos pautados na abordagem da análise institucional¹⁷, conforme referenciado por Altoé:

(...) penso que o lugar da psicanálise e do analista no trabalho institucional se caracteriza por ter na sua prática a marca do método criado por Freud: privilégio dado à expressão própria do sujeito, à sua palavra e à sua história; possibilidade do trabalho ser instaurado no cotidiano institucional com atividades que convoquem o sujeito podendo ele se dar conta e assumir a responsabilidade de seus atos (ALTOÉ, 2005, p. 79-80).

Os discursos dos entrevistados assinalaram a importância do ser escutado, a necessidade e a busca de ajuda nos campos psicológico, psiquiátrico e psicanalítico, além de outras modalidades de assistência, tais como os grupos de auto-ajuda. No entanto, muitas vezes, essa procura resultou infrutífera, onerosa e fonte de angústia, pois a própria instituição parece, muitas vezes, não suportar os sofrimentos psíquicos, a não potência de seus instituídos, por não saber como lidar e acolher as diferenças individuais, favorecendo atitudes discriminatórias e estigmatizantes em larga escala, com repercussão direta sobre o policial, que, igualmente, pode desistir de buscar ajudar, calando seus sofrimentos.

Não se pode ignorar, ainda, as variadas discussões entre psicanalistas acerca dos limites e (im)possibilidades de atendimento a possíveis demandas de análise, acolhidas e procedidas internamente às instituições, mas isto já é passível de um novo estudo.

¹⁷ Análise Institucional: “A análise institucional engloba, atualmente, de um lado, um método de conhecimento indutivo, (...) e de outro, mais especificamente, um modo de análise em situação que se aproxima mais da clínica psicanalítica” (LOURAU, 1995, p. 266). In LOURAU, René. A análise institucional. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Considerando a instituição policial em foco, decerto, as idéias ora apresentadas são desafiadoras, pois a Psicanálise de fato é uma ciência muito particular, por pressupor a existência do inconsciente, trabalhar com a teoria da resistência e do recalque, reconhecer a importância da sexualidade e do Complexo de Édipo, e, no campo psicoterápico, nunca ter pretendido oferecer ilusões ou “realizar milagres”. (FREUD, 1923 [1922]/1980, p. 300).

Cabe lembrar a poetisa Cecília Meireles: “A vida só é possível reinventada”. Credita-se que a Psicanálise pode propiciar uma reinvenção do sujeito quando e se ele deseja saber sobre o sentido dos seus sintomas, embora isto não se faça sem resistências. A função do analista, portanto, é dirigir o tratamento - “análise, eis o que se espera de um psicanalista” (LACAN, 1992, p. 50).

Para concluir, apostando na Psicanálise, sem que seja uma profissão de fé, nos entrevistados e em todos os policiais capazes de renovar-se diante das muitas intempéries do viver, da luta constante entre *Eros* e *Thanatos*, deseja-se encerrar a presente dissertação, ainda uma vez mais, com as palavras de Freud:

Disse-lhes que a psicanálise começou como um método de tratamento; mas não quis recomendá-lo ao interesse dos senhores como método de tratamento e sim por causa das verdades que ela contém, por causa das informações que nos dá a respeito daquilo que mais interessa aos seres humanos – sua própria natureza – e por causa das conexões que ela desvenda entre as mais diversas atividades. Como método de tratamento, é um método entre muitos, embora seja, para dizer a verdade, *primus inter pares* (FREUD, 1933 [1932]/1980, p. 191).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Cristina Rollo de. Psicanálise e psicossomática. In: GUIR, J. **A Psicossomática na Clínica Lacaniana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

ALTOÉ, Sônia. **Sujeito do direito, sujeito do desejo – direito e psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2004.

_____. A Psicanálise pode ser de algum interesse no trabalho institucional com crianças e adolescentes? In: _____. (Org.) **Sujeito do direito, sujeito do desejo – direito e psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2004.

_____. Sobre o termo instituição e as práticas institucionais. In: ALTOÉ, Sônia & Lima, Márcia Mello de. (orgs). **Psicanálise, clínica e instituição**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2005, p. 72-86.

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência Policial: verso e reverso do sofrimento**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

ANDRADE, Ângela Nobre de; MORATO, Henriette Tognetti Penha. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estudos de Psicologia**, Vol. 9, n. 2, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n2/a17v9n2.pdf>. Acesso em: 28 Jan 2008.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. 23 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

APOSTILA do Curso **Saúde ou Doença: de que lado você está?** – Módulos 1, 2 e 3 – Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça - SENASP/MJ, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**. Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2006.

ASSOUN, Paul-Laurent. **Introdução à epistemologia freudiana**. Rio de Janeiro, Imago, 1983.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo, Rio Grande do Sul: Edições CAPEC, 2003.

BARREIRA, C. (org.) **Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 2004. (Coleção Antropologia da Política; 30).

BARROS, Fernanda Otoni. **Contando “causo”... Psicanálise e Direito: a clínica em extensão**. Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva; Del Rey, 2001 (Coleção Escritos em Psicanálise e Direito, número 1).

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade, número 01).

BITTNER, Egon. As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da Polícia. In: _____. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 93-217. (Série Polícia e Sociedade, número 08).

BITTNER, Egon. Pesquisa Policial e Trabalho Policial. In: _____. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. 293-302. (Série Polícia e Sociedade, número 08).

BRASIL, G. & ALMEIDA, R. O. Polícia e Comunidade. In: BARREIRA, C. (org.) **Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas sociais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, 2004. (Coleção Antropologia da Política; 30).

BRASIL, M. G. M. A política de segurança pública no "Governo das Mudanças": moralização, modernização e participação. 2000. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Org. Anne Joyce Angher. – 12 ed. – São Paulo: Rideel, 2006. (Coleção de Leis Rideel. Série Compacta).

BUARQUE, Chico. Qualquer Canção. In: _____. **Chico Buarque: letra e música**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 188.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARVALHO, Luiz Coelho de. **Direitos individuais na constituição face à dinâmica da polícia civil**. 2 ed. Fortaleza: Edições IOCE, 1989.

CEARÁ (Estado). **Estatuto da Polícia Civil de Carreira do Estado do Ceará** – Lei 12.124/1993, de 06 jul. 1993. Disponível em: www.policiacivil.ce.gov.br/legislação.asp. Acesso em: 08 set. de 2007.

CHEMAMA, Roland. (org.) **Dicionário de psicanálise**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995 (Larousse ArtMed).

COSTA, J. F. **Violência e psicanálise**. 3 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

CONSTANTINO, P. at all. Estresse e sofrimento mental: uma bomba prestes a explodir. In: MINAYO, M.C.S. & SOUZA, E.R. (org.) **Missão investigador: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

DANTAS, Marília A. Modalidades contemporâneas de representação e de expressão do sofrimento psíquico: o trágico na pós-modernidade e na hipermodernidade. 2007. **Tese** (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DEJOURS, C. **A Loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª ed. Ampliada. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.

_____. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

DOLTO, F. Prefácio. In: MANNONI, Maud. **A primeira entrevista em Psicanálise**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

EDITAL de Concurso Público nº 010/2002 – D.O.E. - p. 4-18 – série 2 – ano V – nº 207 – 30/10/2002.

EDITAL de Concurso Público nº 014/2006, de 07/03/2006 – D.O.E. - p. 31-52 – série 2 – ano IX - nº 046 – 08/03/2006.

ELIA, LUCIANO. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ALBERTI, S. & ELIA LUCIANO (Orgs.) **Clínica e pesquisa em psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREUD, Sigmund. [1914]. À guisa de introdução ao narcisismo. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**, vol I (1911-1915), Rio de Janeiro: Imago, 2004. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud)

_____. (1915). Pulsões e destinos das pulsões. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente**, vol I (1911-1915). Rio de Janeiro: Imago, 2004. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud)

_____. (1920). Além do princípio do prazer. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**, Vol. II (1915-1920). Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud; v. 2)

_____. (1923a). O Eu e o Id. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Volume III (1923-1938). Rio de Janeiro: Imago, 2007. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud; v. 3)

_____. (1924). Neurose e psicose. **Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente**. Volume III. Rio de Janeiro: Imago, 2007. (Obras Psicológicas de Sigmund Freud; v. 3)

_____. (1893-1895). Estudos sobre histeria. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1905 [1904]). Sobre a Psicoterapia. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1942 [1905 ou 1906]). Tipos psicopáticos no palco. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1912). Tipos de desencadeamento da neurose In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1915b). Reflexões para os tempos de guerra e morte. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1916-1917 [1915-1917]). Conferência XVII: O Sentido dos Sintomas. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Conferência XVIII: Fixação em Traumas – O inconsciente. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Conferência XIX: Resistência e Repressão. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Conferência XXIII: Os caminhos da formação dos sintomas. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Conferência XXVIII: Terapia Analítica. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1917). Uma dificuldade no caminho da psicanálise. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1919). Introdução a A psicanálise e as neuroses de guerra. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1921). Psicologia de grupo e a análise do ego. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980

_____. (1923 [1922]). Dois Verbetes de Enciclopédia. **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1923). O ego e o Id. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1924 [1923]). Uma breve descrição da psicanálise. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1926 [1925]). Inibições, sintomas e ansiedade. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1930 [1929]). O mal estar na civilização. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1931). Tipos libidinais. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1933 [1932]). Conferência XXXI: A dissecção da personalidade psíquica. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Conferência XXXIV: Explicações, aplicações e orientações. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Conferência XXXV: A Questão de uma *Weltanschauun*. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. Por que a Guerra (Einstein e Freud). In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1937). Análise Terminável e Interminável. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

_____. (1940 [1938]). Esboço de psicanálise. In **Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud** – ESBSF – vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FUKS, L.B. Sintoma e fim de Análise. In: FUKS, L.B. & FERRAZ, F.C. **O sintoma e suas faces**. São Paulo: Escuta / FAPESP, 2006.

GARCIA-ROZA, L.A. Entrevista concedida no ano 2000. Disponível em <http://comciencia.br/entrevistas/roza/roza01.htm>. Acesso em: 08 set. de 2007.

GOMES, H. **Vestígios da inteligência policial**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 2000.

_____. A importância da Polícia na Sociedade Moderna. In: _____. **Vestígios da Inteligência Policial**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 2000, p. 66-76.

GUIR, J. **A Psicossomática na clínica lacaniana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

JOCK, Nilda. Polícia: que sintoma é esse? **Pulsional: Revista de Psicanálise**, ano XXI, nº 193, março de 2008. Cópia cedida pela autora.

JORGE, M.A.C. Discurso e liame social: apontamentos sobre a teoria lacaniana dos quatro discursos. In RINALDI, D. & JORGE, M.A.C (org.) **Saber, verdade e gozo: leituras de O seminário, livro 17**, de Jacques Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

JORGE, M.A.C. & FERREIRA. **Freud, criador da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (Passo-a-passo; 14)

KAUFMANN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

LACAN, J. [1964] **O Seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da Psicanálise**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. (Campo Freudiano no Brasil).

_____. [1969-1970]. **O Seminário, Livro 17: O avesso da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992. (O campo freudiano no Brasil)

_____. Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. (Campo Freudiano no Brasil)

_____. Radiofonia. In: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003 (Campo Freudiano no Brasil).

LEITE, Márcio Peter de Sousa. **Psicanálise lacaniana: cinco seminários para analistas kleinianos**. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 2000. (Leituras Psicanalíticas).

_____. **A negação da falta: cinco seminários sobre Lacan para analistas kleinianos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

LEMGRUBER, J. **Quem vigia os vigias? – um estudo sobre controle externo da Polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAURANO, Denise. **Para que serve a Psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003 (Passo a Passo, v. 21)

MEIRELES, Cecília. **Reinvenção**. Disponível em <http://www.fabiorocha.com.br/cecilia.htm>. Acesso em: 28 de jun. 2008.

MELO, Clemliton da Silva. **Resumo Histórico da Polícia Civil do Ceará**. Fortaleza: ABC Editora, 2007.

MEZAN, Renato. Subjetividades contemporâneas. In: _____. **Interfaces da psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MINAYO, M.C.S. & SOUZA, E.R. (org.) **Missão Investigar: entre o Ideal e a Realidade de Ser Policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia: sociologia da força pública**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Série Polícia e Sociedade, número 10).

MOUGIN-LEMERLE, R. Sujeito do Direito, Sujeito do Desejo. In: ALTOÉ, Sônia. (Org.) **Sujeito do direito, sujeito do desejo – direito e psicanálise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2004.

NASIO, Juan-David. **O livro da dor e do amor**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

OCARIZ, M.C. É o sintoma uma desordem a ser “curada”? In: FUKS, L.B. & FERRAZ, F.C. **O sintoma e suas faces**. São Paulo: Escuta / FAPESP, 2006.

PERES, Urânia Tourinho. **Depressão e Melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. (Passo-a-passo; v. 22).

POLI, M. C. **Clínica da exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

POLI, M.C. & COSTA, A. Alguns fundamentos da entrevista na pesquisa em psicanálise. **Pulsional: Revista de Psicanálise**, ano XIX, nº 188, p. 14-21, Dezembro de 2006. Disponível em http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/188_02.pdf. Acesso em: 10 maio de 2008.

PRADO, Adélia. **Poesia reunida**. 9ª ed. São Paulo: Editora Siciliano, 1999.

QUEIROZ, A. B. **Manual policial de cidadania**. Fortaleza-Ceará: Gráfica Parquelândia, 2000.

QUINET, A. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **As 4 + 1 condições da análise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

REINER, Robert. A Cultura Policial. In: REINER, Robert. **A Política da Polícia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 131-160. (Série Polícia e Sociedade, número 11).

RESOLUÇÃO 186/96. Disponível em www.conselho.saude.gov.br. Acesso em: 18 mar. de 2007

ROMANO, A.S.P. Fiore. Stress na polícia militar: proposta de um curso de controle de stress. In: LIPP, M. **Pesquisas sobre stress no Brasil: saúde, ocupações e grupos de risco**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

ROSA, M. D. A Pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Revista Mal Estar e Subjetividade**. Fortaleza, v. IV, nº 2, p. 329-248, set. 2004.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Por quê a psicanálise?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA – SENASP, 2006a. **Relatório Final: Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública**. Proponente: ABRASCO. Autor: MINAYO, M.C.S. Pesquisa: Estudo Comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/main.asp?View={D078CB10-FA7C-4949-B67A-AE4E53617853}>. **Acesso em: 11 jun. de 2008.**

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – SENASP, 2006b. **Relatório Descritivo: Perfil das Organizações de Segurança Pública. Perfil das Organizações Estaduais e Municipais de Segurança Pública**. Disponível em <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJCF2BAE97ITEMID67FF28B303B748C18CF19485893BD120PTBRIE.htm>. **Acesso em: 11 jun. de 2008.**

SOARES, L.E. Prefácio. In: BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia**. Passo Fundo, Rio Grande do Sul: Edições CAPEC, 2003.

SOARES, L. E.; PIMENTEL, R.; BATISTA, A. **Elite da Tropa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SOUZA, A. **Os Discursos na Psicanálise**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

SOUZA, M.L.R. **Violência**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (Coleção Clínica Psicanalítica).

SANTOS, J. V. T. A arma e a Flor: formação da organização policial, consenso e violência. In: Tempo Social – Ver. **Sociologia USP**, São Paulo, v.9, nº 1, p. 155-167, 1997.

SANTOS, J. V. T. & TIRELLI, C. A ordem pública e o ofício de Polícia: a impunidade na sociedade brasileira. In: SOUSA, Edson Luiz André de. (org.) **Psicanálise e Colonização – Leituras do Sintoma Social no Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.

SAURET, Marie-Jean. A pesquisa clínica em psicanálise. **Revista Psicologia USP**, São Paulo, 14 (3), p. 89-104, 2003.

SAURI, Jorge J. O diagnóstico como desenvolvimento In: SAURÍ, Jorge J. **O que é Diagnosticar em Psiquiatria**. São Paulo: Escuta, 2001.

SILVA, P. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

VIERECK, G.S. O valor da vida: uma entrevista rara de Sigmund Freud. **Papéis**. Boletim do Corpo Freudiano do Rio de Janeiro – Escola de Psicanálise. Rio de Janeiro, número 10, ano X. agosto de 2004, p. 3-14.

VALAS, Patrick. Horizontes da psicossomática. In: WARTEL, P. et al. **Psicossomática e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990. (O Campo Freudiano no Brasil)

VILHENA, Junia de. Vida de tira...um estudo sobre as representações de violência e transgressão na polícia civil do Rio de Janeiro. **Revista Cadernos de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n 10, p. 117-151, set.1999.

WARTEL, R. & KAMMERER, T. Diálogo sobre os diagnósticos. In: LACAN, J. e et all. **A querela dos diagnósticos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. (O Campo Freudiano no Brasil)

APÉNDICE

APÊNDICE A:

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICAÇÃO INDIVIDUAL

1- Dados Gerais

Identificação (iniciais)

Idade:

Sexo:

Posição na família:

Composição familiar:

Tempo na instituição policial:

Cargo/Função:

2- Por quê razão você se encontra no Serviço de Assistência Psicossocial? A que atribui tal fato? Você buscou este serviço por iniciativa própria, da instituição ou de familiares?

3- O Ingresso na Polícia: como foi isto? Comente um pouco.

4- O que você pensa sobre o trabalho policial civil?

4.1 – Em relação às condições de trabalho

4.2 – Em relação à organização do trabalho

4.3 – As relações com colegas policiais

4.4 – As relações com público atendido

4.5 – As relações com a família

5- O que significa ser Policial para você?

APÊNDICE B:

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, declaro estar ciente que participo de uma pesquisa acadêmica, a qual tem como objetivo investigar o sofrimento psíquico do policial, desenvolvida pela Mestranda em Psicologia, Maria do Socorro Queiroz, sob a orientação do Prof. Pós-Dr. Orlando Soeiro Cruxen, do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

Declaro ainda que minha participação é de livre e espontânea vontade, e me foi garantido retirar meu consentimento a qualquer momento, se assim o desejar.

Minha participação envolve uma entrevista que será gravada, a qual poderá ser utilizada para pesquisa científica, sendo preservado o sigilo e todos os cuidados éticos necessários a essa situação de pesquisa.

Afirmo, também, ter recebido uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Fortaleza, _____ de _____ de 200_____

Assinatura

RG

IMPORTANTE: Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa mencionada poderão ser esclarecidas pelo Pesquisador, através do telefone 0xx85.9998.8164, ou pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, pelo telefone 0xx85.3366.8338.

Assinatura do Pesquisador:

VISTO:

Assinatura do Orientador

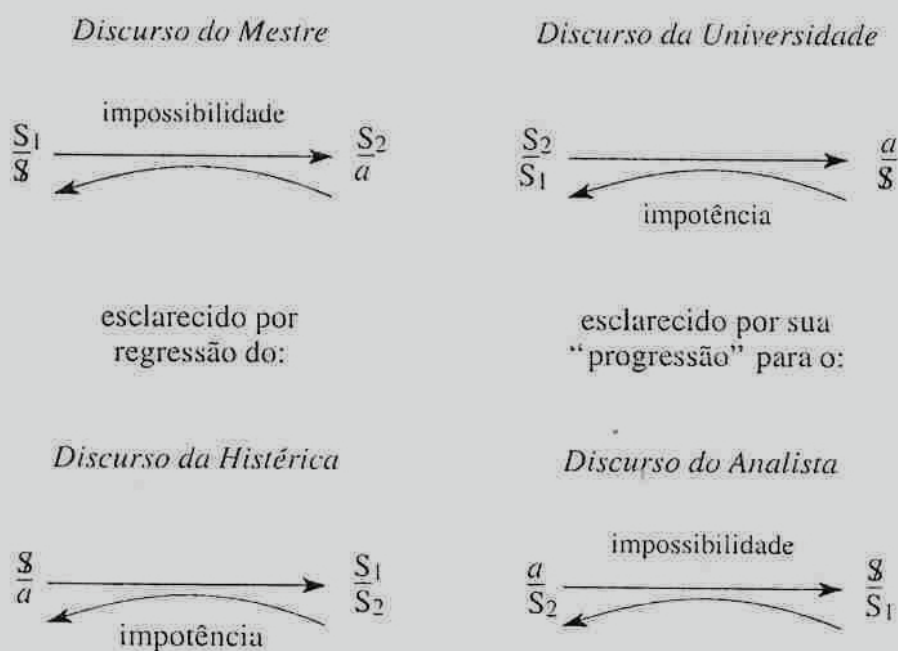
ANEXOS

ANEXO A – OS QUATRO DISCURSOS LACANIANOS

Radiofonia

447

Discurso de “o avesso da psicanálise”



Os lugares são de:

$\frac{\text{o agente}}{\text{a verdade}}$

$\frac{\text{o outro}}{\text{a produção}}$

Os termos são:

S₁ o significante-mestre

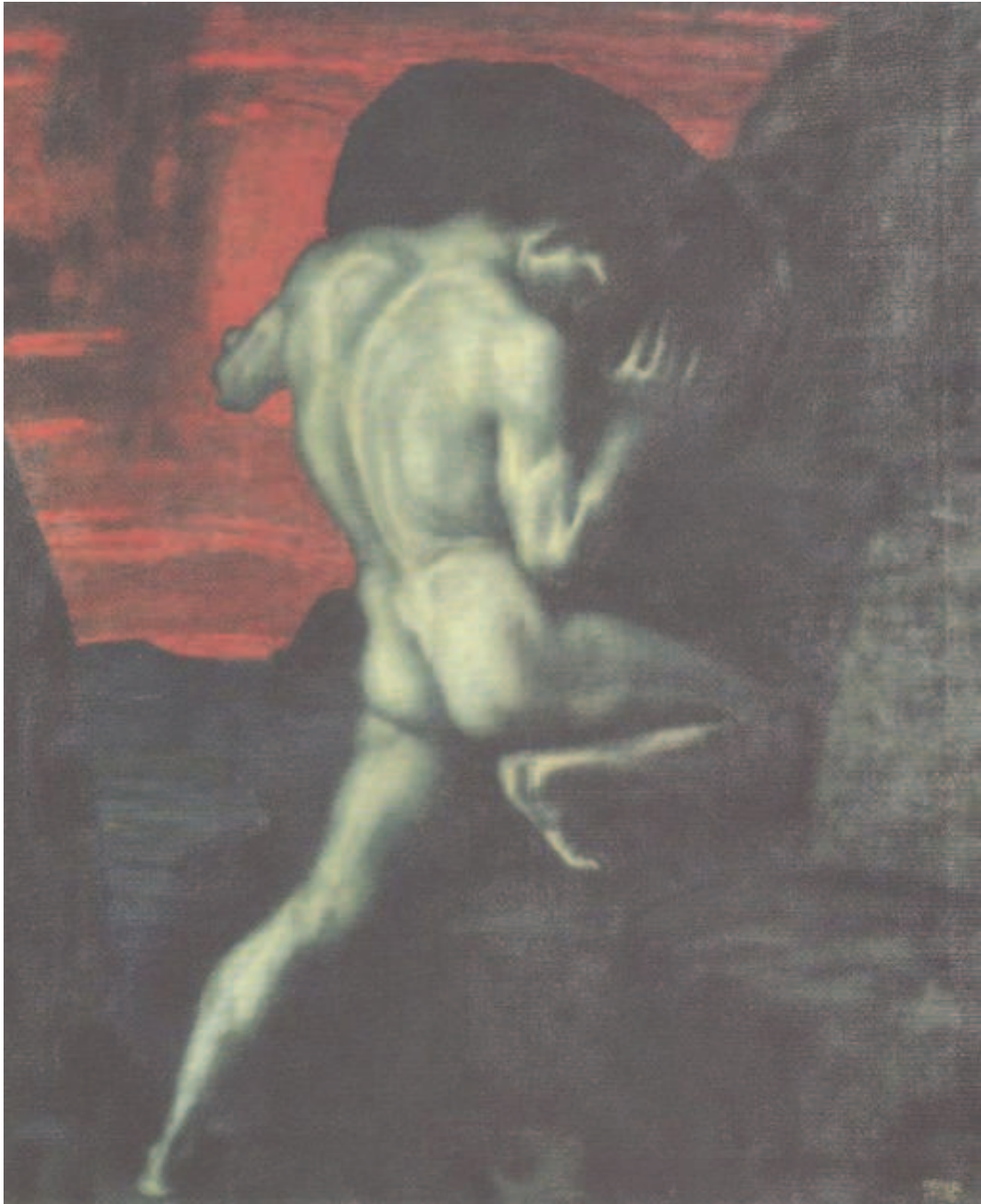
S₂ o saber

S o sujeito

a o mais-de-gozar

LACAN, J. Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003

ANEXO B – O Mito de Sísifo



Sísifo
Franz Von Stuck

O MITO DE SÍSIFO

Os deuses tinham condenado Sísifo a empurrar sem descanso um rochedo até ao cume de uma montanha, de onde a pedra caía de novo, em consequência do seu peso. Tinham pensado, com alguma razão, que não há castigo mais terrível do que o trabalho inútil e sem esperança.

A acreditar em Homero, Sísifo era o mais ajuizado e mais prudente dos mortais. No entanto, segundo outra tradição, tinha tendências para a profissão de bandido. Não vejo nisto a menor contradição. As opiniões diferem sobre os motivos que lhe valeram ser trabalhador inútil dos infernos. Censura-se-lhe, de início, certa leviandade para com os deuses. Revelou os segredos deles. Egina, filha de Asopo, foi raptada por Júpiter. O pai espantou-se com esse desaparecimento e queixou-se dele a Sísifo. Este, que estava ao corrente do rapto, propôs a Asopo contar-lhe o que sabia, com a condição de ele dar água à cidadela de Corinto. Aos raios celestes, preferiu a bênção da água. Por tal foi castigado nos infernos. Homero conta-nos também que Sísifo havia acorrentado a Morte. Plutão não pôde suportar o espetáculo do seu império deserto e silencioso. Enviou os deuses da guerra, que soltou a Morte das mãos do seu vencedor.

Diz-se ainda que, estando Sísifo quase a morrer, quis, imprudentemente, pôr à prova o amor de sua mulher. Ordenou-lhe que lançasse o seu corpo, sem sepultura, para o meio da praça pública. Sísifo encontrou-se nos infernos. E aí, irritado com uma obediência tão contrária ao amor humano, obteve de Plutão licença para voltar à terra e castigar a mulher. Mas, quando viu de novo o rosto deste mundo, sentiu inebriadamente a água e o sol, as pedras quentes e o mar, não quis regressar à sombra infernal. Os chamamentos, as cóleras e os avisos de nada serviram. Ainda viveu muitos anos diante da curva do golfo, do mar resplandecente e dos sorrisos da terra. Mercúrio veio pegar no audacioso pela gola e, roubando-o às alegrias, levou-o à força para os infernos, onde o seu rochedo já estava pronto.

Já todos compreenderam que Sísifo é o herói absurdo. É-o tanto pelas suas paixões como pelo seu tormento. O seu desprezo pelos deuses, o seu ódio à morte e a sua paixão pela vida valeram-lhe esse suplício indizível em que o seu ser se emprega em nada terminar. É o preço que é necessário pagar pelas paixões desta terra. Não nos dizem nada sobre Sísifo nos infernos. Os mitos são feitos para que a imaginação os anime. Neste, vê-se simplesmente todo o esforço de um corpo tenso, que se esforça por erguer a enorme pedra, rolá-la e ajudá-la a levar a cabo uma subida cem vezes recomeçada; vê-se o rosto crispado, a face colada à pedra, o socorro de um ombro que recebe o choque dessa massa coberta de barro, de um pé que a escora, os braços que de novo empurram, a segurança bem humana de duas mãos cheias de terra. No termo desse longo esforço, medido pelo espaço sem céu e pelo tempo sem profundidade, a finalidade está atiginda. Sísifo vê então a pedra resvalar em poucos instantes para esse mundo inferior de onde será preciso trazê-la de novo para os cimos. E desce outra vez à planície.

É durante este regresso, esta pausa, que Sísifo me interessa. Um rosto que sofre tão perto das pedras já é, ele próprio, pedra! Vejo esse homem descer outra vez, com um andar pesado mais igual, para o tormento cujo fim nunca conhecerá. Essa hora que é como uma respiração e que regressa com tanta certeza como a sua desgraça, essa hora é a da consciência. Em cada um desses instantes em que ele abandona os cumes e se enterra a pouco e pouco nos covis dos deuses, Sísifo é superior ao seu destino. É mais forte do que o seu rochedo.

Se este mito é trágico, é porque o seu herói é consciente. Onde estaria, com efeito, a sua tortura se a cada passo a esperança de conseguir o ajudasse? O operário de hoje trabalha todos os dias da sua vida nas mesmas tarefas, e esse destino não é menos absurdo. Mas só é trágico nos raros momentos em que ele se torna consciente. Sísifo, proletário dos deuses, impotente e revoltado, conhece toda a extensão da sua miserável condição: é nela que ele pensa durante a sua descida. A clarividência que devia fazer o seu tormento consome ao mesmo tempo a sua vitória. Não há destino que não se transcenda pelo desprezo.

Se a descida se faz assim, em certos dias, na dor, pode também fazer-se na alegria. Esta palavra não é demais. Ainda imagino Sísifo voltando para o seu rochedo, e a dor estava no começo. Quando as imagens da terra se apegam de mais à lembrança, quando o chamamento da felicidade se torna demasiado premente, acontece que a tristeza se ergue no coração do homem: é a vitória do rochedo, é o próprio rochedo. O imenso infortúnio é pesado de mais para se poder carregar. São as nossas noites de Getsemani. Mas as verdades esmagadoras morrem quando são reconhecidas. Assim, Édipo obedece de início ao destino, sem o saber. A partir do momento em que sabe, a sua tragédia começa. Mas no mesmo instante, cego e desesperado, ele reconhece que o único elo que o prende ao mundo é a mão fresca de uma jovem. Uma frase desmedida ressoa então: "Apesar de tantas provações, a minha idade avançada e a grandeza da minha alma fazem-me achar que tudo está bem". O Édipo de Sófocles, como o Kirilov de Dostoievski, dá assim a fórmula da vitória absurda. A sabedoria antiga identifica-se com o heroísmo moderno.

Não descobrimos o absurdo sem nos sentirmos tentados a escrever um manual qualquer da felicidade. "O quê, por caminhos tão estreitos?..." Mas só há um mundo. A felicidade e o absurdo são dois filhos da mesma terra. São inseparáveis. O erro seria dizer que a felicidade nasce forçosamente da descoberta absurda. Acontece também que o sentimento do absurdo nasça da felicidade. "Acho que tudo está bem", diz Édipo e essa frase é sagrada. Ressoa no universo altivo e limitado do homem. Ensina que nem tudo está, que nem tudo foi esgotado. Expulsa deste mundo um deus que nele entrara com a insatisfação e o gosto das dores inúteis. Faz do destino uma questão do homem, que deve ser tratado entre homens. Toda a alegria silenciosa de Sísifo aqui reside. O seu destino pertence-lhe. O seu rochedo é a sua coisa. Da mesma maneira, quando o homem absurdo contempla o seu tormento, faz calar todos os ídolos. No universo subitamente entregue ao seu silêncio, erguem-se as mil vozinhas maravilhosas da terra. Chamamentos inconscientes e secretos, convites de todos os rostos, são o reverso necessário e o preço da vitória. Não há sol sem sombra e é preciso conhecer a noite. O homem absurdo diz sim e o seu esforço nunca mais

cessará. Se há um destino pessoal, não há destino superior ou, pelo menos, só há um que ele julga fatal e desprezível. Quanto ao resto, ele sabe-se senhor dos seus dias. Nesse instante sutil em que o homem se volta para a sua vida, Sísifo, regressando ao seu rochedo, contempla essa seqüência de ações sem elo que se torna o seu destino, criado por ele, unido sob o olhar da sua memória, e selado em breve pela sua morte. Assim, persuadido da origem bem humana de tudo o que é humano, cego que deseja ver e que sabe que a noite não tem fim, está sempre em marcha. O rochedo ainda rola.

Deixo Sísifo no sopé da montanha! Encontramos sempre o nosso fardo. Mas Sísifo ensina a fidelidade superior que nega os deuses e levanta os rochedos. Ele também julga que tudo está bem. Esse universo, enfim, sem dono, não lhe parece estéril nem fútil. Cada grão dessa pedra, cada estilhaço mineral dessa montanha cheia de noite, forma por si só um mundo. A própria luta para atingir os píncaros basta para encher o coração de um homem. É preciso imaginar Sísifo feliz.

Albert Camus

Disponível em <http://www.expresso.es.com.br/contos/conto10.htm>

ANEXO C - A espada de Dâmocles



A espada de Dâmocles
Richard Westall, 1812

A Espada de Dâmocles

Era uma vez, um rei chamado Dionísio, monarca de Siracusa, a cidade mais rica da Sicília. Vivia num palácio cheio de requintes e de coisas bonitas, atendido por uma criadagem sempre disposta a fazer-lhe as vontades.

Naturalmente, por ser rico e poderoso, muitos siracusanos invejavam-lhe a sorte. Dâmocles estava entre eles. Era dos melhores amigos de Dionísio e dizia-lhe freqüentemente.

- Que sorte a sua! Você tem tudo que se pode desejar. Só pode ser o homem mais feliz do mundo!

Dionísio foi ficando cansado de ouvir esse tipo de conversa.

- Ora essa! Você acha mesmo que eu sou mais feliz do que todo mundo?

O amigo respondeu:

- Mas é claro! Olhe só o seu tesouro e todo o seu poder! Você não tem absolutamente nada com que se preocupar. Poderia sua vida ser melhor do que isso?

- Talvez você queira trocar de lugar comigo - disse Dionísio.

- Ora, eu nem sonharia com uma coisa dessas! Mas se eu pudesse ter sua riqueza e desfrutar de todos esses prazeres por um dia apenas, não desejaria felicidade maior.

- Pois bem! Troque de lugar comigo por um dia apenas e desfrute disso tudo. E então, no dia seguinte, Dâmocles foi levado ao palácio e todos os criados reais lhe puseram na cabeça as coroas de ouro. Ele sentou-se à mesa na sala de banquetes e foi-lhe servida lauta refeição. Nada lhe faltou ao seu bel-prazer. Havia vinhos requintados, raros perfumes, lindas flores e música maravilhosa. Recostou-se em almofadas macias. Sentiu-se o homem mais feliz do mundo.

- Ah, isso é que é vida! - confessou a Dionísio, que se encontrava sentado à mesa, na outra extremidade. - Nunca me diverti tanto.

Dâmocles enrijeceu-se todo. O sorriso fugiu-lhe dos lábios e o rosto empalideceu. Suas mãos estremeceram. Esqueceu-se da comida, do vinho, da música. Só quis saber de ir embora dali, para bem longe do palácio, para onde quer que fosse. Pois pendia bem acima de sua cabeça uma espada, presa ao teto por um único fio de crina de cavalo. A lâmina brilhava, apontando diretamente para seus olhos. Ele foi se levantando, pronto para sair correndo, mas deteve-se tremendo que um movimento brusco pudesse arrebentar aquele fiozinho fino e fizesse com a espada lhe caísse em cima. Ficou paralisado, preso ao assento.

- O que foi, meu amigo? - perguntou Dionísio - Parece que você perdeu o apetite.

- Essa espada! Essa espada! - disse o outro, num sussurro - Você não está vendo?

- É claro que estou. Vejo-a todos os dias. Está sempre pendendo sobre minha cabeça e há sempre a possibilidade de alguém ou alguma coisa partir o fio. Um dos meus conselheiros pode ficar enciumado do meu poder e tentar me matar. As pessoas podem espalhar mentiras a meu respeito, para jogar o povo contra mim. Pode ser que um reino vizinho envie um exército para tomar-me o trono. Ou então, posso tomar uma decisão errônea que leve à minha derrocada. Quem quer ser líder precisa estar disposto a aceitar esses riscos. Eles vêm junto com o poder, percebe?

- É claro que percebo! - disse Dâmocles - Vejo agora que eu estava enganado e que você tem muitas coisas no que pensar além de sua riqueza e fama. Por favor, assumo o seu lugar e deixe-me voltar para a minha casa.

Até o fim de seus dias, Dâmocles não voltou a querer trocar de lugar com o rei, nem por um momento sequer.

Adaptação do original de James Baldwin

Disponível em <http://www.direitodefamilia.com.br/noticia.asp?codNotic=23>

ANEXO D – O CALCANHAR DE AQUILES



Aquiles

Ao cair da noite, após um dia de rudes combates, Agamenon, o rei dos reis, assiste ao regresso de suas tropas. Os homens ainda capazes amparam os camaradas feridos. Outros trazem de volta corpos de soldados mortos em Tróia. Fadiga, amargura, tristeza é o que se lê em todos os rostos. O cerco da cidade já dura anos, e os gregos não fazem nenhum progresso. A poderosa e altiva cidadela que guarda a bela Helena continua intacta.

Dia após dia, gregos e troianos enfrentam-se em rudes combates, nos quais os melhores aqueus acabam morrendo sem ao menos conseguir se aproximar das muralhas da cidade de Príamo. Ninguém duvida dos motivos desse fracasso permanente. Se não chegam a tomar Tróia, é porque os impede um dos filhos de Príamo, o temível Heitor que tem força sobre-humana e coragem indomável. Apenas Aquiles seria capaz de derrotar Heitor.

No entanto, o semideus de longos cabelos permanece em sua tenda desde a chegada a Tróia. Recusa-se a combater porque Agamenon roubou-lhe Criseida, a escrava que Aquiles ama. Indiferente às derrotas dos gregos, ele não moverá uma palha antes de essa injustiça ser reparada.

Todas as noites, o céu ilumina-se com as luzes das fogueiras em que os gregos queimam seus mortos. Nas hostes troianas, reina tranqüila segurança.

Cansado de assistir a esse desastre, Pátroclo, o maior amigo de Aquiles, vem visitá-lo ao cair da noite. – Aquiles, eu não agüento mais... – diz ele. – Não suporto ver nossos amigos sofrer e morrer em vão. Se você não quer mesmo enfrentar os troianos, então me empreste sua armadura e seu carro de combate. Heitor vai achar que sou você e ficar com medo. Assim, eu salvo muitas vidas gregas.

Aquiles hesita, mas, por causa das súplicas de Pátroclo, acaba cedendo.

Ao amanhecer, os gregos preparam-se para o combate, em meio do barulho das armas que estão sendo lustradas e dos carros aos quais se atrelam os

animais. De repente, um silêncio cai sobre todo o acampamento: pela primeira vez desde o começo da guerra, os bem armados guerreiros mirmídonos chegam como reforço, precedidos por Pátroclo, que todos tomam por Aquiles. Em toda a parte, ouve-se um grito de alegria.

Recuperando o entusiasmo e a coragem, os gregos lançam-se ao assalto de Tróia. Firmes em seus postos diante das muralhas da cidade os troianos estão certos de que, como todos os dias; vencerão os invasores e conservarão entre si a deslumbrante Helena.

Mas essa confiança dura pouco. Entre os inimigos já conhecidos, vislumbram um que não esperavam: Aquiles! Um arrepio de terror percorre as fileiras troianas. Por um instante, o próprio Heitor tem medo. Mas recompõe-se rapidamente e, para animar as tropas, enfia-se antes de todos no meio da batalha, correndo ao carro de combate conduzido por Pátroclo.

Os troianos seguem seu chefe. Em meio de rangidos das rodas relinchos dos cavalos, o combate é terrível. As armas não resistem aos choques e quebram. Nessa peleja confusa, o glorioso Heitor acredita estar enfrentando Aquiles e reúne todas as forças. Pátroclo, digno do amigo, está a sua altura. O troiano e o grego enfrentam-se como dois leões selvagens de igual bravura. No entanto, o deus Apolo, que protege Heitor, chega invisível ao local do combate. Dá uma rasteira em Pátroclo, fazendo-o perder o equilíbrio. Aproveitando o momento de fraqueza do adversário, Heitor mata-o.

Os troianos gritam de alegria, pois estão certos de que ficaram livres do terrível Aquiles. Mas, quando Heitor tira o capacete do guerreiro, descobrem sua verdadeira identidade. Agora sabem que Aquiles ainda está vivo e, para vingar o amigo morto, não recuará diante de nada. A alegria dá lugar à angústia.

Enquanto isso, os gregos levam a Aquiles a triste notícia e entregam-lhe o corpo de Pátroclo, que conseguiram recuperar, deixando com Heitor as armas do herói. Transtornado, Aquiles veste-se e dá um grito de dor tão forte que os troianos, aterrorizados, correm a refugiar-se na cidade.

Aquiles passa a ter um único objetivo: vingar Pátroclo e matar Heitor. Sua mãe, Tétis, dá-lhe armas novas e brilhantes, forjadas por Hefesto. Aquiles nem espera que os outros aqueus preparem-se. Pega suas novas armas e sai em disparada sobre o exército troiano, ferindo de morte todos os que encontra em seu caminho.

O pânico toma conta dos troianos. Até os guerreiros mais corajosos jogam fora as armas e fogem. No meio da debandada geral, só Heitor fica impassível. Compreende que, dessa vez, a sorte de Tróia está em jogo. Nem se move quando Aquiles, enlouquecido por uma fúria assassina, joga-se sobre ele. Mas Apolo, voando em socorro de Heitor, envolve-o numa nuvem e leva-o para longe do grego invencível.

Assombrado, Aquiles procura o inimigo. Finalmente o vê e, saltando do carro, lança-se contra ele. No olhar feroz de Aquiles, Heitor lê a morte próxima. Agora aflito, começa a correr em volta da cidade. Passa diante de uma das portas de Tróia, onde o espera seu irmão Deífobo, que em tom severo lhe diz:

– Não tem vergonha, Heitor? Seja homem! Você é a única esperança de Tróia! Vá lutar!

Heitor pára, confuso. Vira-se para enfrentar Aquiles.

Nem desconfia de que, sob a aparência de Deífobo, quem falou foi Atena a deusa amiga dos gregos.

O terrível Aquiles avança. Heitor nem tem tempo para esboçar um gesto de defesa. Com um só golpe, Aquiles mata-o.

Chefiados por Aquiles, os gregos infligem sangrentas derrotas aos troianos. Aquiles parece invencível. É como se nem as flechas nem as espadas fossem capazes de atingi-lo.

No entanto, o herói tem uma fraqueza secreta, e Apolo a revela a Páris. Quando Aquiles ainda era bebê, sua mãe mergulhou-o nas águas do Estige, um rio do inferno. Esse banho tornou-o invulnerável em todas as partes do corpo, menos no calcanhar por onde Tétis o segurou. Sabendo desse segredo, Páris estica o arco e, com a mão guiada por Apolo, faz pontaria no calcanhar do herói aqueu. Atingido por uma flecha envenenada, Aquiles cai e morre. Assim, os gregos perdem sua melhor oportunidade de tomar Tróia.

QUESNEL, Alain. **A grécia. Mitos e lendas**. (Trad.: Ana Maria Machado). 6ª Edição. São Paulo: Editora Ática, 1996.

Texto disponível em

<http://www.geocities.com/philosophiaonline/800x600/mitologia/aquiles.htm>.

Acesso em 08 de agosto de 2008.

Imagem disponível em

http://www.templodeapolo.net/Mitologia/mitologia_grega/herois/mitologia_grega_herois_aquiles.html

Acesso em 10/08/2008.

ANEXO E - HINO DOS POLICIAIS CIVIS

HINO DOS POLICIAIS CIVIS

Letra: Wanderlei Sousa Lima

I

Pra frente
Para frente
Nós valentes
Agentes da verdade

II

Se razão tem você
Nossa lei, isso vê
Não se deixe levar
O mal paga

III

Somos nós
Jovens audazes
Somos nós
Jovens capazes
De fazer um Brasil melhor
De viver, de amar, de morrer por você
Em combate ao terror pela paz

IV

Se razão tem você
Nossa lei, isso vê
Lealdade existe
Entre nós

V

Pra frente

Para frente

Nós valentes agentes da verdade

VI

Somos hoje

O que sempre nós fomos

E seremos

O que não sonhamos

Um herói

Talvez mais

Não se sabe

Pois o certo

Na vida é a morte

VIII

Pra frente

Para frente

Nós valentes

Agentes da verdade

Fonte:

MELO, Clemilton da Silva. **Resumo Histórico da Polícia Civil do Ceará.**

Fortaleza: ABC Editora, 2007, p. 111-112.

ANEXO F - HINO DA POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ

HINO DA POLICIA CIVIL DO CEARÁ

Letra: Raimundo Rocha de Andrade Júnior (René Andrade)

Música: Izáira Silvino

Defensora da sociedade
Para o povo és a garantia
A certeza de legalidade
De justiça e cidadania

Estribilho

Polícia Civil do Ceará
Destemida adiante!
Sempre firme a lutar
Por um mundo de paz
Altivez que jamais
Irá recuar.
Com muito orgulho
Com garra e com brio
Sou policial civil

Teu lema é o crime a combater
Lindo mister de valor relevante
Teu maior, teu mais forte poder
É o respeito ao teu semelhante

Estribilho

Iluminada pelo sol de nossa terra

Em meu peito ostento o teu brasão
Nele bate forte e se encerra
Sublime amor pela instituição
Estribilho

Do jangadeiro herdaste a coragem
A agilidade de nosso vaqueiro
Teu semblante reflete a imagem
De um povo forte, gentil e ordeiro

Estribilho

Somos unidos em tuas fileiras
Companheiros de luta e ação
Mesmo na dor, brilha verdadeira
Sempre constante nossa união.

Estribilho

Meu juramento nunca esquecerei
Com destemor de mão erguida
Linda causa que um dia abracei
E pela paz darei minha vida.

Estribilho

Fonte:

MELO, Clemilton da Silva. **Resumo Histórico da Polícia Civil do Ceará.**
Fortaleza: ABC Editora, 2007, p. 114-115.